

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2013/2014**



**TII**

**A ATUAÇÃO DE FORÇAS CONJUNTAS NA CAMPANHA DO  
SUL DE ANGOLA DE 1915**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A ATUAÇÃO DE FORÇAS CONJUNTAS NA CAMPANHA  
DO SUL DE ANGOLA DE 1915**

**MAJ ART Robalo Geraldês**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 13/14

Pedrouços 2014



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A ATUAÇÃO DE FORÇAS CONJUNTAS NA CAMPANHA  
DO SUL DE ANGOLA DE 1915**

**MAJ ART Robalo Geraldês**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 13/14

Orientador: MAJ INF Hugo Miguel Moutinho Fernandes

Pedrouços 2014

---



## **Agradecimentos**

Começo por expressar o meu agradecimento ao Instituto Superior de Estudos Militares pela oportunidade que me facultou de poder desenvolver uma investigação sobre a temática em causa e possibilitar a apresentação do presente estudo.

Expresso o meu agradecimento ao orientador deste trabalho, Major de Infantaria Moutinho Fernandes, pelo apoio, conselhos, sugestões e permanente disponibilidade.

Aos camaradas do CEM-C 2013/2014 que contribuíram com a sua paciência, o seu tempo, as suas sugestões e opiniões, o meu profundo agradecimento, sendo certo que foi para mim uma honra e privilégio com eles ter privado.

Aos Majores de Artilharia Carlos Mimoso e Siborro Alves pela sua paciência, incentivo e amizade que em muito contribuirão para a conclusão do presente trabalho.

Estes agradecimentos ficariam profundamente incompletos, se não expressasse o meu mais sincero reconhecimento pelo apoio dos meus amigos e familiares, sem o qual não me teria sido possível concretizar este trabalho, em especial os meus filhos, Santiago e Victória, a quem nem sempre dei toda a atenção, apoio e carinho que me merecem.

Acima de tudo o meu profundo agradecimento e eterno reconhecimento à minha esposa, Ana Paula, pelo apoio, compreensão e ausência que mais esta missão militar lhe impôs e para a qual sempre me incentivou e apoiou.





## Índice

Introdução .....	1
a. Objetivos da investigação .....	3
b. Metodologia adotada .....	4
1. Enquadramento Conceptual e Estado da Arte .....	8
a. Origem e evolução das forças conjuntas, nível operacional e Arte Operacional	8
b. Caraterísticas de atuação de forças conjuntas.....	10
c. Níveis da guerra.....	12
(1) Estratégico-Militar .....	12
(2) Operacional .....	13
(3) Tático.....	14
d. Planeamento de operações ao nível Operacional.....	14
e. Arte Operacional.....	16
f. <i>Design</i> Operacional .....	20
g. Elementos do <i>Design</i> Operacional.....	21
h. Síntese conclusiva.....	22
2. A campanha militar de Angola em 1915.....	23
a. Presença de Portugal na Província de Angola até 1914 .....	23
b. Enquadramento Político-Estratégico em 1914 .....	28
c. Antecedentes da Campanha militar no Sul de Angola de 1915.....	30
d. Análise do ambiente operacional.....	32
(1) Política.....	33
(2) Militar.....	33
(3) Económica.....	34
(4) Social.....	34
(5) Infraestruturas .....	34



(6) Informacional .....	34
(7) Ambiente físico .....	35
(8) Tempo disponível.....	35
e. Planeamento da operação de 1915.....	35
f. Decurso das operações.....	38
g. Síntese conclusiva.....	44
3. A campanha militar de Angola em 1915 à luz das caraterísticas de atuação de forças conjuntas.....	46
a. Constituição da força .....	46
b. Níveis da Guerra .....	47
c. Enquadramento do Ambiente .....	47
d. Centro de gravidade .....	52
e. Conceção Operacional .....	55
f. Objetivos estratégicos e operacionais.....	55
g. Estado final desejado .....	56
h. Condições do Estado final desejado .....	56
i. Condição decisiva/Ponto decisivo .....	57
j. Linhas de Operações/Esforço .....	58
k. Faseamento e transição .....	58
l. Simultaneidade e profundidade .....	59
m. Síntese conclusiva.....	59
Conclusões.....	61
Fontes e Bibliografia .....	66
 <b>Índice de figuras</b>	
Figura nº1 - Percurso Metodológico.....	6
Figura nº2 – Modelo de Análise .....	7

iv

---



Figura nº3- Níveis da Guerra.....	12
Figura nº4- Correspondência entre os níveis OTAN e nacionais.....	14
Figura nº5- Fases do OPP.....	15
Figura nº6- Fases do OPP onde se aplicam a Arte Operacional, o <i>Design</i> Operacional e a Visualização.....	16
Figura nº7- Modelo da arquitetura da Doutrina Militar Conjunta da OTAN.....	17
Figura nº8- Relação entre Estratégia e Arte Operacional.....	18
Figura nº9- Arte Operacional .....	19
Figura nº10- Ciclo da Arte Operacional .....	20
Figura nº11- Ligação entre os elementos do <i>Design</i> Operacional.....	21
Figura nº12- Continente Africano no início do Século XX.....	25
Figura nº13- Projeto mapa cor-de-rosa.....	26
Figura nº14- Sul de Angola .....	27
Figura nº15- Mapa de distribuição de tribos em Angola.....	28
Figura nº16- Esboço do plano de Operações.....	37
Figura nº17 - Composição e articulação dos destacamentos.....	39
Figura nº18- Esquema de Operações.....	40
Figura nº19 - Quadrado de Môngua .....	42
Figura nº20- Diagrama de relações no Início da Campanha .....	47
Figura nº21- Diagrama de relações onde se vai atuar .....	48
Figura nº22- Relações entre os atores no final da operação .....	49
Figura nº23- Problemas identificados.....	51
Figura nº24- Solução para os problemas .....	51
Figura nº25- Conceção Operacional da Campanha de 1915 .....	55
Figura nº26- Condições do estado final desejado.....	57
Figura nº27- Esquematisação da Arte Operacional.....	62
Figura nº28- Relação de militares mobilizados para Angola (1914-1918) .....	B-2
Figura nº29- Conselho Superior de Defesa Nacional .....	Ap1-1
Figura Nº30- Visualização.....	Ap2-2
Figura Nº31- Diagrama de relações do Teatro Operações do Afeganistão .....	Ap2-2
Figura Nº32- Enunciado do Problema.....	Ap2-3
Figura Nº33- <i>Design</i> Operacional .....	Ap2-3



## **Índice de Tabelas**

Tabela nº1 - Variável Política.....	33
Tabela nº2 - Variável Militar.....	33
Tabela nº3 - Variável Económica.....	34
Tabela nº4 - Variável Social.....	34
Tabela nº5 - Variável Infraestruturas.....	34
Tabela nº6 - Variável Informacional.....	34
Tabela nº7 - Variável Ambiente Físico.....	35
Tabela nº8 - Variável Tempo disponível.....	35
Tabela nº9 - Missões dos destacamentos.....	40
Tabela nº10 - CoG das forças portuguesas.....	53
Tabela nº11 - CoG das forças Alemãs.....	54
Tabela nº12 - CoG dos Indígenas.....	54
Tabela nº13 - Pontos/condições decisivos.....	58

## **Índice de Anexos**

Anexo A - Corpo de Conceitos.....	A- 1 -
Anexo B - Constituição da força expedicionária em Angola em 1915.....	B-1

## **Índice de Apêndices**

Apêndice 1 - Organização da Defesa Nacional em 1915.....	Ap1-1
Apêndice 2 - Visualização.....	Ap2-1



## Resumo

No auge da primeira Guerra Mundial, Portugal, uma República recentemente constituída, com graves problemas económicos e com necessidade de afirmação, assiste ao alastrar da conflitualidade no continente africano e consequente ameaça à colónia angolana. Angola, uma colónia com importância crescente para a economia portuguesa e alvo de interesse declarado por parte das potências europeias, depara-se com a sublevação dos povos indígenas do Cuamato, Évale e Cuanhama, o que põe em causa o domínio português.

Perante os factos ocorridos e a situação internacional, Portugal decide enviar para Angola expedições militares a fim de garantir a integridade do território e controlar a revolta indígena, ocupando a região a Sul do rio Cunene, que nunca tinha sido de facto ocupada pelos portugueses.

A campanha militar de 1915, comandada pelo General Pereira de Eça, e com um efetivo de cerca de 12000 homens, constitui-se como uma força conjunta, englobando unidades do Exército metropolitano, Marinha e Exército colonial com as suas companhias de indígenas angolanos e de landins de Moçambique. A força, embarca em 1915 para Angola a fim de: executar operações a fim de controlar a rebelião indígena, realizar operações defensivas e ofensivas contra as forças alemãs da Damaralândia e operações a fim de ocupar a região do Cuanhama, a Sul do rio Cunene.

Perante a situação, o General Pereira de Eça delineia holística e criativamente um plano, que permitisse atingir o estado final desejado pelo governo português.

A investigação seguiu quatro passos essenciais: i) definição de um quadro concetual, ii) investigação histórica, iii) análise e iv) síntese. O percurso permitiu identificar através da análise do quadro concetual que a Arte Operacional é uma ferramenta essencial no planeamento de campanhas militares conjuntas de forma a transformar em objetivos militares os objetivos político-militares e a planear operações militares no intuito de alcançar o estado final desejado pelo nível político. Seguidamente, a investigação histórica acerca da forma como foi planeada e executada a campanha militar no Sul de Angola de 1915 e em que medida os objetivos definidos pelo governo português foram alcançados. Estes dados foram, posteriormente, relacionados entre si, de modo a verificar se, no planeamento e conduta da referida campanha se podem identificar elementos da Arte Operacional em uso na doutrina atual.

Pôde então, enunciar-se o problema com o qual o General Pereira de Eça se deparou, elaborar-se a visualização, o desenho e conceção operacional da campanha e ainda



identificar a presença de diversos elementos da Arte Operacional no planeamento das operações contra os alemães e no controlo dos indígenas, bem como na execução das operações de ocupação do território Cuanhama e operações contra os indígenas, concluindo-se que a campanha do Sul de Angola de 1915 apresentou características entendidas atualmente como inerentes à atuação de forças conjuntas.



## **Abstract**

*At the height of the First World War, Portugal a recently formed republic, facing serious of economic problems and need for affirmation, witnessing the spread of the conflict to the African continent and the consequent threat to Angolan colony. Angola, a colony of growing importance for the Portuguese economy and target of interest declared by the European powers, and also faced with the uprising of the indigenous peoples of Cuamato, Evale and Cuanhama, which undermines the Portuguese rule.*

*Given the facts that occurred and the international situation, Portugal decided to send military expeditions to Angola in order to ensure the integrity of territory and control the indigenous uprising, occupying the area south of the Cunene River, which had never actually been occupied by the Portuguese.*

*The military campaign of 1915 under the command of General Pereira de Eça, having a strength of about 12,000 men, was established as a joint force, comprising units of the metropolitan army, navy and colonial army with their companies of indigenous Angolan and landins of Mozambique, in 1915 embarks toward Angola prepared for: performing operations in order to control the Indian rebellion, conduct offensive and defensive operations against German forces of Damaraland and operations in order to occupy the region of Cuanhama the southern Cunene river.*

*Given the situation, General Pereira de Eça holistic and creatively outlines a plan that would allow achieving the desired end state by the Portuguese government.*

*The current investigation followed four main steps: i) definition of a conceptual Framework, ii) historical research, iii) analysis and iv) synthesis. The route allowed us to identify by examining the conceptual Framework that Operational Art is an essential tool in planning joint military campaigns in order to turn into political-military objectives military targets and planning military operations in order to achieve the desired end state by the political level. Next, the historical research about the way it was planned and executed military campaign in southern Angola in 1915 and the extent to which the objectives set by the Portuguese government were achieved. These data were then related to each other, so check if in the planning and conduct of this campaign can be identify elements of Operational Art in use in current doctrine.*

*By this way, we could then state the problem which General Pereira de Eça encountered , drawn up in the preview, the design and operational design of the campaign and also to identify the presence of various elements of the Operational Art in planning*



*operations against German and control of indigenous as well as in the implementation of the occupation of the territory Cuanhama operations and operations against the Indians, concluding the campaign in southern Angola 1915 presented features currently seen as inherent to the activities of joint forces.*





### **Palavras-chave**

Angola, Arte Operacional, Campanha, Forças Conjuntas, Pereira de Eça.



## LA - Lista de Abreviaturas

### A

AAP	<i>Allied Administrative Publication</i>
ACO	<i>Allied Command for Operations</i>
ACT	<i>Allied Command for Transformation</i>
AJP	<i>Allied Joint Publications</i>
AO	Ambiente Operacional
ArtOp	Arte Operacional
ATP	<i>Allied Tactical Publications</i>

### C

CC	Capacidades Críticas
CD	Condição Decisiva
CEM	Chefe de Estado-Maior
CEP	Corpo Expedicionário Português
Cf	Conferir
COPD	<i>Comprehensive Operational Planning Directive</i>
CoG	<i>Center of Gravity</i>

### D

DA	<i>Department of the Army</i>
DIME	Diplomático, Informacional, Militar e Económico
DOp	<i>Design Operacional</i>

### E

EFD	Estado Final Desejado
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EP	Exército Português
EUA	Estados Unidos da América

### F

FA	Forças Armadas
FM	<i>Field Manual</i>

### G

GPE	General Pereira de Eça
-----	------------------------

### H



<b>H</b>	Hipótese
<b>I</b>	
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IGM	1ª Guerra Mundial
IIGM	2ª Guerra Mundial
<b>J</b>	
JFC	<i>Joint Force Commander</i>
<b>K</b>	
Km	Quilómetros
<b>L</b>	
LoE	<i>Line of Effort</i>
LoO	<i>Line of Operations</i>
<b>M</b>	
MSO	<i>Military Strategic Objective</i>
<b>N</b>	
Nº	Numero
NAC	<i>North Atlantic Council</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NCMP	<i>NATO Crisis Management Process</i>
<b>O</b>	
OO	<i>Operational Objective</i>
OPLAN	<i>Operations Plan</i>
OPP	<i>Operational Planning Process</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>P</b>	
PD	Ponto Decisivo
PDCM	Publicação de Doutrina Militar Conjunta
PMESII	Política, Militar, Económica, Social, Informacional, Infraestruturas
<b>Q</b>	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
<b>R</b>	



RC	Requisitos Críticos
RSOM	<i>Reception, Staging and Onward Movement</i>
S	
SPOD	<i>Sea Port of Debarkation</i>
T	
TO	Teatro de Operações
V	
VC	Vulnerabilidades Críticas



## Introdução

*"It is in military history that we are to look for the source of all military science. In it we shall find those exemplifications of failure and success by which alone the truth and values of the rules of strategy can be tested."*

Hart Mahan, citado por Robert Debs Heinl, pp. 168, 1966,  
Dictionary of Military and Naval Quotations

No presente ano, comemora-se o centenário da primeira Guerra Mundial (IGM), que teve início em 28 de julho de 1914 e é caracterizada como o primeiro conflito à escala global e um dos mais sangrentos da história da humanidade. A IGM assume extrema importância por diversas razões, no entanto parece-nos que a principal prende-se com o facto de estar na génese do eclodir da segunda Guerra Mundial (IIGM), bem como na definição do mapa geopolítico atual, do eclodir dos conflitos Europeus pós guerra fria e dos conflitos latentes no Médio Oriente.

O estudo da IGM revela-se extremamente pertinente para os portugueses porque é o único conflito de larga escala, no qual forças militares portuguesas participaram ativamente, combatendo pelos aliados de acordo com as orientações da recente instalada República.

A eclosão da IGM levou a que a República implementasse medidas específicas, tendo em vista o emprego de forças nos territórios africanos e vislumbrando a possibilidade de intervenção no teatro de operações europeu.

Portugal um pequeno país e com um Exército dos mais fracos da Europa, fruto da reorganização planeada pela República e não executada, participou ativamente em três teatros de operações distintos, na Flandres com o Corpo Expedicionário Português (CEP) e nas colónias de Angola e Moçambique com Expedições Militares.

Se a participação do CEP revela elevado interesse do ponto de vista histórico e militar, já está por demais estudada, existindo diversas análises e obras sobre o tema, contudo, as campanhas levadas a cabo pelo Exército em Angola e Moçambique não se encontram profundamente estudadas. Se tivermos em conta que as campanhas executadas em Angola revelaram características entendidas atualmente como inerentes à atuação de forças conjuntas é de todo pertinente abordar o seu estudo.

No início da República, as Forças Armadas (FA) encontravam-se organizadas em Marinha, Exército metropolitano e um Exército colonial em cada uma das províncias que advinha das campanhas de pacificação levadas a cabo nas colónias (Lopes, 2013).



Embora a constituição de forças conjuntas<sup>1</sup> se verifique primordialmente no século XX, durante e após a IIGM, consequência do desenvolvimento e eficácia da aeronáutica militar, as operações executadas por diferentes ramos sob um comando único verificavam-se desde a guerra civil americana. A campanha de 1915 constitui-se como um bom exemplo da articulação de forças conjuntas, tendo operado sob mesmo comando uma força constituída por unidades dos diversos ramos das FA portuguesas à época.

As campanhas em África surgem como resposta ao interesse da Alemanha nas colónias portuguesas e como uma forma preventiva e dissuasória, tendo a República, em 18 agosto de 1914 decidido enviar expedições militares para Angola e de Moçambique. Após uma primeira campanha militar infrutífera levada a cabo em 1914, em 07 de abril de 1915 o General Pereira de Eça (doravante designado por GPE) chega a Mossâmedes<sup>2</sup> com a missão de submeter os povos sublevados, ocupar o território Cuanhama e opor-se a qualquer nova incursão dos alemães mantendo-se em atitude de expectativa em relação à possibilidade de execução de operações ofensivas ulteriores (Correia, 1943).

Na campanha de 1915 foi determinado ao GPE pelo poder político o estado final desejado (doravante designado por EFD), passando pela manutenção da integridade territorial de Angola fazendo face a possíveis investidas dos alemães e sobretudo controlar o gentio revoltado e ocupar a região do Cuanhama. Para tal, o GPE, elencou objetivos militares, elaborou um plano contra um adversário que podia ser alemão e/ou o indígena, planeando os aspetos de sustentação das forças de acordo com a área de operações e reorganizou o teatro de operações (TO) no qual era simultaneamente o comandante militar e governador-geral. Pelo que poderemos inferir que à luz da doutrina atual, as operações decorreram no nível operacional e que no seu planeamento esteve presente a ferramenta da Arte Operacional (ArtOp), como a componente da arte militar com a responsabilidade da teoria e prática do planeamento, condução e sustentação de campanhas militares com a finalidade de empregar o instrumento militar e alcançar os objetivos emanados pelo nível político-estratégico.

O atual ambiente operacional (AO) caracteriza-se como altamente volátil, extremamente letal, onde marcam presença diversas alianças e coligações, atuam atores estatais e não estatais, decorrendo maioritariamente em ambiente urbano. De forma a

---

<sup>1</sup> Forças conjuntas são forças constituídas por elementos de mais do que um ramo, podendo envolver forças aéreas, espaciais, navais, anfíbias, terrestres ou de operações especiais, sob comando único (EP, 2012, pp. B-17).

<sup>2</sup> Porto no sul de Angola.



contornar os diversos obstáculos e atingir o EFD, as operações militares são na sua maioria conduzidas por forças conjuntas de forma a potenciar as diferentes capacidades de cada componente e maximizar o emprego do instrumento militar. As operações militares decorrem no seguimento de decisões políticas, como parte integrante de uma estratégia total, para cumprir objetivos militares contribuindo para alcançar o EFD. Aos comandantes cabe-lhes a tarefa de gizar campanhas militares, de aplicar o instrumento militar e cumprir os desígnios do poder político.

Consequentemente, os comandantes tem que compreender o problema, visualizar a natureza e a conceção operacional da operação de forma a empregar as forças militares e atingir o EFD. É desta forma que recorrendo à ArtOp como processo de aplicação da imaginação criativa, os comandantes concebem as estratégias, campanhas, operações de grande envergadura e organizam e empregam as forças militares (EP, 2012, pp. 5-1).

Neste sentido, a importância e pertinência do tema reside na análise das operações militares em Angola em 1915, constituindo-se como *case study*, à aplicação da ArtOp como característica essencial no planeamento e execução de campanhas militares conduzidas por forças conjuntas, de forma a retirar ensinamentos e ir de encontro a Gray, 2008-09, p.18, “...para avançarmos na compreensão da Estratégia e do fenómeno da guerra é necessário teorizar com sustentação na História...”. Deste modo, a investigação subjacente potencia uma perceção detalhada do planeamento de operações conjuntas e aplicação da ArtOp, bem como, através da análise de um caso histórico transmitir uma marca moral e manter um fator comum no desenvolvimento técnico dos leitores (Santos, 2010, p. 22).

#### **a. Objetivos da investigação**

A investigação tem como objeto de estudo a campanha militar de Angola em 1915 e a aplicação da ArtOp no planeamento de campanhas militares conjuntas. Propomo-nos analisar a campanha de acordo com o postulado atualmente no planeamento de campanhas militares conjuntas recorrendo ao uso da ArtOp.

O objetivo principal é identificar se no planeamento e conduta das operações militares levadas a cabo em Angola, pelo GPE, estão presentes características entendidas na doutrina atual como inerentes à atuação de forças conjuntas com especial incidência na aplicação dos elementos da ArtOp. Para cumprir este desiderato propomo-nos elaborar o desenho operacional da campanha e enunciar o problema com o qual o GPE se deparava de forma a identificar os diversos elementos da conceção operacional.



Neste sentido tendo em conta que a ArtOp é uma ferramenta do comandante conjunto, essencial para transformar os objetivos e interesses nacionais em condições mensuráveis, a alcançar pelas forças militares (EP, 2012, pp. 5-5), pretendemos como objetivo principal da investigação afirmar que na campanha de 1915 atuou uma verdadeira força conjunta, aplicando elementos da ArtOp.

Na fase inicial da investigação foi definida uma Questão Central (QC) que orientou o presente trabalho: **Em que medida estiveram presentes na campanha militar do Sul de Angola em 1915, características entendidas na doutrina atual como inerentes à atuação de forças conjuntas?**

Face ao objetivo principal, foram definidos como objetivos secundários a identificação da ArtOp como ferramenta essencial no planeamento de operações militares conjuntas bem como o estudo histórico aprofundado de todo o planeamento e decurso da campanha militar de 1915.

#### **b. Metodologia adotada**

O nosso objeto de estudo é a Campanha militar em Angola (1915) e as características de atuação de forças conjuntas. Todavia, esta é uma temática vasta e com diversas possibilidades de abordagens, por isso, parece-nos fundamental restringir o tema, prevendo uma orientação para uma área mais concreta de análise. Por opção, não abordando a doutrina militar portuguesa da época e não incidiremos sobre os vetores da campanha militar de 1914.

No que diz respeito ao planeamento de campanhas e emprego de forças conjuntas, limitamo-nos à utilização e emprego da ArtOp no planeamento de campanhas militares, não abordando detalhadamente os princípios da atuação de forças conjuntas, os quais não nos parecem suficientemente individualizadores da atuação desta tipologia de forças, dado que são os mesmos que os princípios da guerra com a adição dos princípios do esforço, legitimidade e limitação<sup>3</sup>.

Na execução deste trabalho seguimos o método que enfatiza a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em apreço. Procuramos sempre consultar: fontes primárias, documentação e bibliografia (artigos, revistas científicas, livros, monografias, dissertações de mestrado). Do mesmo modo, não foi descurada a investigação documental do Exército português e de outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

---

<sup>3</sup> Objetivo, Massa, Manobra, Ofensiva, Economia de Forças, Unidade de Comando, Segurança, Surpresa, Simplicidade, Esforço, Legitimidade e Limitação (DoD, 2011, pp. I-2).





relacionadas com a temática da ArtOp. Partindo do manancial de informação seguiu-se uma análise específica dos conceitos de ambiente operacional, variáveis operacionais, níveis da guerra, ArtOp e de outros que lhes estão associados, assim como elaboramos uma descrição da evolução histórica do emprego de forças conjuntas e ArtOp.

O modelo de análise baseia-se no método hipotético-dedutivo (Quivy & Campenhoudt, 1998), cuja construção parte de postulados identificados, como modelo de interpretação do fenómeno estudado. Este modelo gerou, através de um trabalho lógico, hipóteses e conceitos para os quais se procuraram correspondentes no real, permitindo a resposta à QC formulada.

O trabalho inicia-se pela presente introdução onde são definidos os objetivos, delimitação e modelo de análise e compreende três capítulos (cf. figura nº1). No primeiro capítulo apresentamos o enquadramento concetual e estado da arte relativamente às operações conjuntas, tendo por base a doutrina de referência portuguesa, dos Estados Unidos da América (EUA) e OTAN, caraterizamos as operações conjuntas, olhando para a sua evolução histórica e identificamos as suas caraterísticas principais e a relação com o emprego da ArtOp, tentando desta forma validar a Hipótese **(H) 1: As forças conjuntas são constituídas por unidades de mais do que um ramo sob mesmo comando, empregues essencialmente no nível operacional de forma a cumprirem objetivos militares que contribuem para o alcançar do estado final desejado, recorrendo para tal à Arte Operacional**; respondendo à **Questão Derivada (QD) 1: Quais as caraterísticas inerentes à atuação de forças conjuntas à luz da doutrina atual?**

No segundo capítulo, pretendemos elaborar um estudo histórico do planeamento e decurso da campanha militar de Angola, em 1915, começando por analisar a situação Politico-Estratégica, os antecedentes, o planeamento e execução da campanha bem como qual o grau de consecução dos objetivos definidos pelo governo português. Desta forma, propomo-nos validar a **H2: No final da campanha militar no Sul de Angola de 1915 os objetivos militares foram cumpridos e o estado final desejado atingido**; respondendo à **QD 2: De que forma o planeamento e execução da campanha militar do Sul de Angola de 1915 permitiu atingir o estado final desejado pelo governo português?**

No terceiro capítulo, analisaremos a campanha, à luz da doutrina atual em operações conjuntas e da ArtOp, elaborando o enunciado do problema, o *design* e a conceção operacional, identificando quais os diversos elementos da ArtOp presentes no planeamento e conduta das operações (cf. figura nº2) validando a **H3: Identificam-se no planeamento e**



conduta das operações militares em Angola de 1915 vários elementos da Arte Operacional; respondendo à QD 3: Quais os elementos da Arte Operacional que se podem identificar no planeamento e execução das operações militares em Angola de 1915?

Por fim, apresentaremos as conclusões respondendo à QC identificada para a investigação.

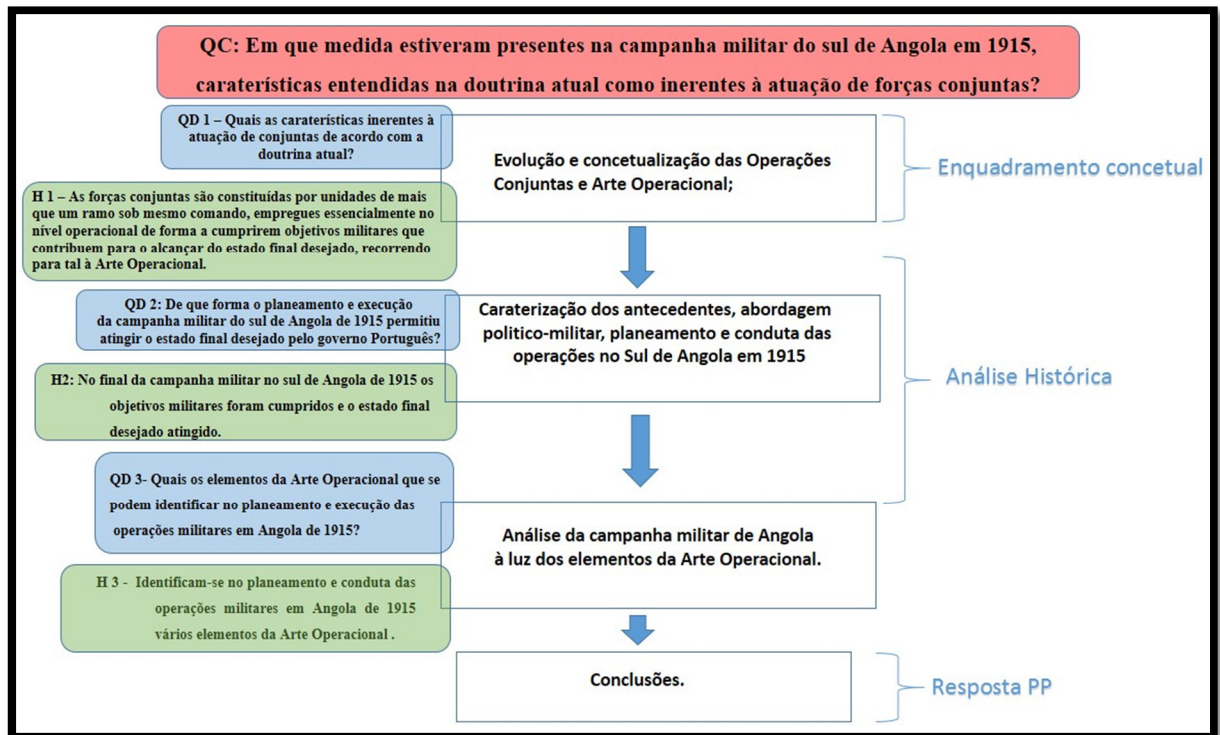


Figura nº1- Percurso metodológico

Fonte: (Autor, 2014)

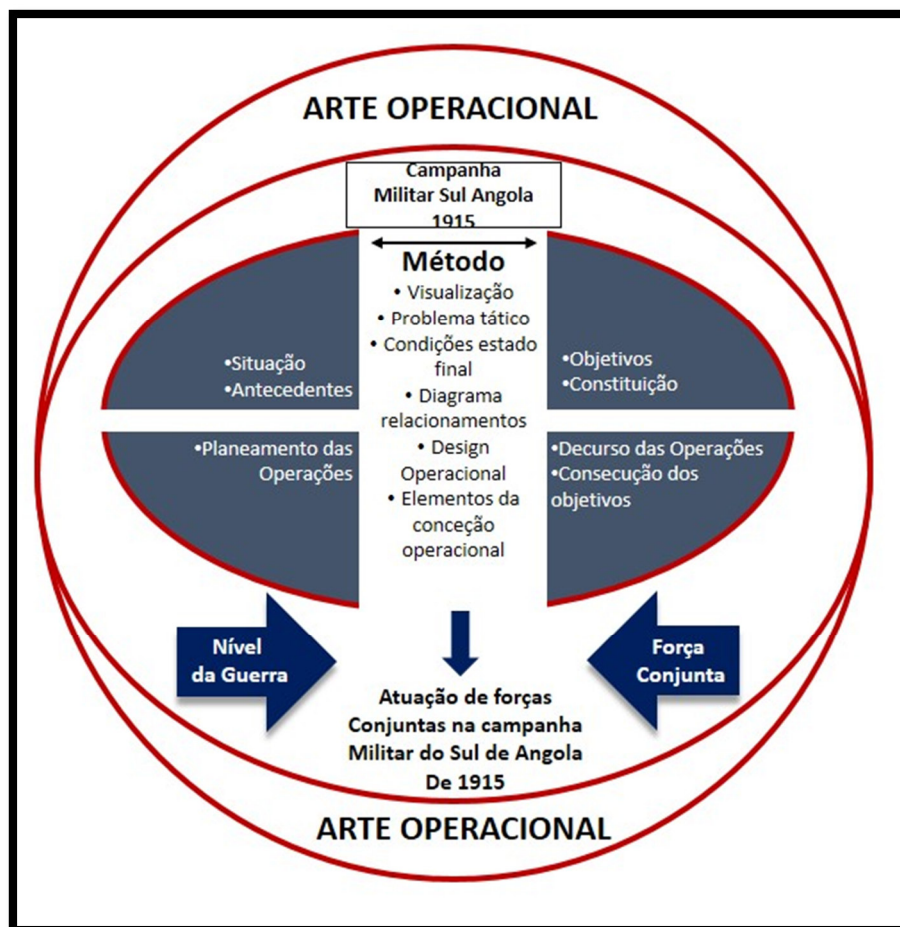


Figura nº2 – Modelo de análise

Fonte: (Autor, 2014)



## **1. Enquadramento Conceptual e Estado da Arte**

As atuais operações militares caracterizam-se por decorrer num ambiente complexo e em constante mutação, onde o adversário assume diversas características, desde forças convencionais e não convencionais até forças irregulares, exigindo assim uma abordagem mais abrangente e exigente às forças militares.

A aplicação do instrumento militar, requer desta forma, uma série de capacidades para enfrentar as adversidades e ameaças presentes no AO, razão pela qual, se assiste a uma constante aplicação de forças conjuntas de forma a maximizar as características de cada componente e minimizar as suas deficiências em conjugação com outras capacidades das nações.

Como consequência, assiste-se a uma maior importância na conjugação de esforços, no planeamento e integração de todas as componentes, o que significa que os comandantes assumem papel fulcral no planeamento e desenho de campanhas militares de forma a atingir os objetivos estratégicos.

No presente capítulo pretendemos elaborar um estudo concetual sobre as operações conjuntas e ArtOp no planeamento de campanhas militares, para desmistificar a sua origem, emprego e características, de forma a validarmos a H1 e consequentemente respondermos à QD 1.

### **a. Origem e evolução das forças conjuntas, nível operacional e Arte Operacional**

Atendendo que, "...o estudo das guerras do passado é fundamental para a preparação das próximas guerras, dado que os atuais problemas militares não podem ser resolvidos sem entender o seu passado e origem..." (Vego, 2010, p. 124), podemos inferir que se edifica um pré-requisito para o entendimento da aplicação de forças conjuntas, (o nível onde são aplicadas e da ArtOp) a compreensão e assimilação da teoria inerente, o que não pode ser completamente entendido sem visualizarmos a sua evolução histórica.

Aquando das primeiras civilizações, a guerra resumia-se à preparação e condução de combates e batalhas localizadas e de curta duração, sendo a sua aplicação da responsabilidade do soberano, conduzindo pessoalmente a ação das forças militares. Sun Tzu é apontado como sendo o primeiro grande pensador militar a preconizar uma clara separação de níveis entre a estratégia militar e aquilo que hoje se designa por política ou estratégia nacional, apontando para a distinção entre a direção e condução da guerra, cabendo a primeira ao soberano e a segunda ao general (cit. por Pereira, 2011, p.9). A ênfase estava no chamado nível tático, centrando-se o pensamento militar na forma de armar, equipar e



organizar as formações para os combates e batalhas, cabendo à estratégia ao soberano, ou seja, aquele que conduz o exército.

Jomini, na sua obra “The Art of War”, distingue o nível político do nível militar e acrescenta que para o general, a guerra consiste em: estratégia, grande tática, logística, tática e a arte do engenheiro, mas carece da aprovação inicial do chefe de estado sobre o caráter da guerra. Por sua vez, Clausewitz também advogou a subordinação da guerra à política, com a célebre frase “a guerra é a continuação da política por outros meios” preconizando a sua condução em dois níveis: o tático, que consiste no emprego das forças militares no combate e o estratégico, consistindo no uso dos combates para atingir o objetivo da guerra (cit. por Pereira, 2011, p.11).

Além da questão referente aos níveis da guerra, quer Jomini quer Clausewitz, demonstram como as campanhas Napoleónicas foram a base para o desenvolvimento de diversos conceitos atualmente utilizados na ArtOp tais como: centro de gravidade (CoG), culminação, aproximação indireta e ponto decisivo (Matheny, 2004, p. 23).

Com o desenvolvimento dos armamentos, nomeadamente o meio aéreo, os ensinamentos recolhidos na IGM bem como na guerra civil russa, Svechin and Tukhachevsky, identificaram o nível operacional e o conceito de ArtOp como sendo “...the totality of maneuvers and battles in a given part of a theater of military action directed toward the achievement of the common goal, set as final in the given period of the campaign...”, chegando à conclusão que ao contrário do que advogava Napoleão com a sua estratégia do ponto decisivo, o sucesso seria obtido através de uma ação conjugada de esforços de diversos tipos, essencialmente veículos blindados com aviação (a que podemos apelidar de conjunto), numa série de batalhas e empenhamentos atuando na profundidade do adversário (Issersson, 2013, pp. vxi, vxiii).

No ocidente, o nível operacional surge em 1982, com a publicação do *Field Manual* (FM) 100-5 *Operations*, que refere o nível operacional como aquele que faz a ligação entre o nível estratégico e as ações táticas, introduzindo ainda o conceito de “batalha aero-terrestre” como uma abordagem conjunta para contrapor à arte operacional soviética, mostrando, mais uma vez, a ligação entre a aplicação de forças conjuntas e o nível operacional. Esta nova doutrina acrescenta, entre a tática e a estratégia, o nível operacional da guerra, responsável pelo planeamento e condução das campanhas, sendo estas, um conjunto simultâneo e sequencial de batalhas, desenvolvidas por forças conjuntas.



Efetivamente, a ArtOp só é introduzida em 1986, onde pela primeira vez surge na doutrina americana como “...the employment of military forces to attain strategic goals in a theater through the design, organization, and conduct of campaigns and major operations...” (DA, 1986, p. 10).

Desta forma, a aplicação da ArtOp está, desde a sua génese, intimamente ligada ao nível operacional e à atuação de forças conjuntas. Pese embora as operações conduzidas por forças de mais que um ramo sob comando único, já se note desde a guerra civil americana, poderemos mesmo inferir que a característica essencial para o emprego de forças conjuntas está na utilização da ArtOp de forma a aplicar o instrumento militar para atingir o EFD pela estratégia e pela política.

#### **b. Características de atuação de forças conjuntas**

Poderemos considerar forças conjuntas, como aquelas que sob o mesmo comando comportam mais que um ramo das FA. De acordo com a *Allied Administrative Publication* (AAP)-6, conjunto, é um adjetivo usado para descrever operações e organizações nas quais participam pelo menos dois ramos ou serviços das FA (OTAN, 2013a, pp. 2-J-1). Dado que para a OTAN, o planeamento do nível operacional é o planeamento levado a cabo para desenhar campanhas de forma a alcançar os objetivos estratégicos delineados para determinado teatro de operações, traduzindo os objetivos estratégicos em ações táticas conduzidas essencialmente por forças compostas por mais que um ramo das FA (OTAN, 2013b, pp. 1-13), podemos concluir que as forças conjuntas são normalmente empregues nas campanhas e nível operacional.

Se nos primeiros tempos, as operações conjuntas eram caracterizadas pelo transporte de tropas terrestres por meios navais para depois operarem e serem apoiadas pelo fogo naval, com o aparecimento e utilização massiva dos meios aéreos a partir da IIGM, as operações conjuntas passaram a ser a norma. Atualmente, há poucas operações conduzidas por um único ramo das FA, dado que através da aplicação de forças conjuntas, os comandantes, ganham flexibilidade e liberdade de ação através do emprego de capacidades distintas, dispondo de um elevado rol de opções táticas e operacionais passíveis de causar problemas múltiplos e complexos ao adversário (Vego, 2008, p. 113).

O atual AO, onde as forças militares atuam, é extremamente complexo e em mutação constante. A globalização, o ambiente de informação interconectado com atores não tradicionais e com as capacidades militares em mutação constante levaram a uma alteração substancial de atuação das forças militares (DA, 2013, p. 01).



Atualmente as ações militares tem de ser integradas com outros instrumentos de poder não militares de forma a cumprir os objetivos estratégicos. Isto leva a uma interdependência crescente no alcançar do sucesso em ambientes complexos, levando os comandantes a aplicar a força de forma harmoniosa e com sinergia para mitigar os riscos e colmatar as deficiências de cada um.

Para a OTAN, fruto das experiências colhidas nas intervenções no Afeganistão e Iraque, a resolução dos problemas, cada vez mais complexos, requerem uma atuação coordenada entre os diversos instrumentos de poder político, militar económico e informacional, chamando a esta abordagem, *Comprehensive Approach*<sup>4</sup>.

Os comandantes militares com os meios à sua disposição tem de gizar uma forma de cumprir os objetivos estabelecidos e atingir o EFD estabelecido pelo poder político. (Valle, 1984).

De forma a cumprir os objetivos operacionais, contribuir para os objetivos estratégicos e alcançar o EFD, as forças militares conjuntas coordenadas no espaço e no tempo cumprem uma série de ações táticas em determinada área de operações, simultânea ou sequencialmente de acordo com um *operations plan* (OPLAN) comum e sob controlo de um comandante único (Vego, 2008, p. 111).

Os comandantes assumem desta forma uma importância extrema, centrando as operações nas suas orientações aplicando a sua experiência, formação, intuição no exercício do comando e planeamento das operações ao mesmo tempo procurando a harmonização a sinergia e promovendo a unidade de esforço de forma a conceber um OPLAN que permita a aplicação da força conjunta de forma a cumprir os objetivos estratégicos.

Atendendo a que ArtOp, é a componente da arte militar com a responsabilidade da teoria e prática do planeamento, condução e sustentação de campanhas com a finalidade de cumprir os objetivos emanados pelo nível operacional ou estratégico, recorrendo à aplicação de imaginação criativa pelos comandantes, tendo em consideração os seus conhecimentos, experiência, formação e personalidade, com o intuito de delinear estratégias, campanhas, organizar e empregar o instrumento militar (OTAN, 2013b, pp. 2-2), podemos claramente deduzir que o planeamento de operações conjuntas recorre à aplicação da ArtOp.

A OTAN, baseia a sua organização mediante os diversos níveis de operações, onde facilmente ressalta quando se refere ao nível tático se aplica à componente terrestre,

---

<sup>4</sup> “the coherent and comprehensive application of the various instruments of the Alliance to create overall effects that will achieve the desired outcome.” (OTAN, 2006)



marítima e aérea. Para operações em determinada área é sempre projetada uma força conjunta, contendo forças das diversas componentes e comandada por um *Joint Force Commander* (JFC) designado. Este cumpre os objetivos e princípios que a aliança elenca para a atuação de forças conjuntas (OTAN, 2010, pp. 1-5): Unidade de esforço; definição do objetivo; finalidade comum; sustentação; concentração; economia de esforços; flexibilidade; iniciativa; manutenção do moral; surpresa; segurança; simplicidade e multinacionalidade (OTAN, 2010, pp. 1-6;1-8).

### c. Níveis da guerra

A segmentação das ações em estratégico-militares, operacionais ou táticas é feita com base nos efeitos ou contribuição para a consecução dos objetivos específicos, não se encontrando diretamente relacionada com um nível particular de comando, escalão de unidade, equipamento, ou tipo da força ou das suas componentes (OTAN, 2010, pp. 1-4).

O planeamento de operações militares decorre normalmente em três níveis: o estratégico (também chamado estratégico-militar), o operacional e o tático (cf. figura 3). Os níveis da guerra definem e clarificam a relação entre estratégia, a abordagem operacional e as ações táticas. Atualmente, e dada a complexidade do ambiente operacional, os níveis da guerra não têm limites bem definidos, sendo a sua hierarquização relacionada com responsabilidades de planeamento, ajudando a organizar a sua conceção e a abordagem.

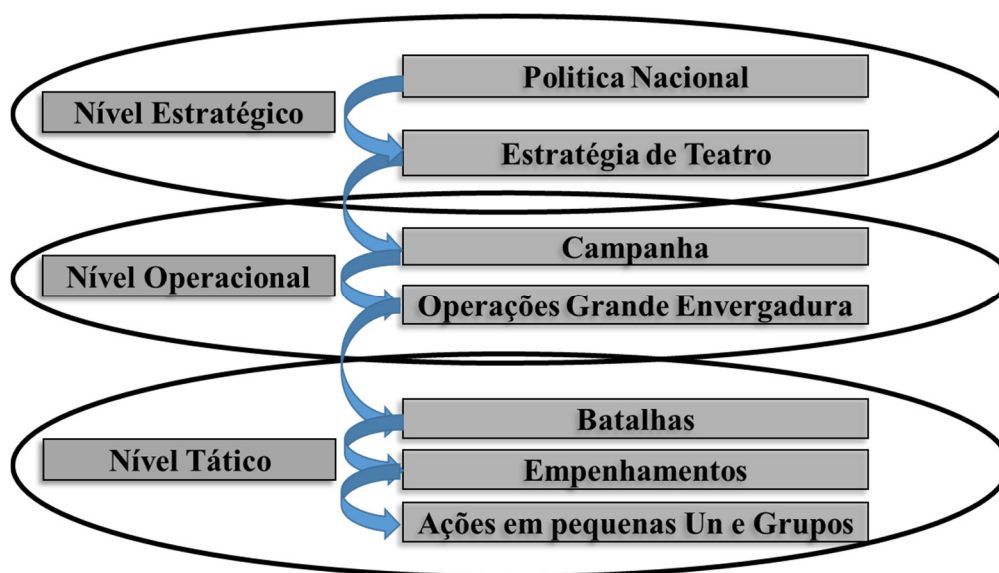


Figura nº3- Níveis da Guerra

Fonte: adaptado (EP, 2012, pp. 5-2)

#### (1) Estratégico-Militar

A este nível, as FA são projetadas e empregues, no âmbito de um enquadramento político abrangente, como parte da estratégia para alcançar os objetivos estratégicos





nacionais (EMGFA, 2012, pp. 1-2). De uma perspetiva exclusivamente nacional podemos afirmar que o nível estratégico é onde são aplicadas todas as formas de poder de uma nação, onde são aplicados todos os recursos de um estado de forma a atingir os objetivos definidos pelo poder político. Diz respeito ao chefe de governo e aos ministérios, enquanto para a OTAN, diz respeito à aplicação dos recursos da aliança de forma a atingir os objetivos definidos pelo *North Atlantic Council* (NAC) (OTAN, 2010, pp. 1-4).

## **(2) Operacional**

É o nível em que as campanhas e as principais operações militares são planeadas, conduzidas e sustentadas para atingir os objetivos estratégicos nos teatros ou áreas de operações (EMGFA, 2012, pp. 1-2). É o nível de excelência para aplicação da ArtOp que liga o nível estratégico-militar com o nível tático, estabelecendo objetivos operacionais e iniciando ações com a aplicação dos recursos a fim de assegurar o sucesso da campanha. As forças militares são projetadas e empregues de acordo com a estratégia definida para o teatro de operações de forma a atingir os objetivos estratégicos. Normalmente implica operações de sustentação com ações sequenciais e simultâneas por parte de forças específicas para operações logísticas.

É ao nível operacional, que o sucesso das ações táticas obtido nos empenhamentos e nas operações são combinados para obter os efeitos desejados com a finalidade de atingir os objetivos estratégicos e chegar ao estado final desejado (OTAN, 2010, pp. 1-6).

Inserido no nível operacional, estão as campanhas e as grandes operações, sendo que para a investigação em curso é importante referirmo-nos às campanhas. Segundo a AAP-6, podemos definir campanha como uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico numa determinada área e num determinado intervalo de tempo, envolvendo normalmente forças terrestres, navais e aéreas (OTAN, 2013a, pp. 2-C-1).

É também a este nível que se utiliza o termo de estratégia operacional de teatro, como base para o desenvolvimento da campanha e que leva ao desenvolvimento do plano de operações a executar. As forças conjuntas implementam o plano no teatro de forma a alcançar os objetivos estratégicos e por sua vez os objetivos nacionais ou políticos (DA, 1995, pp. 2-4).

### (3) Tático

Ao nível tático as forças são empregues na condução de tarefas militares para cumprir objetivos militares. O cumprimento com sucesso desses objetivos ao nível tático contribui para o sucesso ao nível operacional e estratégico-militar (OTAN, 2010, pp. 1-6).

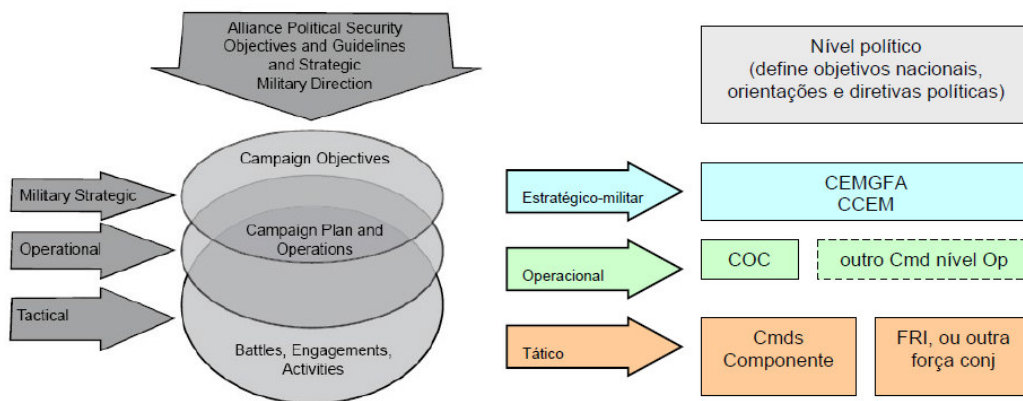


Figura nº4- Correspondência entre os níveis OTAN e nacionais

Fonte: (EMGFA, 2012, pp. 1-3)

#### d. Planeamento de operações ao nível Operacional

A OTAN, apresenta como documento enquadrante para o seu planeamento de operações a *Comprehensive Operational Planning Directive* (COPD), que estabelece os passos específicos do planeamento de operações da aliança desde o nível estratégico até ao nível tático, segundo uma abordagem holística. A OTAN reconhece que dada a complexidade do atual AO e recorrendo ao contributo das *Lessons Learned*<sup>5</sup> advindas dos teatros de operações do Afeganistão e dos Balcãs, o instrumento militar por si só não consegue resolver a crise. A abordagem da OTAN é assim, uma abordagem conjunta e integrada entre as partes políticas, civis e militares de forma a gerir efetivamente a crise (OTAN, 2013c, pp. 1-3). Assim, o planeamento é elaborado de forma multidimensional concorrente entre todos os atores, no intuito de que todos cumpram a sua parte e contribuam para a resolução da crise (OTAN, 2013c, pp. 1-3).

Desta forma, a OTAN apresenta o *NATO Crisis Management Process* (NCMP), como processo através do qual se procura gerir e resolver a crise. O planeamento de operações requer práticas e procedimentos específicos para cada nível, bem como o estabelecimento das ligações entre os diversos atores, os efeitos, os objetivos e o EFD. É

<sup>5</sup> Lições aprendidas, sistema no qual se analisam as ações decorridas de forma retirar ensinamentos para o futuro.



aqui que entra a COPD, ao estabelecer as normas, as etapas e os procedimentos para o planeamento de operações, quer ao nível estratégico quer ao nível operacional, com a finalidade de enfatizar os procedimentos militares e as responsabilidades relativamente à preparação, aprovação, implementação e revisão dos planos de operações (OTAN, 2013c, pp. 1-4). Importa salientar o planeamento ao nível operacional e a utilização da ArtOp dentro do *operational planning process*<sup>6</sup> (OPP) (cf. figura 5 e 6), atendendo às fases do processo e à aplicação da ArtOp nas fases 2 e 3 (cf. Figura 6).

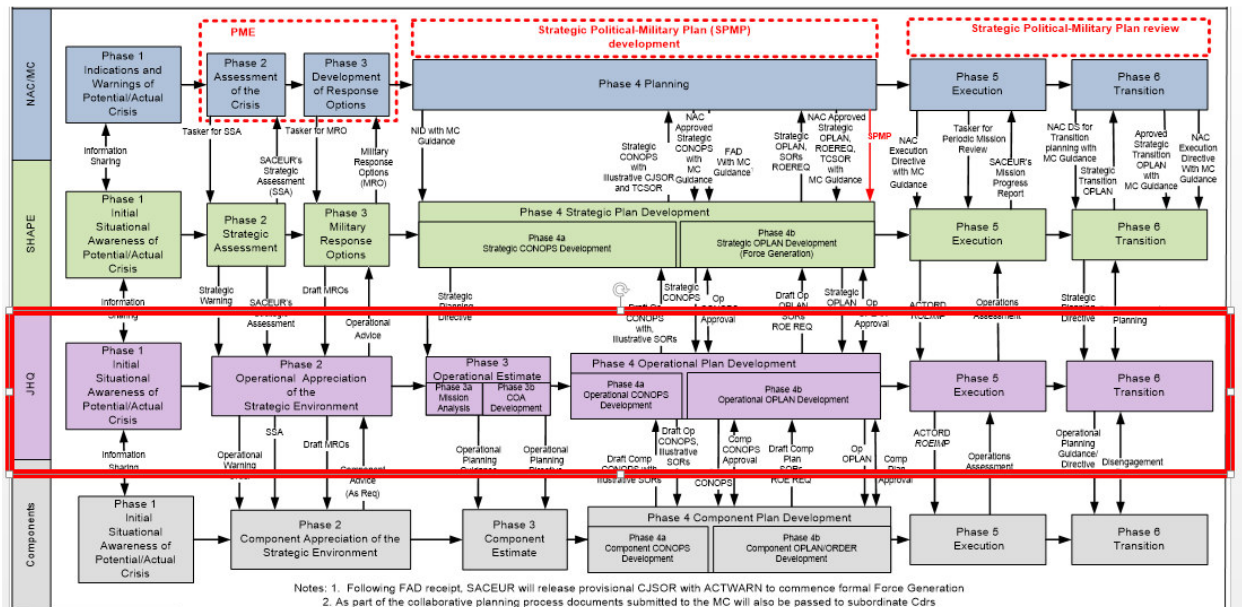


Figura nº5- Fases do OPP

Fonte: (OTAN, 2013c, pp. 3-3)

<sup>6</sup> Definido como o processo de planeamento ao nível operacional na identificação dos passos necessários para apoiar o comandante, no desenvolvimento do plano de operações de nível operacional, incluindo a condução do processo de estimativa operacional. Contempla as seguintes fases: 1 – *Situational Awareness*; 2- *Operational Appretiation of Strategic Environment*; 3 – *Operational Estimate* (onde é feita a visualização e estimativa operacional bem como o *Design* Operacional); 4 – *Operational Plan development*; 5 - *Execution*.; Fase 6 - *Transition* (OTAN, 2013c, pp. 3-3).

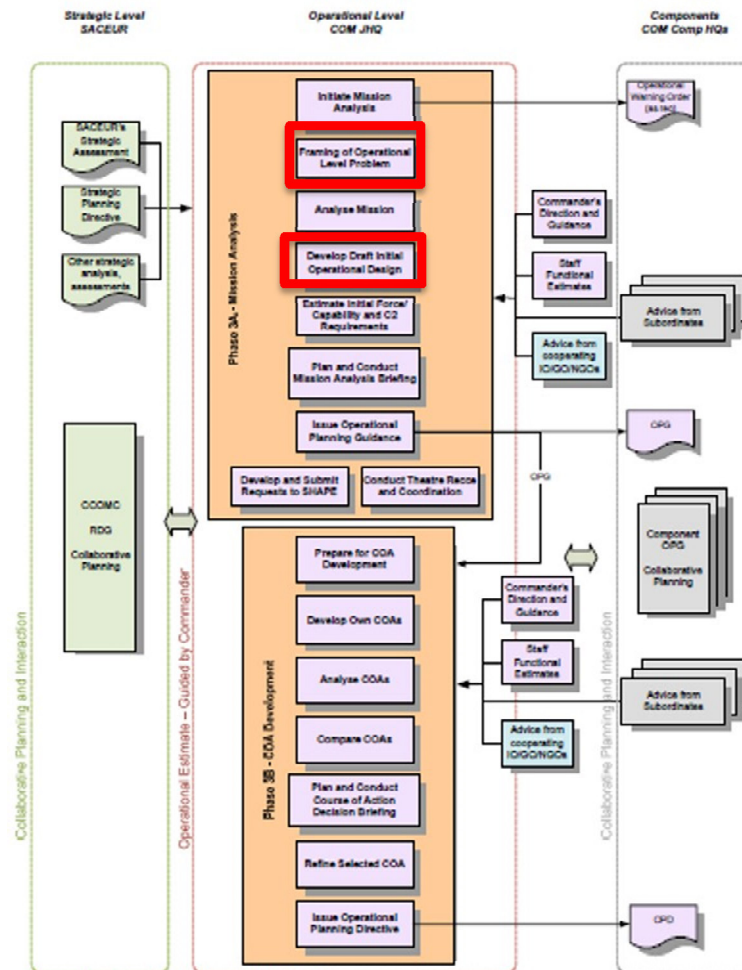


Figura nº6- Fases do OPP onde se aplicam a Arte Operacional, o *Design* Operacional e a Visualização

Fonte: (OTAN, 2013c, pp. 4-37)

### e. Arte Operacional

*“Operational art is not a level of war. It is, rather, thinking and acting like an explorer before the days of Google Earth, The Weather Channel, and Global Positioning Systems. While tactical and strategic thinking are fundamentally different, both kinds of thinking must take place in the explorer’s brain, but in separate compartments. It is what goes on in the explorer’s mind, the mediating and balancing interaction between his strategic and tactical reasoning.”*

Czege, H.W; 2011, Thinking and Acting Like an Early Explorer, Operational Art is Not a Level of War, Smallwarsjournal.

Como verificamos na exposição da evolução da ArtOp, esta começou por referir-se a um nível da guerra intermédio, entre os níveis estratégico e o tático, com uma conotação espacial e de organização de forças, passando seguidamente a uma forma específica de operações que conjugava os vários ramos das FA, evoluindo para um conceito distinto com uma abordagem centrada na aplicação da visão criativa e arte do planeamento de forma a contribuir para a tomada de decisão dos comandantes. Importa ressaltar, que atualmente a ArtOp não se restringe ao nível operacional, embora lhe esteja conotada, sendo que os conceitos de conceção operacional e *Design* operacional são aplicados no nível estratégico



e no nível tático. “...nearly all missions this century will be complex, and the kind of thinking we have called ‘operational art’ is often now required at the battalion level...” (Czege, 2011b, p. 34).

Dado o tema da investigação ser a campanha que recorreu no Sul de Angola e, atendendo a que as campanhas são uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico envolvendo normalmente forças conjuntas, considerando Portugal como membro da OTAN e, consubstanciando-se a sua doutrina como referência, âmbito conjunto (cf. figura nº7), vamos utilizar para a concetualização e operacionalização de conceitos as *Allied Joint Publications* (AJP) e a COPD, publicações doutrinárias da OTAN.

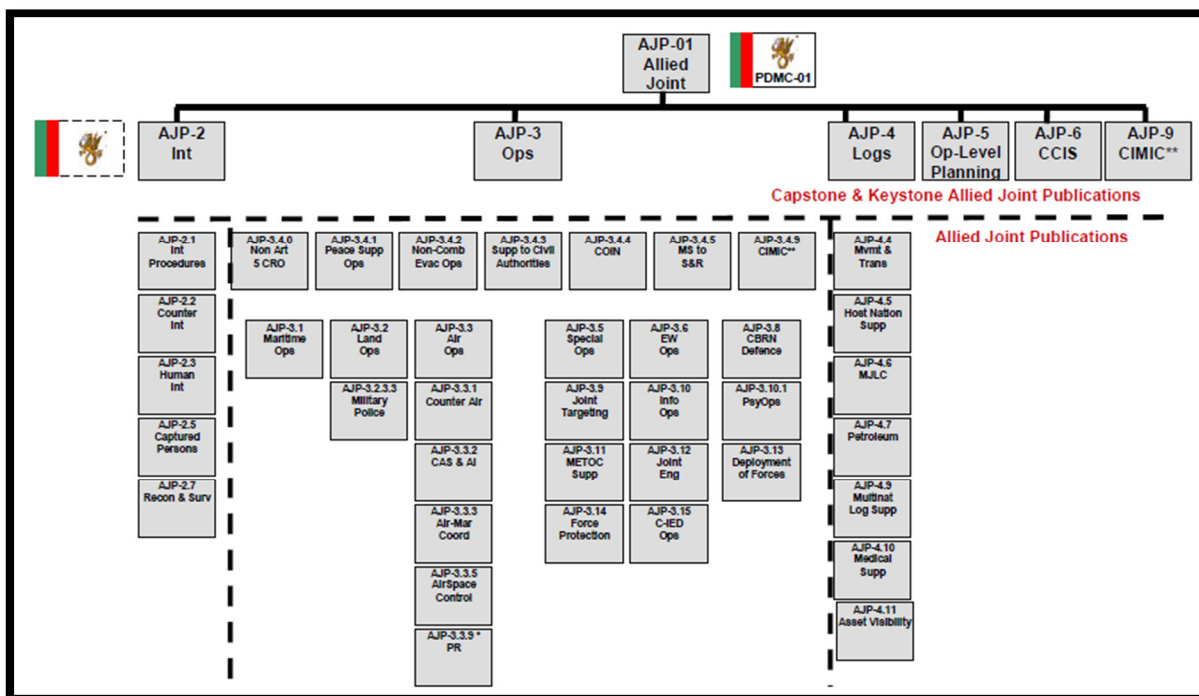


Figura nº7- Modelo da arquitetura da Doutrina Militar Conjunta da OTAN

Fonte: (EMGFA, 2012, pp. 1-2)

Assim, a ArtOp é descrita como sendo a aplicação de imaginação criativa pelos comandantes, tendo em consideração os seus conhecimentos, experiência, formação e personalidade, com o intuito de delinear estratégias e campanhas a organizar e empregar o instrumento militar. Procura responder, ao quando, como, onde, para que e como, se vai constituir determinada força a ser empregue. Ao nível da OTAN é também através da ArtOp

que se planeia a conjugação de esforços entre os diversos instrumentos de poder<sup>7</sup> e, as, diversas agências e organizações para atingir o EFD (OTAN, 2010, pp. 2-2).

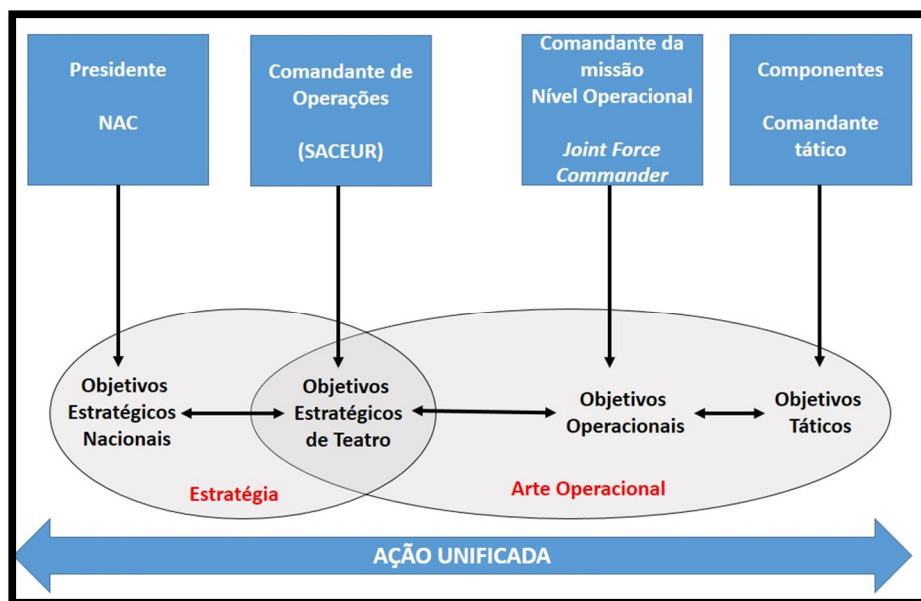


Figura nº8 - Relação entre Estratégia e Arte Operacional

Fonte: (Staff, 2011, pp. I-13)

Independentemente da natureza da missão, dos meios e tecnologia envolvida, os comandantes escolhem a modalidade de ação que mais hipóteses tem de sucesso, aplicando a ArtOp para visualizar as condições necessárias para o sucesso antes de cometer forças. Os comandantes vão elaborar um OPLAN refletindo o seu conceito de operações (cf. Figura nº9) que uma vez executado, vai permitir atingir os objetivos e alcançar o EFD (OTAN, 2010, pp. 2-5).

<sup>7</sup> Diplomático, Informações, Militar e Económico (DIME).



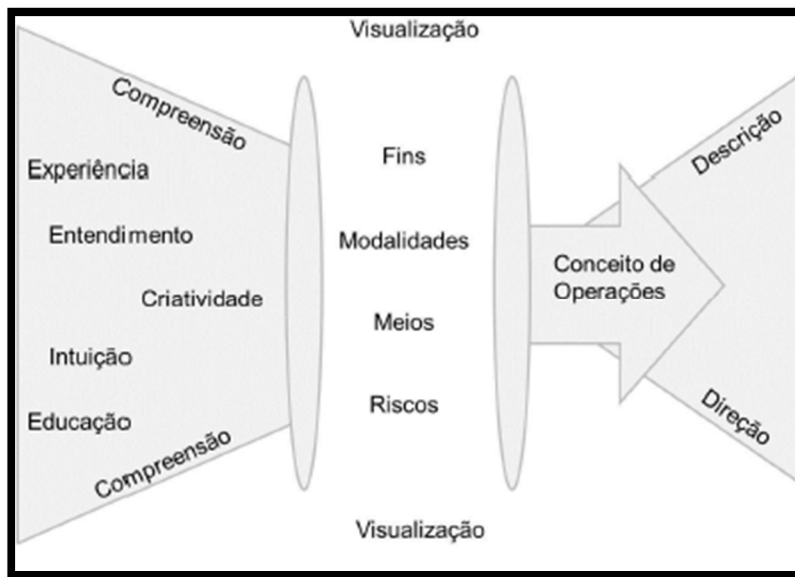


Figura nº9- Arte Operacional

Fonte: (EP, 2012, pp. 5-4)

No desenho de uma campanha os comandantes utilizam a ArtOp de forma a definir os seguintes aspetos fundamentais:

- Identificar as condições militares que contribuirão para atingir os objetivos estratégico-militares e que suportam os objetivos político-estratégicos;
- Ordenar, sequencial e simultaneamente, as atividades que conduzem ao cumprimento das condições militares contribuindo para o sucesso da campanha, o que vai representar o esboço base do plano de operações e que será refinado no processo do Desenho Operacional;
- Aplicação dos recursos militares, não só o emprego como a sua sustentação e ainda, a sincronização e integração dos meios militares com outras capacidades através de uma *Comprehensive Approach*;
- Identificação dos riscos e uma apreciação do que é possível cumprir, para que o sucesso seja atingido e os comandantes estejam preparados para assumir riscos calculados, de forma que através de planos de contingência sejam mitigados os riscos identificados;
- Pensar sobre a perspetiva dos outros autores envolvidos, de forma a perceber a evolução da situação e antecipar ações e reações dos diversos atores presentes no AO (OTAN, 2010, pp. 2-14).

Parte integrante da ArtOp, o *Design Operacional* (doravante designado por DOp), (cf. figura nº10) é utilizado pelos comandantes para esquematizar o problema, estruturar e

definir as ideias, expressar a sua visão para o decurso das operações e elaborar e redefinir o plano. Através da gestão operacional integram, coordenam, sincronizam, priorizam, disseminam e avaliam o emprego de forças, correspondendo ao por em prática e acompanhamento do que foi planeado.

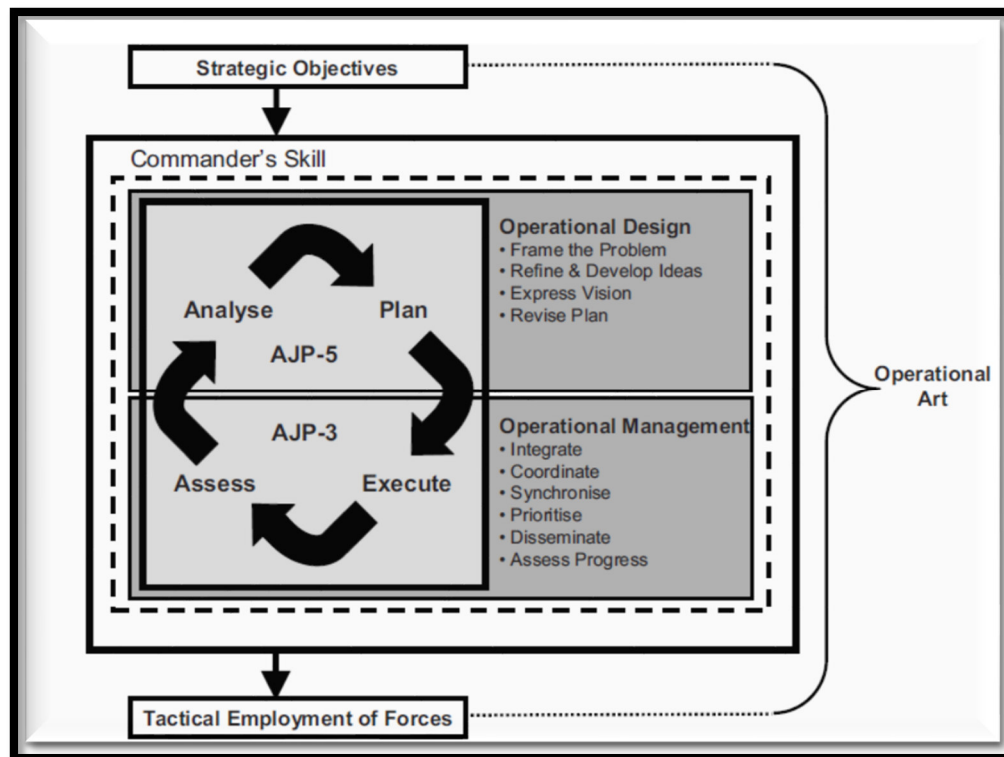


Figura nº10- Ciclo da Arte Operacional

Fonte: (OTAN, 2010, pp. 5-9)

#### f. Design Operacional

Para os comandantes transformarem as suas ideias operacionais em planos exequíveis e detalhados é utilizado o DOp. Esta aplicação caracteriza-se pela utilização de conceitos numa sequência lógica de forma a desenhar a campanha e conduzir as operações, analisando os fatores estratégicos e operacionais, entendendo às necessidades operacionais com criatividade e imaginação e assegurar uma relação lógica entre os “*ends, ways & means*” e o risco aceitável (OTAN, 2010, pp. 2-26).

Intimamente ligado com a ArtOp e o DOp está a visualização, como a metodologia seguida para aplicar o pensamento crítico e criativo ao entendimento, visualização e descrição de problemas complexos e ao desenvolvimento de soluções (cf. Apêndice 3). Este processo metodológico ajuda a produzir uma solução que consubstancie a intenção do comandante, estimulando a solução do problema certo e assentando na criação de uma





narrativa e não apenas na listagem de factos e pressupostos (Joint Staff, J-7, 2011, pp. III-3).

### g. Elementos do *Design Operacional*

O DOp requer três atividades interligadas de forma contínua (cf. figura nº11):

- Enquadrar o problema operacional, englobando a receção e a clarificação do EFD pelo nível estratégico que não é mais do que a visualização.

- Formular a conceção operacional<sup>8</sup>, englobando a determinação da abordagem operacional, a identificação dos pontos decisivos (PD) e o desenvolvimento de linhas de operações (*lines of operations*) (LoO).

- Pormenorizar a conceção operacional de forma a analisar o modo como se pode executar a operação.

Individualmente, estas atividades definem a natureza da operação, determinam a estrutura da força, focalizam a operação e priorizam os recursos. Em conjunto, e ligados de forma contínua vão auxiliar o comandante a transformar as diretivas políticas e estratégicas em missões de nível tático (EP, 2012, pp. 5-6; 5-8; 5-15).

Através da identificação destes elementos, o comandante vai elaborar a estruturação de toda a campanha e do plano de operações a executar.

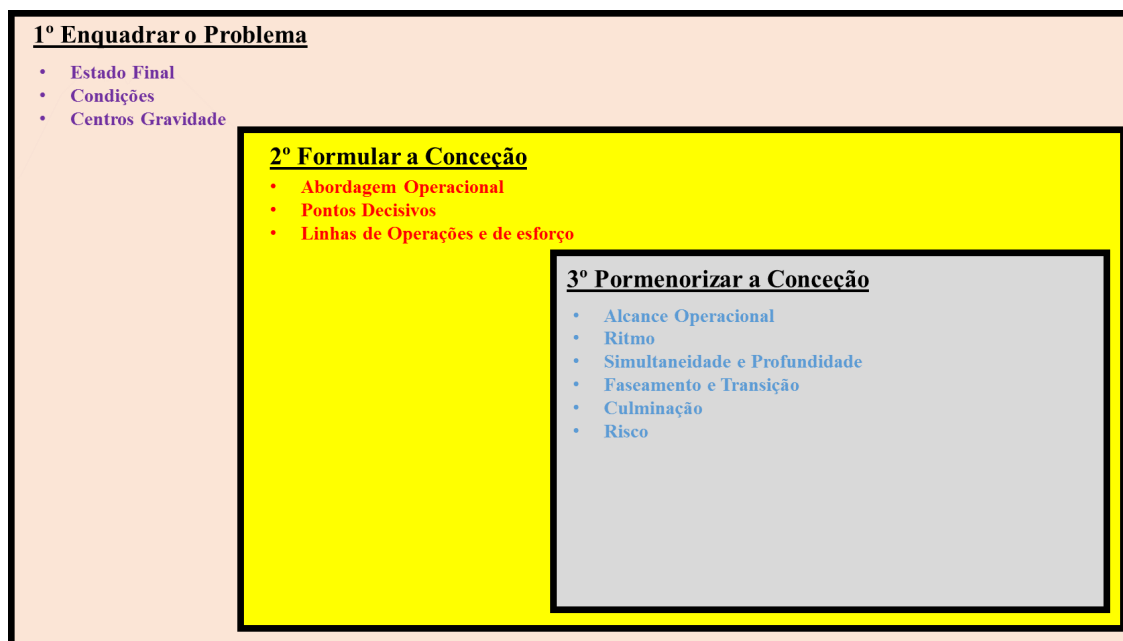


Figura nº11- Ligação entre os elementos do DOp

Fonte: Adaptado de (EP, 2012, pp. 5-6)

<sup>8</sup> Aconselha-se a visualização do Anexo A – Corpo de Conceitos.



#### **h. Síntese conclusiva**

O atual ambiente operacional extremamente complexo requer uma resposta militar cada vez mais abrangente que permita fazer face a uma grande panóplia de desafios.

A experiência das recentes operações nos Balcãs e Afeganistão vieram confirmar, que as operações atualmente não se resolvem só através da aplicação do instrumento militar, mas sim através da conjugação de outros instrumentos de poder. Pelo que concluímos que atualmente a aplicação de forças conjuntas é ponto determinante, de forma a maximizar as características específicas de cada componente.

Constatamos no presente capítulo que as características essenciais da atuação de forças conjuntas se consubstanciam na sua constituição, atuação no nível operacional e sob comando unificado de forma a garantir a unidade de esforço, a sinergia e harmonização. Assim o JFC, assume papel preponderante na atuação de forças conjuntas e por inerência a aplicação da ArtOp é a característica essencial para aplicação de forças conjuntas.

A aplicação da ArtOp tem por fim, a execução de um OPLAN onde se possa identificar a forma como o instrumento militar vai cumprir objetivos militares que contribuam para a consecução dos objetivos operacionais e estratégicos, materializados pelas condições que definem o EFD pelo poder Político.

Julgamos assim neste capítulo ter confirmado a H1, o que nos permitiu responder à QD 1.



## **2. A campanha militar de Angola em 1915**

No presente capítulo pretendemos caraterizar a campanha de 1915, começando por descrever historicamente a presença portuguesa no território angolano até ao ano de 1914.

Seguidamente pretendemos caraterizar a situação politico-estratégica vivida em Portugal, à época do deflagrar da IGM, de forma a entendermos as razões e circunstâncias que levaram a que as autoridades portuguesas decidissem enviar expedições militares para as colónias africanas. Relataremos a expedição comandada por Alves Roçadas, o seu decurso e o que esteve na origem da decisão de enviar uma nova campanha militar para Angola comandada pelo GPE. Finalmente, pretendemos elaborar uma narrativa do planeamento, conduta e grau de consecução dos objetivos da campanha levada a cabo em 1915.

### **a. Presença de Portugal na Província de Angola até 1914**

Portugal é no início do século XV, um país consolidado com fronteiras terrestres bem definidas e com uma identidade nacional, especialmente após a batalha de Aljubarrota. Assiste-se, assim, ao surgimento de uma nova classe social, a burguesia, que assume grande importância na procura de novas formas mercantis, donde se destacam a pesca e o comércio naval com os povos do mediterrâneo (Cortesão, 1993, p. 14).

Estavam assim criadas condições para que, a par da posição geográfica das necessidades económicas advindas da enorme falta de recursos (Cortesão, 1993, p. 14), da vontade de expansão da igreja católica (Cortesão, 1993, p. 20), e ainda de uma posição centrífugista<sup>9</sup> assumida relativamente a Castela (Carvalho, 1989, pp. 73-84), Portugal, se volte para o mar e assumia uma estratégia expansiva, dando início aos descobrimentos com a conquista de Ceuta em 1415.

A presença portuguesa na atual região de Angola encontra-se atestada desde que em 1482, quando uma armada portuguesa comandada por Diogo Cão, chega à foz do Rio Congo e estabelece contato com o Reino do Congo, iniciando uma série de viagens explorativas do território desde o rio Zaire até Cabo Negro (Cortesão, 1993, p. 68).

A região de Angola é marcada pelos portugueses, essencialmente através da expansão da religião cristã e do comércio de escravos, recrutados em Angola e levados para o Brasil para trabalhos na construção e agricultura da cana-de-açúcar. Não obstante, Portugal, “...figura entre os países europeus que mais cedo se interessam pelas

---

<sup>9</sup> De acordo com (Carvalho, 1989), Castela assumia uma posição Centrípeta, centrada em si própria relativamente a Portugal e ao resto da Europa, Portugal teria que ter uma posição Centrífuga de forma a preservar a sua independência.



potencialidades da África negra, quando no Séc. XVIII, o governador de Angola, Francisco de Sousa Coutinho, desencadeou um processo de colonização branca, pedindo para a metrópole o envio de casais de colonos ilhéus ou brasileiros...” (Saraiva, 1983, p. 485).

Em 1807 iniciam-se as invasões Napoleónicas, e consequente fuga da corte portuguesa para o Brasil seguindo-se a independência brasileira em 07 de Setembro de 1822 (Peixoto, 2008, p. 206), leva a que Portugal, privado das riquezas advindas de terras americanas, fizesse um grande esforço para ocupação de África, como uma oportunidade para o “renascimento” de glórias passadas, tendo sido para Angola que se voltaram as atenções do governo português. (Saraiva, 1983, pp. 485, 486).

No entanto, Portugal, a braços com graves problemas económicos resultantes de uma guerra civil, assistia a um completo desconhecimento da população relativamente às colónias, não permitiu que o desígnio referente à abolição do tráfico de escravos fosse atingido. (Bethencourt & Chaudhuri, 1998, p. 78) O negócio era rentável continuando até ao ponto de esfriar as relações com Inglaterra (Bethencourt & Chaudhuri, 1998, p. 80), tendo sido inclusive sido aprisionados barcos portugueses pelos ingleses.

O embargo ao tráfico de escravos vindos de Angola, maximiza, por outro lado, o aumento do comércio entre Luanda e Portugal, são elaborados novos projetos de expansão para norte de Luanda até ao rio Zaire e ainda para Sul na foz do Rio Cunene de forma a evitar qualquer intromissão externa e por fim ir até ao interior formando uma grande colónia europeia na Huíla, como centro de onde se dominaria o país dos Gambos e o vale do Cunene (Bethencourt & Chaudhuri, 1998, p. 94).

No decurso das décadas de setenta e oitenta, assiste-se a um despertar do interesse de várias potências pelo continente negro levando à sua partilha em poucos anos (vf. Figura nº12). As razões económicas advindas da revolução industrial preconizada na Europa levam à procura de matérias-primas e à expansão para aplicação de capitais acumulados, juntando-se ainda razões de projeção de poder na tentativa de estender a África o jogo de tensões e rivalidades entre as potências vencedoras da Guerra Franco-Prussiana.

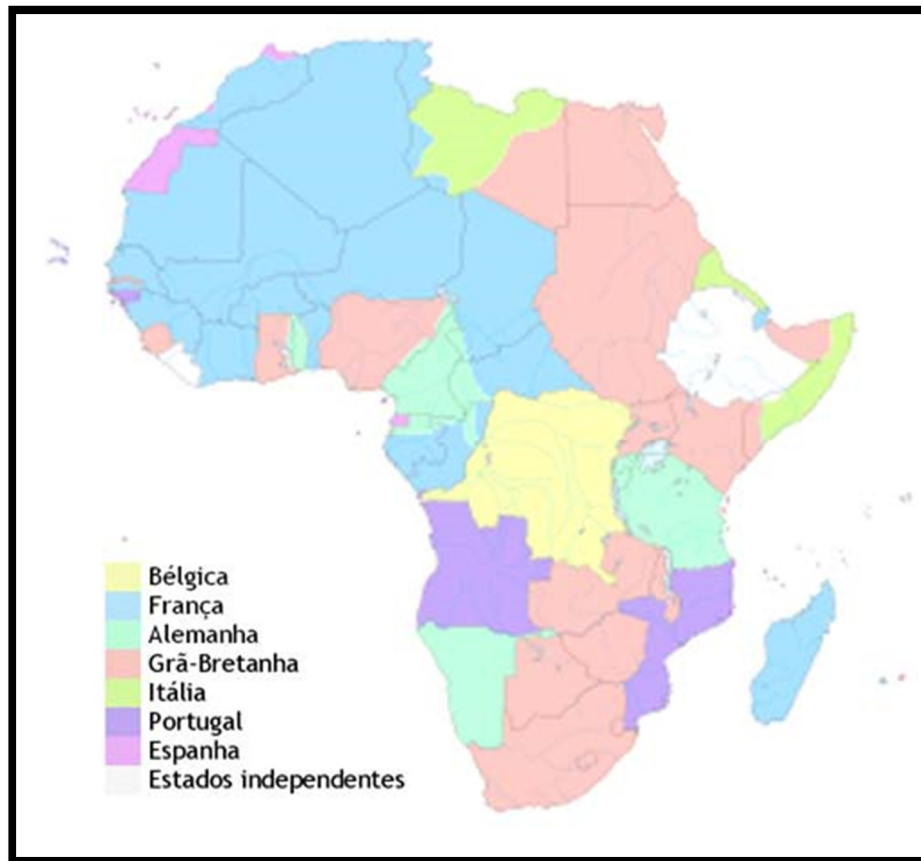


Figura nº12- Continente Africano no início do Século XX

Fonte: (Worldpress, 2010)

Em 1867, na conferência de Bruxelas, ouvem-se as primeiras críticas aos direitos históricos dos portugueses em África agravando-se a partir de 1876<sup>10</sup>, quando surge um novo princípio jurídico colonial que advoga o princípio da ocupação efetiva, estando desta forma ligado à recente corrida colonial das potências europeias (Bethencourt & Chaudhuri, 1998, p. 498).

A conferência de Berlim<sup>11</sup>, em 19 de novembro de 1884 e 16 de fevereiro de 1885, tem como resultado a divisão de África com o objetivo de organizar a sua ocupação pelas potências coloniais. Esta decisão resultou numa divisão que não respeitou a história as relações étnicas e familiares dos povos desse continente, a ocupação efetiva dos territórios e a capacidade económica sobrepunham-se aos direitos históricos, e a posse da costa conferia automaticamente o direito ao *hinterland* (Barroso, 2008, p. 567).

Portugal idealiza o projeto do Mapa Cor-de-rosa (vf. figura nº13), que consistia em ligar Angola a Moçambique de forma a haver uma comunicação entre as duas colónias,

<sup>10</sup> Conferência Geográfica

<sup>11</sup> O congresso foi proposto por Portugal e organizado pelo Chanceler Bismark da Alemanha.

facilitando assim o comércio e o transporte de mercadorias. No entanto, apesar de todos concordarem com o projeto, Inglaterra, à margem do tratado de Windsor<sup>12</sup>, opõe-se e efetua um ultimato<sup>13</sup>, ameaçando quebrar a aliança e declarar guerra a Portugal, caso o projeto não seja terminado. Portugal com receio de uma crise, decide não avançar evitando uma guerra com Inglaterra e mantendo um poderoso aliado no tabuleiro europeu e colonial (Barroso, 2008, p. 574).



Figura nº13- Projeto mapa cor-de-rosa

Fonte: (Africa, 2007)

Em Angola, o esforço de ocupação fez-se a sul, na fronteira com a colónia alemã (cf. Figura nº14). Aqui o domínio português ia até ao planalto de Huíla, embora precariamente, era ocupado pelos portugueses desde há muito tempo. Em 1845 ocupa-se os Gambos e em 1859 o Humbe e a Camba (Exército, 1910).

<sup>12</sup> Tratado estabelecido entre Portugal e Inglaterra, sendo a mais antiga aliança diplomática do mundo em vigor. Foi assinado em maio de 1386 após os ingleses lutarem ao lado da Casa de Avis em Aljubarrota de forma a renovar a aliança Anglo-Portuguesa estabelecida pelos dois países em 1373. (Lopes, 2013)

<sup>13</sup> O Ultimato britânico entregue a 11 de janeiro de 1890 como um "Memorando" exigindo que Portugal retirasse as forças militares do território compreendido entre Moçambique e Angola. A zona era reclamada por Portugal, numa tentativa de dar cumprimento ao Mapa cor-de-rosa. (Teixeira, 1987)



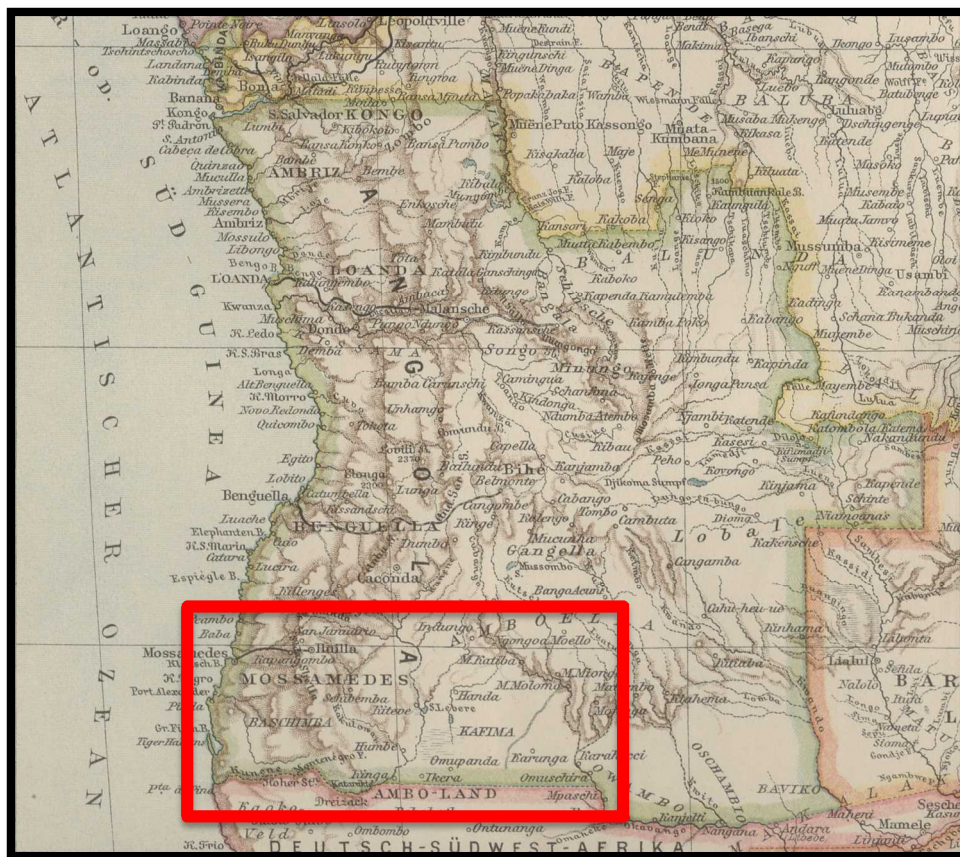


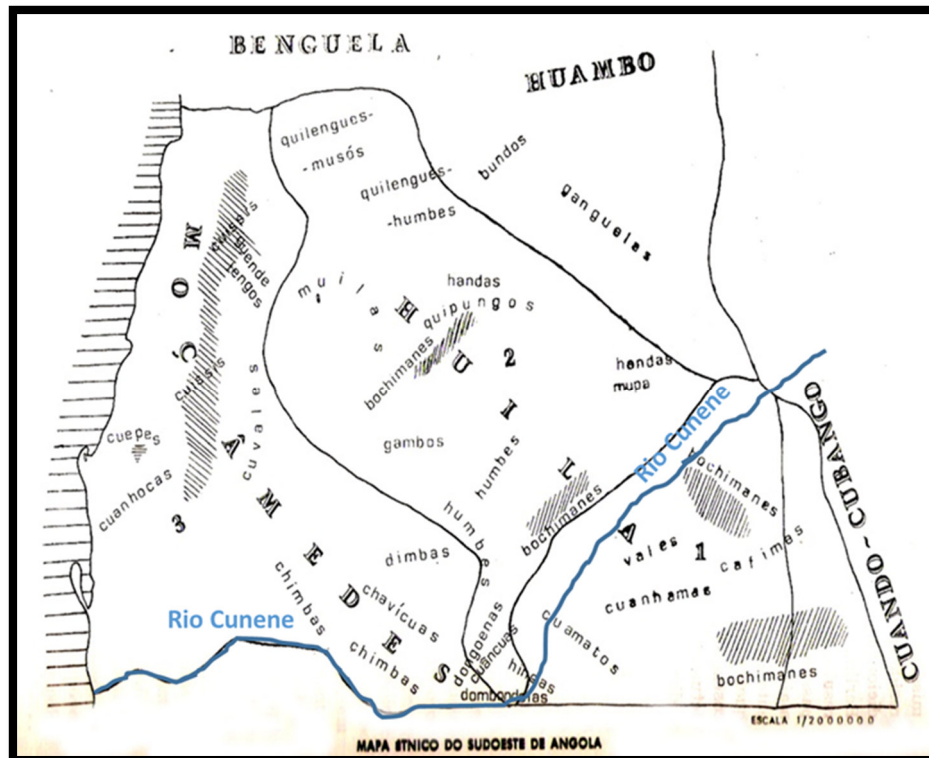
Figura nº14- Sul de Angola

Fonte: (Schotanus, 2013)

Seguidamente, a missão passa a ser a subjugação dos povos além Cunene (cf. figura nº15), levando à realização de uma campanha militar, em 1904, sendo repelida pelos guerreiros Cuamatos. Em 1905 assiste-se a uma nova campanha militar em Huíla com ocupação do distrito, em 1907 uma campanha para ocupação definitiva do Cuamato e Évale (Roçadas, 1919, p. 53). Nos anos de 1908, 1909 e 1910, após o sucesso obtido na campanha de 1907 contra os Cuamatos e Cuanhamas, Portugal constrói uma serie de fortes e leva a expansão para além do Cunene (Arrifes, 2004, p. 64). Restava a ocupação do território do Cuanhama, cujo povo persistia em não reconhecer a soberania portuguesa (Correia, 1943, p. 10).

Portugal encontrava-se agora em condições de, juntamente com a Alemanha, traçar as fronteiras entre Angola e a província da Damaralândia<sup>14</sup>, pedido ao qual os alemães nunca acederam (Roçadas, 1919, p. 62).

<sup>14</sup> Colónia Alemã no Sudoeste Africano, atual Namíbia.



Fonte: (Oliveira, 2013)

A Europa do início do século XX é constituída maioritariamente por monarquias e por algumas jovens Repúblicas que aproveitando as sinergias e ideais da revolução francesa se implantam um pouco por todo o continente. Portugal é um dos casos, a República é proclamada a 5 de outubro de 1910 na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, após uma revolução que arrancou a 3 de outubro (Telo, 2013).

A situação internacional de Portugal torna-se extremamente frágil, debatendo-se com dois problemas fundamentais: o reconhecimento da República, que colide com o regime monárquico do seu aliado britânico, o qual, recebeu a notícia com frieza e hostilidade, e ainda no quadro colonial, com a emergência da rivalidade anglo-alemã e a utilização das colónias como mecanismo de compensação e estabilização da cena internacional, no final do século XIX (Teixeira, 2004, p. 14).





A situação interna não se afigurava melhor. O regime Republicano era unicamente apoiado por uma minoria da população, o país encontrava-se politicamente dividido, com uma atividade política marcada pela violência exercida por grupos de civis armados e, onde o sector mais radical tinha tomado conta do poder em 1913 (Telo, 2013, p. 04). Internamente, a República deparava-se com problemas de legitimidade, visto ter resultado de uma revolução e não ser apoiada por grande parte da população, criando clivagens na sociedade extensíveis ao exército, não sendo apoiada por grande parte dos oficiais. A situação é ainda marcada pela instabilidade governativa, fruto da sucessiva troca de governo, que não se mantem em funções tempo suficiente e garantir a desejada estabilidade, “...Basta dizer que entre 1910 e 1914, a estabilidade média dos governos era da ordem do ano e meio. E que nos anos da guerra, e precisamente, por causa da guerra, entre 1914-1916, a média da estabilidade governativa se centrava na ordem dos seis meses...” (Teixeira, 2013, p. 04)

A estratégia portuguesa, no início do século XX, passa por um país de vocação, exclusivamente marítima e colonial sem interesses estratégicos no continente europeu. A posição geoestratégica de Portugal, a história dos descobrimentos e a expansão marítima portuguesa marcaram profundamente a tradição política e diplomática, assim como a formulação do pensamento estratégico e militar levando a que Portugal marcasse o seu lugar no mundo e pautasse a sua inserção internacional, marcada por uma forte corrente de matriz anti europeia voltando-se para o atlântico e mantendo uma forte aliança com a potência marítima, a Inglaterra. (Teixeira, 2013, p. 02)

No quadro europeu, assiste-se à crescente rivalidade entre as duas grandes potências europeias, a Alemanha e a Inglaterra, sendo que a as relações internacionais e estabilidade na Europa dependiam fortemente das relações anglo-alemãs. A Europa é marcada pela formação de blocos antagónicos, com a Inglaterra e a Alemanha como líderes, surgindo desta forma alianças militares como a tripla Aliança<sup>15</sup> e a tripla Entente<sup>16</sup>.

O assassinato do arquiduque Francisco Fernando<sup>17</sup>, a 28 de junho de 1914, em Serajevo e consequente invasão da Bélgica e da França pela tripla Aliança, em agosto de 1914, leva a que os países europeus se alinhem ora do lado dos Aliados, ora do lado dos Impérios Centrais ou a declararem a sua neutralidade. Portugal, apesar de nunca ter feito

---

<sup>15</sup> Constituída pela Itália pela Alemanha e o pelo Império Austro-húngaro, no início do conflito. No entanto, a 24 de maio de 1916 quando a Itália invade a Áustria coloca-se ao lado da Grã-Bretanha.

<sup>16</sup> Constituída pela Inglaterra, França, Sérvia e Rússia até ao momento em que a Rússia deixa de participar nos combates em 1917, aquando da revolução Bolchevique.

<sup>17</sup> Considerado o catalisador específico que despoletou o início da IGM.



uma declaração formal, deriva de uma neutralidade inicial para uma beligerância durante o decorrer do conflito.

Dava-se desta forma início à IGM no teatro europeu, que se alastraria a África conferindo grande importância à necessidade de intervenção de Portugal na defesa das suas colónias, com o objetivo de recuperar o seu prestígio internacional e, em simultâneo, consolidar e legitimar o regime republicano, tese apoiada, sobretudo, pelos partidos Democrático e Evolucionista. Os monárquicos, embora admitissem a necessidade de intervenção em África, não apoiavam uma participação na beligerância europeia. A tese abstencionista foi preconizada pela União Republicana, que preferiu uma posição expectante (Ribeiro, 2011, p. 30).

### **c. Antecedentes da Campanha militar no Sul de Angola de 1915**

Na província de Angola residiam diversos cidadãos alemães que se estabeleceram como comerciantes. Desde o início da guerra na Europa, lavrava em Luanda uma grande efervescência contra os alemães residentes em Angola. Alguns alemães influentes foram acusados de ter fornecido importantes abastecimentos e informações através da fronteira angolana com a colónia alemã da Damaralândia. Existia por parte das autoridades portuguesas a sensação de que os alemães distribuídos pelo território angolano, disfarçados de comerciantes, investigadores ou ainda de construtores de linhas de caminho-de-ferro, eram espiões e ao mesmo tempo tentavam sublevar o gentio local contra a ocupação portuguesa. (Roçadas, 1919, p. 68)

Com a declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, o governo português não declarou neutralidade, aludindo à velha aliança, posicionando-se ao dispor de Inglaterra para apoiar no que fosse necessário.

Os alemães tinham já demonstrado interesse nas colónias portuguesas, tendo estas pretensões de anexação sido referidas por diversos ilustres alemães, tais como pelo presidente da Liga Alemã<sup>18</sup>, “...devemos possuir o sul de Angola e só então por um forte esforço e sério trabalho, devemos considerar o sudoeste africano como um país e uma pátria...” (Roçadas, 1919, p. 87).

A tensão crescente entre alemães e portugueses nas colónias, a declaração de guerra entre a Alemanha e a Inglaterra, o facto de Portugal não ter declarado a neutralidade perante

---

<sup>18</sup> *Angola Bund*, fundada por Henrich Ziegler, que ao abrigo de explorações científicas, chegou a fazer reconhecimentos no sul de Angola, tinha como divisa, o estímulo do desejo de anexação de Angola ao sudoeste Alemão (Roçadas, 1919, p. 86).



o conflito com o receio de invasão por parte dos alemães a Angola e Moçambique, leva, a que em 18 agosto de 1914, o governo português decida enviar expedições militares<sup>19</sup> para Angola a fim de assegurar a obediência do gentio (figura nº17) e vigiar a fronteira Sul nos pontos importantes (Roçadas, 1919, p. 89). É convidado o Tenente-Coronel Alves Roçadas<sup>20</sup> para comandar e organizar a expedição ao Sul de Angola.

Roçadas prepara a força, planeia as operações e embarca para Angola em outubro de 1914. Não obstante, no dia 15 de outubro de 1914, uma delegação alemã constituída por soldados e pelo administrador do distrito fronteiriço do *Outjo* da Damaralândia, entra sem prévia autorização no território português de Hinga e provoca um incidente no dia 19 com o Alferes de cavalaria Sereno, encarregado de averiguar a situação, levando os seus militares a matar o administrador e alguns companheiros, fugindo os restantes para o seu país (Roçadas, 1919, p. 86).

Como resposta, no dia 31, os alemães apoiados pelo gentio do ex-soba<sup>21</sup> Ananga, atacam de surpresa o posto militar do Cuangar, massacrando a guarnição, saqueando e destruindo o posto. Toda esta situação leva a que Alves Roçadas atrase a execução das operações e se foque no objetivo de impedir que os alemães invadam o Sul de Angola.

Assim, preparam-se dois destacamentos com a finalidade de vigiar o terreno à frente do rio Cunene, recolher informações e oporem-se às forças alemãs que tentassem seguir diretamente contra Naulila ou sobre o Humbe. (Roçadas, 1919, pp. 161, 162) Um destacamento forte em cavalaria vigiava ao longo da margem direita do Cunene e o outro organizava uma posição defensiva em Naulila. A 17 e 18 de novembro após uma investida alemã, iniciam-se os combates de que resultariam diversos mortos e feridos para o lado português, levando a que Roçadas ordenasse a retirada da linha Naulila-Calueque e também o abandono dos fortes F. Cuamato, Otoquero, F. Roçadas e Humbe para o planalto do Humbe guarnecendo o ponto estratégico da Cahama.

Segundo (Correia, 1943, p. 44), esta terá sido a razão da revolta do Cuamato e do Humbe, pois o abandono das posições ao longo do Cunene permitiu a revolta e sublevação do gentio local.

Após este incidente, que ficou para a história como o massacre de Naulila, o Governo português envia para reforço e em virtude da requisição do Governador-Geral mais

---

<sup>19</sup> Ordem do Exército nº19, 1ªsérie, 18 de agosto de 1914.

<sup>20</sup> Tinha sido o comandante da expedição contra os Cuamatos em 1907. Pelo que era um Oficial experimentado em campanhas coloniais (Correia, 1943, p. 10).

<sup>21</sup> Designação dada ao Chefe das tribos em Angola.



dois batalhões e duas companhias de Infantaria, cinco Batalhões de metralhadoras, cinco batalhões de artilharia e um esquadrão de Cavalaria (Correia, 1943).

Em 23 e 24 de dezembro de 1914, Roçadas envia um telegrama ao Governo, onde relata o sucedido e apresenta a resignação do comando que lhe fora confiado, ao qual o Governo responde, em 27 do mesmo mês, mantendo a confiança em Roçadas e revelando que tudo faria para repelir o inimigo e manter a integridade do território. Em 25 de janeiro, Roçadas envia um relatório projeto daquilo que deviam ser as futuras operações da força concentrada no planalto, do qual se destaca, o facto de incluir que as “...as forças totais se elevaram acima de 10000 a 12000...tal efetivo e composição corresponde a uma graduação superior à minha...deve V.Ex<sup>a</sup>, nomear para meu lugar chefe idóneo pela sua patente, para exercício de alto comandante dessas forças...” (Roçadas, 1919, pp. 222, 223).

Em 5 fevereiro, o Governo responde, concordando com a necessidade de nomear um comandante com patente que correspondesse ao efetivo e Pimenta de Castro (Presidente da República), resolve nomear o GPE<sup>22</sup> (Roçadas, 1919, pp. 233,234).

#### **d. Análise do ambiente operacional**

Nesta secção do trabalho pretendemos analisar a província de Angola, à luz das variáveis operacionais<sup>23</sup> de forma a melhor compreendermos o ambiente operacional com que o GPE se deparou em 1915.

A análise das variáveis operacionais permite que os comandantes consigam entender melhor o ambiente operacional no qual vão atuar, e mais importante, permitem que os comandantes consigam avaliar e decidir como vão empregar o instrumento militar em coordenação com os outros instrumentos de poder de forma a alcançar as condições que materializam o estado final desejado (EP, 2012, pp. 1-8).

---

<sup>22</sup> Ordem do Exército nº15,1ªsérie, 18 de setembro, 1915

<sup>23</sup> Política, Militar, Económica, Social, Infraestruturas, Informacional (EP, 2012, pp. 1-7).



## (1) Política

Tabela nº1 – Variável Política

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
Política	<p><b>Portugal:</b> A província de Angola sendo uma colónia Portuguesa e integrando o território de Portugal, mantém-se numa situação de neutralidade face ao conflito entre as potências europeias. As Autoridades portuguesas pretendem manter a integridade territorial face às pretensões expansionistas alemãs. Assiste-se a uma sublevação dos povos indígenas contra a presença e domínio português, principalmente nas tribos localizadas para além do Cunene, onde o domínio português não tinha nunca sido efetivo. A intenção do Governo português é controlar a rebelião dos Indígenas e efetivar o controlo português sobre o território da colónia Angolana. Politicamente, existe um governador-Geral da colónia de Angola que responde perante o ministério das Colónias. A colónia está dividida em distritos cada qual com o seu governador. Os governadores tem competências administrativas-políticas e militares sobre todo o seu distrito.</p> <p><b>Indígenas:</b></p> <p><b>Cuamatos:</b> Organizam-se em sobados (abrange toda a terra da organização administrativa) sendo governados pelo soba, sendo a sua autoridade repartida pelos membros da sua família, cada sobado divide-se em mucundas (aldeias), esta em libatas e cada uma destas em várias cubatas. A libata real (a maior e organizada defensivamente) é designada embala. Calcula-se que sejam cerca de 100000 e destes cerca de 15000 guerreiros. Desde o incidente de Naulila encontram-se a operar em conjunto com os Cuanhamas e Évales.</p> <p><b>Cuanhamas:</b> O tipo de povoação é a libata, cercada de paus a pique em labirinto. A entrada principal fica sempre voltada para oriente, tem ainda uma entrada secundária coberta por arbustos. A dimensão da libata vai desde 10 a 200 cubatas. Calcula-se que tenham uma população entre 245000 a 250000. Nunca sofreram de facto o domínio português, são o povo mais temido a sul do Cunene. A sua organização política é semelhante à dos Cuamatos.</p> <p><b>Évales:</b> Em tudo semelhantes aos Cuamatos.</p>	<p>Os Alemães estavam em Guerra declarada na Europa (4 Agosto de 1914). Na sua colónia da Damaralândia, mantem uma sede de governo em Grootfontein. Dado que estão em guerra declarada com Inglaterra (5 Agosto), existe a possibilidade de serem invadidos através da União Sul Africana (colónia Inglesa). Não há nenhuma beligerância declarada contra Portugal, apesar do Incidente de Naulila. (No entanto Portugal não declarou neutralidade, antes pelo contrário disponibilizou-se para apoiar Inglaterra no que fosse necessário) Há indícios de intenção de anexação da província de Angola. Utilizam o território de Angola para efetuarem abastecimentos entre o Norte (Congo) com a província de Damaralândia. Apoiam os cidadãos alemães estabelecidos em Angola, que realizam estudos do terreno e organização das autoridades em Angola, de forma a passar informações para forças Alemãs. Fornecem armamento e equipamento aos indígenas do sul de Angola, incentivando a sua sublevação contra o domínio português.</p>

## (2) Militar

Tabela nº2 - Variável Militar

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
Militar	<p><b>Portugal:</b> A organização militar na colónia advém da reforma instituída em 1901, com um quartel-general em cada província respondendo ao Governador-Geral. As tropas das províncias são constituídas por unidades táticas independentes, para o que são constituídas companhias indígenas de infantaria (por vezes de outras colónias) companhias mistas de Artilharia e pelotões independentes de cavalaria além de companhias europeias de artilharia, cavalaria e infantaria. As companhias indígenas tem sempre oficiais e sargentos europeus no comando. O esquema defensivo da Colónia baseava-se em 142 postos fronteiriços. A mobilização dos indígenas era deficiente, com uma instrução deficiente.</p> <p><b>Indígenas:</b></p> <p><b>Cuamatos:</b> Utilizam armas de fogo desde a chamada fina de carregar pela boca até à de pistão e de pedemeira; as armas brancas são o arco flecha e azagaia, maça de pau rijo crivada de cabeças de pregos. Possuem Snyders, Martinis, Kropatscheks e Mausers. Começam o treino de guerra desde jovens acompanhando os mais velhos na caça como carregadores de armas. A medida que vão sendo mais velhos entram no efetivo da Cua que é a tática preferida. O lenga, chefe de guerra, é o chefe da Cua. Cada Cua tem entre 100 a 600 homens. Muitas cuas constituem o exército que é comandado por um parente do soba. Os lengas andam vestidos de caqui à europeia, montam em cavalos, que só serve de meio de transporte, pois para combater apeiam. Não existe cavalaria organizada. Como tática de combate utilizam o envolvimento duplo da coluna inimiga, com uma cua de cada lado, formando um semi-círculo. Formam duas ou mais linhas em cada lado do semi-círculo e batem pelo fogo a coluna inimiga, utilizando inclusive a subida às árvores. Vão substituindo as linhas à medida que se esgotam as munições. Só há dois cenários possíveis, ou a retirada ou lançam o assalto sobre a coluna de uma forma massificada, matando e assaltando todo o material da coluna.</p> <p><b>Cuanhamas:</b> Todo o Cuanhama anda armado com arma de fogo ou pelo menos de faca. Tem um sistema de treino e iniciação na gíria militar tal como os Cuamatos. Calcula-se que possam ter entre 35 a 40000 combatentes. O seu agrupamento preferido é a tanga (100 homens). Um lenga (chefe de guerra) comanda 2, 3, 4 ou 5 tangas. Utilizam as mesmas armas que os Cuamatos. Tem grandes depósitos de armas e munições. Não utilizam cavalaria para combater. Parecem preferir a tática da emboscada e da surpresa, aproveitam o mato para fazerem fogo ate cansarem o adversário e quando este está extenuado ou com falta de munições lançam-se sobre ele, à azagaia completando o envolvimento.</p> <p><b>Évales:</b> Em tudo semelhantes aos Cuamatos.</p>	<p>Os alemães dispõem de uma linha de postos fronteiriços ligados entre si através de linha telegráfica. A sua doutrina nas colónias assenta em termos defensivos., com uma preocupação na defesa interna. Confere uma maior preponderância à atuação de tropas indígenas (Askaris).</p> <p>Vencedores no combate de Naulila contra os Portugueses, mas sem terem efetuado maior penetração nem exploração do sucesso tendo retirado para a linha de postos fronteiriços. Dispõem de cerca de 4000 homens de tropas regulares e 3000 reservistas. O comandante das tropas alemãs coloniais (<i>Schutztruppe</i>) é o General Erich Victor Carl August Franke que foi responsável pelo genocídio do povo herero e ainda das operações contra os portugueses em Naulila.</p> <p>Estimados 2 regimentos de infantaria montada (3 batalhões a 3 companhias). Cada Companhia tem adstrita 2 baterias de artilharia. 2 Grupos de metralhadoras pesadas. 20 Companhias de nativos. Corpo de caminhos-de-ferro. Corpo de telegrafistas de campanha. Formações para guarnição das linhas de étapes.</p>





### (3) Económica

**Tabela nº3 - Variável Económica**

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
<b>Económica</b>	A colónia de Angola é extremamente importante para Portugal, depois da independência do Brasil. Primariamente devido ao negócio dos escravos e numa fase posterior devido aos produtos agrícolas e minérios. A área de Moçâmedes é uma região baixa, árida e seca de fáceis comunicações e pouco povoada. A região do Huila é uma zona planáltica, rica e fértil, rudimentares comunicações, muito povoada. A atividade principal é a agricultura.	A região da Damaralândia é uma região extremamente vasta e inóspita, tem uma importância capital no controle das rotas comerciais inglesas com o oriente.

### (4) Social

**Tabela nº4 - Variável Social**

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
<b>Social</b>	A província de Angola esta dividida por diversas tribos, das quais se destacam no Sul do Rio Cunene, na área de Operações, os Cuamatos (tradicionais inimigos dos portugueses), os Cuanhamas (que se tinham associado aos Cuamatos na defesa Comum) e os Évales. As tribos tem como líder o Soba, que chefiam e lideram os sobados. O soba é ao mesmo tempo o líder militar e político.	A colónia tinha cerca de 200000 habitantes. Dos quais só cerca de 2500 eram alemães. Vários cidadãos alemães instalados na província de Angola, como agricultores e investigadores, que se pressupões que servem como espões. As autoridades alemães sabendo da rivalidade entre as tribos sul do Cunene para com os portugueses incitam à revolta destes, estabelecendo ligação e fornecendo apoio militar e em equipamento às tribos.

### (5) Infraestruturas

**Tabela nº5 - Variável Infraestruturas**

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
<b>Infraestruturas</b>	A região da zona de operações era constituída pelas áreas correspondentes aos distritos de Mossamedes e Huila, superfícies de 4 vezes Portugal. A área de Mossamedes é uma região baixa, árida e seca de fáceis comunicações e pouco povoada. A região do Huila é uma zona planáltica, rica e fértil, rudimentares comunicações, muito povoada. A separar as duas regiões está a serra da Chela, grande cordilheira (2300m) com prolongamento até ao Cunene, condiciona a circulação do mar para o planalto, só facilita a passagem em Quilemba, Chacuto, Coroca e Bibala. O rio Cunene, em tempo seco permite passagem a vau em Caloeque, Nangula, Nabolo, Calundo, Chiquenda, Candongo, Pembe, roçadas, Chimbua e Cáfu. Não havia pontes e os pequenos barcos utilizados, só poderiam operar em tempo seco. Na época das cheias o rio transborda água a mais de 4 a 5 km para as margens. O terreno alagado dificulta o movimento. As infraestruturas eram praticamente inexistentes, baseando-se essencialmente no litoral. A linha de caminho-de-ferro estava unicamente construída entre Mossamedes a Vila Arriaga (Km 169) com um rendimento máximo de 28 a 30 Tn diárias. As estradas eram praticamente inexistentes e sendo de fraca qualidade que ficavam intransitáveis nos períodos de chuva. As instalações no Porto de Mossamedes não permitiam a completa instalação de todos os materiais abastecimentos e tropas. O porto de Mossamedes não possuía nenhuma ponte onde os navios atracassem.	Linhas de comunicação manifestamente insuficientes pensadas só em termos comerciais e não militares.

### (6) Informacional

**Tabela nº6 - Variável Informacional**

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
<b>Informacional</b>	As tribos indígenas do sul primam pelas informações lançando espias para próximo dos locais de concentração das forças do inimigo.	Todas as colónias alemãs possuem um sistema de antenas que lhes permite contactar facilmente com Berlim. Na Damaralândia localiza-se em Windhoek. A rede de espionagem era vasta, com uma grande invasão de alemães no sul de Angola rotulados de engenheiros, caçadores, agricultores, economistas. Todos estes eram orientados pelos agentes consulares alemães.



## (7) Ambiente físico

**Tabela nº7** - Variável Ambiente Físico

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
Físico	A sul do rio Cunene, há uma grande planície levemente inclinada para Sul. Há ligeiras ondulações e elevações que não vão além de 20 metros. O terreno caracteriza-se por ser de argila vermelha, logo bastante permeável e suscetível de alagar. Regra geral toda a região é arborizada com exceção das chanas.	

## (8) Tempo disponível

**Tabela nº8** - Variável Tempo disponível

Fonte: Adaptado de (Eça, et al., 1921)

Variáveis Operacionais	Indígenas (Província de Angola)	Alemães (Damaralândia)
Tempo	O nó de comunicações do Humbe tem de ser ocupado antes que os alemães, pressionados pelas forças do General Botha entrem em território Angolano e o ocupem antes das forças portuguesas. As operações tem de ser realizadas até se iniciar a época das chuvas (finais de Setembro) de modo a evitar o transbordo dos rios e consequente alagamento das terras (pode chegar aos 6 a 8Km do leito dos rios). Após as chuvas o território angolano fica muito lamacento provocando grande dificuldade de movimentos quer aos veículos quer aos homens.	Caso decidam atacar novamente Angola, tem de o fazer antes de entrar em contato com as forças Sul Africanas comandadas pelo General Botha, que se prepara para invadir a Damaralândia a Sul. A acontecer dividiria as forças Alemãs o que tornaria inviável quer a defesa da Damaralândia quer o ataque a Angola, dado que abriria duas frentes distintas.

### e. Planeamento da operação de 1915

No início de fevereiro de 1915, o GPE é nomeado comandante militar e em acumulação governador-geral da Província de Angola<sup>24</sup>. (figura 15). Após leitura da correspondência entre o governo, o governador-geral e Alves Roçadas, o GPE tira três ilações nas quais vai basear o seu plano de operações:

- A ação dos alemães não tinha sido uma ação de fundo, pois tinham-se afastado da fronteira e não efetuaram uma perseguição (Eça, 1921, p. 4);
- A retirada das forças portuguesas e a intensa propaganda alemã levou à revolta de todo o gentio além do Cunene e da região do Huambo (Eça, 1921, p. 4);
- A logística<sup>25</sup>, não estava operacional, visto que não se conseguia por os meios necessários para as tropas entrarem em ação (Eça, 1921, p. 4).

O Governo português não havia dado mais nenhuma indicação, mantendo a finalidade da 1ª Expedição militar, que era, manter a integridade do território português e controlar a sublevação indígena (Roçadas, 1919, p. 88)

Perante tal, o GPE, elaborou o seu plano de forma a cumprir três objetivos:

<sup>24</sup> Facto que terá sido de grande importância em todas as campanhas coloniais e que levou a que o GPE aceitasse a acumulação dos cargos. Desta forma pode-se eliminar os atritos e maximizar a utilidade dos poucos recursos existentes em proveito das operações. (Eça, 1921, p. 2)

<sup>25</sup> No relatório do GPE e de Alves Roçadas é referido como a Linha de *étapes*, que não é mais que uma linha de apoio logístico desde o porto de Mossamedes até ao local das operações.



1º - Reocupação de todo o território abandonado e reconquista direta do prestígio sobre o gentio do extremo Sul de Angola e indiretamente de toda a colónia (Eça, 1921, p. 84);

2º - Fornecer aos governadores elementos que sufocassem prontamente qualquer rebelião (Eça, 1921, p. 84);

3º - Colocar as forças de forma a:

- Realizar operações defensivas fazendo face a nova investida dos alemães, ou se a situação o permitir e sem perigo, realizar operações para penetrar no seu território (Eça, 1921, p. 84);
- Preparar a ocupação do território do Cuanhama (Eça, 1921, p. 84);
- Cooperar com os aliados da África-do-Sul se eles forçassem os alemães a dirigir-se para nossa fronteira (Eça, 1921, p. 84).

Os objetivos propostos no OPLAN foram aceites na totalidade pelo governo com exceção da possibilidade de realizar operações ofensivas contra os alemães e de cooperar com os Sul-africanos sem prévia autorização do governo (Eça, 1921, p. 96).

Para operações, o GPE tinha sob seu comando uma força de 12000 homens à qual mandou juntar outras forças estacionadas no Huambo com a finalidade de operar no vale do Cubango (Eça, 1921, p. 10).

As operações seriam planeadas desde Mossâmedes, local que serviria de desembarque de pessoal e material vindo da metrópole, constituindo-se como SPOD<sup>26</sup> e ao mesmo tempo execução das atividades de RSOM<sup>27</sup>. A partir daí havia necessidade de constituir uma linha principal de *étapes*, de cerca de 600km, entre Mossâmedes e a base de operações que seria implementada no Humbe<sup>28</sup>, onde se concentraria o grosso das forças. As restantes forças estariam a observar possíveis linhas de penetração dos alemães para ocupação do planalto, tal como, a linha do vale do Cubango, entre o Posto de Cuangar e a linha Otchinjau-Pocolo, Chibia-Lubango, sendo estas reabastecidas através de linhas de *étapes* secundárias (cf. figura nº16).

---

<sup>26</sup> *Sea point of Debarkation*, local de desembarque de tropas e material.

<sup>27</sup> *Reception, Staging and Onward Movement*

<sup>28</sup> “...Conclui que tinha que escolher para base de operações o Humbe, pela sua situação estratégica...encontrando-se coberta pela linha defensiva do Cunene, está ao mesmo tempo, no centro das comunicações, que do planalto de Mossâmedes se dirigem para o Évale, Cuanhama, Cuamato, Dongoena e nas melhores condições para dali se proceder à submissão do gentio revoltado...e para aí se basearem as operações quer defensivas quer ofensivas, contra os alemães...” (Eça, 1921, p. 7).



As operações deveriam estar concluídas o mais breve possível, primeiramente devido à falta de chuva que se tinha verificado nos últimos quatro anos e que iria dificultar a questão dos abastecimentos, depois, devido à pressão inglesa exercida na Damaralândia, que iria

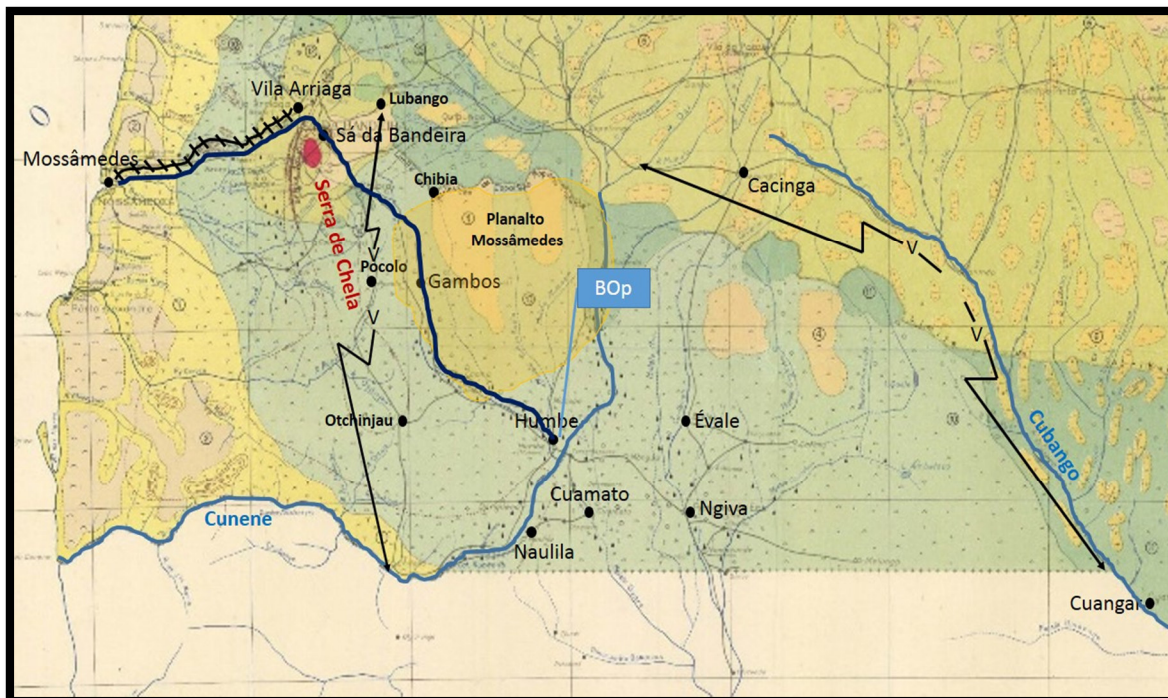


Figura nº16- Esboço do plano de Operações

Fonte: (Autor, 2014)

pressionar os alemães para a fronteira, e terminar as operações antes do começo das chuvas (setembro), de forma a evitar a intransitabilidade das vias de comunicação (Eça, 1921, p. Anexo Nº1).

Para tal, o GPE, começou por requisitar todos os víveres e materiais que achou necessário, para que a 01 de maio tivesse abastecimentos para seis meses e a totalidade dos transportes. De seguida, já em Angola<sup>29</sup>, fazendo uso do estatuto de governador-geral, declarou o estado de sítio, ordenando aos governadores de distrito que reprimissem qualquer rebelião fazendo uso dos próprios meios. Mandou melhorar a linha de caminho-de-ferro e o porto de Mossâmedes, com a construção de uma ponte flutuante, requisitou todas as embarcações para ativar a descarga dos vapores, ordenou a construção de um barracão para abrigar as tropas e o material, inspecionou as tropas incentivando o treino e ordenou a construção de estradas para viaturas e linhas telegráficas, dando para o efeito, total liberdade

<sup>29</sup> Embarcou a bordo do navio África, chegou a Luanda em 05 de março de 1915 e ao porto de Mossâmedes em 07 de abril de 1915 (Eça, 1921, p. 9 e 10)



ao comandante da engenharia na coordenação com as autoridades locais (Eça, 1921, pp. 9,13).

O GPE, alterou a divisão do teatro de operações, suprimindo a zona do interior, considerando só a zona da retaguarda e zona de operações, ficando a retaguarda com todo o serviço entre o litoral e a frente das operações (rio Cunene), por ser conveniente haver unidade de ação em todos os serviços e assim colmatar as necessidades de uma campanha colonial (Eça, 1921, p. 13).

O GPE, mantinha-se informado das operações levadas a cabo pela forças Sul-africanas contra os alemães, sendo essa a sua principal preocupação<sup>30</sup>, apesar de constantemente lhe ser referido pelos responsáveis nacionais que a sua missão era restabelecer o prestígio sobre o gentio (Eça, 1921, p. 7).

Dada a celeridade que se impunha, o GPE, decide avançar com forças para ocupação do Humbe ordenando que o seu Chefe de Estado-Maior<sup>31</sup> (CEM) fique em Mossâmedes, a fim de, ultimar e coordenar a mobilização das unidades estacionadas no porto, bem como a receção dos equipamentos e materiais que faltavam. Assim em 07 de julho, o GPE, e as restantes forças estão no Humbe, sem terem encontrado grande resistência e prontos a iniciar as operações (Eça, 1921, p. 20 e 21).

#### **f. Decurso das operações**

Já no Humbe o GPE, recebe um telegrama com a informação de que os alemães se tinham rendido ao General Botha, alterando substancialmente a sua missão, que passaria a ser unicamente a ocupação do Cuanhama e do território além Cunene, submeter rapidamente o gentio antes do início da época da chuva, e encurtar o mais possível a permanência além Cunene de efetivos que não os necessários para a submissão dos gentios<sup>32</sup> (Eça, 1921, p. 23).

Consequentemente, o GPE, manda regressar o destacamento de Cassinga<sup>33</sup>, retrocedendo para o Capelongo, descendo o Cunene até ao Mulondo e aí aguardar ordem para ir ocupar o Évale. Constitui mais três destacamentos, sendo um mais musculado para ocupar o Cuanhama e, que seria acompanhado por si<sup>34</sup>, outro, mais fraco para reocupar o

---

<sup>30</sup> Receio que empurrados pelas forças sul-africanas, comandadas pelo General Botha, os alemães atingissem ao fronteira antes de as tropas nacionais se encontrarem em posição no Humbe (Eça, 1921, p. 17).

<sup>31</sup> Major de Infantaria com o Curso do Estado-Maior João Ortigão Peres (Eça, 1921, p. 4).

<sup>32</sup> O indispensável para quebrar a resistência, ficando só depois as tropas necessárias para ocupação do território (Eça, 1921, p. 23).

<sup>33</sup> Tinha ficado com a missão de observar o Vale do Cubango, dado que já não havia a ameaça dos alemães não era necessário observar o vale (Eça, 1921, p. 24).

<sup>34</sup> "...tudo me leva a crer que o destacamento do Cuanhama seria o que encontraria maior resistência, por isso o acompanhei..." (Eça, 1921, p. 29).



Cuamato e outro, ainda mais fraco, para reocupar Naulila e vigiar os pontos de passagem do Cunene. (cf. tabela nº9) Ficam assim constituídos os destacamentos do Évale, Cuanhama, Cuamato e Naulila, respetivamente (cf. figura nº17).

<u>Destacamento Cuanhama</u>	<u>Destacamento Cuamato</u>	<u>Destacamento Naulila</u>	<u>Destacamento Evale</u>	<u>Base operações (300</u>
(2748 efetivos)	(1457 efetivos)	(90 efetivos)	(596 efetivos)	efetivos)
Bat Marinha	B.I 18	E.C 9	2 Comp B.I 16	11 Comp B.I 19
B.I 17	16ªC.I.M	Aux Boers	2/II Met	12 Comp B.I 19
15ªC.I.M	1/I Met		1ªE.D	Serviços
1/II Met	3/II Met		Aux. bailundos	Estabelecimentos
2/III Met	2ª Bat Montanha		Serviços	Militares
2/IV Met	E.C		Trem de Combate	
BA 7	Sec de projetores		Trem Regimental	
BA 8	Serviços		Comboio e rebanho	
E.C 4	Munições			
E.C 11	Ambulância			
Sec de projetores	Brig. Trabalhadores			
Serviços	Comboio			
Munições	Sec Agua; Sec Auto; Reserva de viveres			
Ambulância				
Brig. Trabalhadores				
Comboio				
Sec Agua; Sec Auto; Res. de viveres				

Figura nº17 - Composição e articulação dos destacamentos

Fonte: Adaptado de (Correia, 1943, pp. 130-133)

As operações seriam iniciadas simultaneamente de forma a evitar a ação em massa do gentio, pois cada qual trataria de defender o seu território logo que fosse atacado (Eça, 1921, p. 24).

As operações têm início a 12 de julho de 1915, com os destacamentos do Évale e de Naulila a cumprirem a sua missão sem encontrarem resistência e o destacamento do Cuamato a encontrar alguns focos de resistência aniquilada após algumas salvas executadas pela bateria de montanha.



**Tabela nº9** - Missões dos destacamentos

Fonte: Adaptado de (Eça, 1921, p. 505)

Destacamento	Comandante	Missão
Destacamento Évale	Major de Infantaria Reis e Silva	Dirigir-se sobre o Quiteve, bater os povos entre Mulondo e Cafu e atravessando o Cunene dirigir-se sobre a embala do Évale a fim de fazer a reocupação desses território.
Destacamento Naulila	Tenente Cavalaria Pessoa de Amorim	Descer a margem direita do Cunene, atravessar o rio no vau Caloeque, operar em Naulila, dirigindo-se depois sobre o forte do Cuamato, onde se operará no destacamento do Cuamato.
Destacamento Cuamato	Coronel Infantaria Veríssimo de Sousa	Atravessar o Cunene junto ao forte Roçadas, dirigindo-se depois sobre o forte Cuamato com o fim de reocupar o Cuamato.
Destacamento Cuanhama	Tenente-Coronel Artilharia pereira Caldas	Atravessar o Cunene no vau Muespa dirigindo-se sobre a embala N'giva, com o fim de fazer a conquista e ocupação do Cuanhama.
Base de Operações	Capitão de Infantaria Velez Carço	Coordenar o apoio logístico com o serviço de étapes, segurança disciplina e higiene da Base operações, conservar e manter as comunicações com as forças em operações.

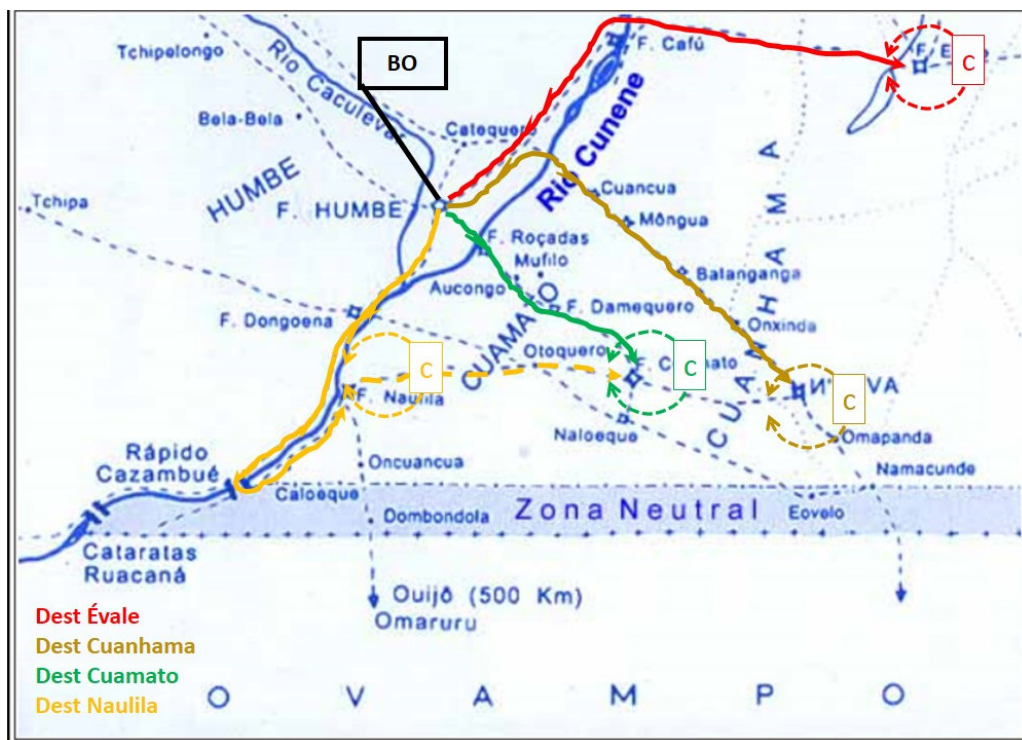


Figura nº18- Esquema de Operações

Fonte: Adaptado de (Martins, 1934)

Relativamente ao destacamento do Cuanhama, confirmaram-se os receios do GPE, relativamente à oposição que encontrou pela frente. O destacamento marchou até ao Cunene





sem nenhum incidente digno de registo, no segundo dia passaram no vau da Chimbua, levando três horas e meia e provocando grande desgaste no pessoal e nos animais obrigando a que a marcha não pudesse ser prolongada para além da Chana<sup>35</sup> das palmeiras. Nos dias 14, 15 e 16 de julho, as dificuldades impostas pela natureza do solo arenoso, e pela falta de água, tornaram a marcha muito morosa e as *étapes* demasiado curtas (8km), sem contudo haver manifestação do gentio. Ao anoitecer do dia 16, a cavalaria e os auxiliares, assinalaram a concentração de gentio, em atitude hostil, na direção das cacimbas de Môngua, que se situavam a cerca de 2km, que devido ao adiantar da hora e ao cansaço acumulado, seria impossível de ocupar, levando o GPE a ordenar a realização de salvas de artilharia a fim de evitar que a água<sup>36</sup> fosse envenenada, uma vez que essa era no momento a sua principal preocupação (Eça, 1921, p. 30).

No dia 17, avançou sobre as cacimbas<sup>37</sup>, entrando verdadeiramente dentro do território Cuanhama. A cavalaria, ao aproximar-se das referidas cacimbas começou a ser intensamente batida por fogo do gentio, dirigido pelo lenga Calola, encarregado da defesa da fronteira e auxiliado pelos foragidos do Humbe. O destacamento fez alto, e passou à formação do quadrado (cf. figura nº19), recolheu a força de exploração e fez fogo de artilharia que fez calar o inimigo, saindo então a cavalaria a bater o mato não tendo encontrando já resistência<sup>38</sup>. (Eça, 1921, p. 30).

---

<sup>35</sup> Clareira mais ou menos extensa, no meio de planícies arborizadas (Oliveira, 1995, p. 164).

<sup>36</sup> A ideia do General era poder extrair água das cacimbas.

<sup>37</sup> Depósitos ou poços de água, que se formam após as chuvas que podem ter 10 a 15 metros de profundidade (Oliveira, 1995, p. 164).

<sup>38</sup> Tática utilizada nas campanhas de pacificação nos anos 1904, 1907 e 1908.

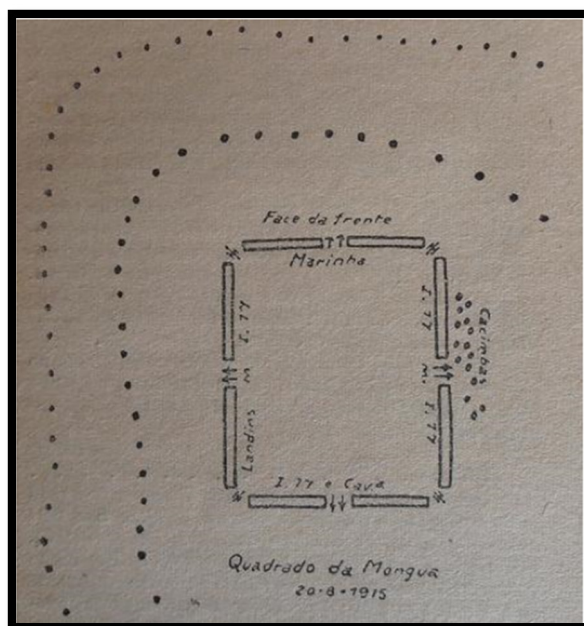


Figura nº19 - Quadrado de Môngua

Fonte: (Sousa, 1939, p. 19)

Seguidamente, o destacamento estaciona nas cacimbas mas não encontra água. Alguns indígenas auxiliares que haviam sido espalhados pelo mato vêm informar que encontraram cacimbas com água a 2km, mas defendidas pelo gentio que os recebera a tiro. O GPE, avaliando o estado de fadiga dos seus militares e a sede que tomava os homens e o gado, decide fazer uma pausa e só avançar no dia seguinte. Assim, no dia 18, pelas 08h30, quando se preparavam para iniciar a marcha, são atacados intensivamente, principalmente por Leste e Norte ao que respondem prontamente com a artilharia. Não obstante, protegidos pelos morros e pelo arvoredado e tirando partido da enorme quantidade de munições de que dispõe o gentio aproxima-se perigosamente do quadrado. Esta ação causa numerosas baixas e só alivia pelas 11h00, após o que o GPE, decide mandar avançar a cavalaria para carregar sobre o gentio, conseguindo dispersá-lo à custa de inúmeras baixas (Eça, 1921, p. 31).

Os combates tinham provocado grande consumo de munições e grande cansaço acumulado, pelo que a tomada das cacimbas foi novamente adiada. Entrincheirados no local, o GPE, surpreendido pela dura investida, bravura e pela qualidade de armamento e instrução do gentio, espera por novo ataque e dá ordens para o Humbe, no sentido de ser reabastecido de munições através da retaguarda e para que um dos destacamentos laterais tivesse de cooperar com o seu, com indicações que fosse o do Cuamato, o qual já tinha atingido o seu objetivo. As indicações foram para este se preparar e fazer uma demonstração sobre Ngiva, de forma a dividir o gentio e diminuir a opressão que estavam a fazer sobre o destacamento do Cuanhama (Eça, 1921, p. 32).



No dia 19, teve lugar um novo ataque à mesma hora e com o mesmo ímpeto, causando novas baixas, o que leva à insistência de se avançar com a demonstração. Pelas 15h00 inicia-se o deslocamento do quadrado debaixo de fogo, mas as cacimbas são conquistadas. Mais uma vez, havia pouca água nas cacimbas. Procedeu-se à preparação do terreno nas cacimbas, que não apresentava boas condições defensivas, mas tinha alguma água, pelo que era importante mantê-lo.

As informações recolhidas apontavam para 60000 combatentes<sup>39</sup>, com muito armamento na vizinhança do local onde se encontravam. No raiar do dia 20, um ataque coordenado, vindo por todos os lados do quadrado, manteve-se durante todo o dia. Os abrigos conseguiram proteger o pessoal, no entanto o gado que não estava protegido era constantemente atingido. Pelas 15h00, o GPE, decide mandar carregar a cavalaria devidamente apoiada por alguma infantaria, no entanto, após ter conhecimento que só havia quatro cavalos, às 16h00 o GPE decide arriscar<sup>40</sup> e ordena que as duas faces mais atacadas, a de leste e a de norte, destacassem pelotões alternados e procedessem ao assalto das posições inimigas.

A ação foi um sucesso, levando o gentio a fugir desordenadamente. No entanto, e uma vez que o reabastecimento não tinha aparecido ainda, mandou-se reduzir a ração. Continuava-se também sem comunicações com a base de operações<sup>41</sup>, o que tornava a situação delicada. A força não estava em condições de poder avançar ou de se poder dirigir para a retaguarda, restando-lhe apenas aguardar. No dia 24 pelas 15h00, o destacamento do Cuamato, após iniciativa do Coronel Veríssimo e do seu CEM<sup>42</sup>, que já estavam prontos para marchar diretamente sobre Ngiva<sup>43</sup>, ao terem conhecimento do corte de comunicações do destacamento do Cuanhama, mudaram de objetivo e decidiram vir rumo ao Cunene a fim de restabelecer as comunicações (Eça, 1921, p. 39).

Após juntar as forças dos três destacamentos, o GPE, delega no Coronel Veríssimo o comando da nova força e continua a operação até entrar em Ngiva e ocupar todo o sobado.

---

<sup>39</sup> Um Cuamato que tinha combatido contra os portugueses, nos dias anteriores apareceu dando esta informação ao GPE (Eça, 1921, p. 34).

<sup>40</sup> “...Hesitei em fazê-lo...era preciso desguarnecer as faces e eu receava que o gentio, que tão destemido se mostrara, se precipitasse sobre alguns dos pontos fracos que nos descobrisse e viesse estabelecer confusão no quadrado...” (Eça, 1921, p. 35).

<sup>41</sup> Já tinha enviado no dia 21 um automóvel e no dia 22 dois automóveis para estabelecer ligação com a retaguarda.

<sup>42</sup> Capitão Esteves de Mascarenhas

<sup>43</sup> Importa referir que o Destacamento do Évale, recebeu a mesma indicação, no entanto o seu comandante decidiu prosseguir com a missão que lhe tinha sido cometida, pois receou que o gentio interpretasse mal a sua mudança de rumo, só chegou a Môngua no dia 27. (Eça, 1921, p. 39).



A marcha continuou, com as mesmas dificuldades até então sentidas, no entanto, a 4 de setembro entram em Ngiva, onde tudo tinha sido queimado e o soba Maudume tinha fugido, juntamente com os seus lengas para a Damaralândia (Eça, 1921, p. 41).

A missão estava cumprida pelo que o GPE, mandou criar o território militar do Baixo Cunene<sup>44</sup>, iniciando os preparativos para evacuar as suas tropas para o litoral.

#### **g. Síntese conclusiva**

O Governo da República, consciente da importância das colónias africanas aliado ao crescente interesse por parte da Alemanha nestes territórios ultramarinos, decide enviar expedições militares para as colónias de Angola e Moçambique.

O objetivo da expedição em Angola é manter a integridade territorial contra uma possível invasão dos alemães e controlar o gentio local que insistia em não reconhecer a autoridade nacional.

A expedição de 1914, comandada por Alves Roçadas, revelou-se um fracasso, pois, além de ter sido dizimada, teve ainda o condão de potenciar a sublevação do gentio além do Cunene e consequente abandono do território, levando que o governo, a seu próprio pedido reforce os efetivos e nomeie o GPE para uma nova expedição, mantendo o mesmo objetivo.

O GPE, parte para Angola, com a missão de reocupar o território abandonado, reconquistar o prestígio sobre o gentio de Angola, sufocar prontamente qualquer rebelião e manter a integridade do território face a novas investidas dos alemães.

Nomeado cumulativamente, comandante militar e governador-geral de Angola, o GPE elabora um plano que passa por preparar logisticamente o teatro de operações, através da melhoria das linhas de comunicações, aquisição de meios de transportes, da preparação dos abastecimentos e condições das tropas, de forma a poder iniciar uma marcha penetrante de 600km até ao Humbe, a partir de onde, inicia operações de forma a cumprir os objetivos delineados.

Após ocupada a base de operações do Humbe, local essencial para o cumprimento da missão, e após rendição dos alemães às forças do General Botha, o GPE divide a sua força em quatro destacamentos de forma a permitir uma ocupação simultânea e sincronizada dos territórios do Évale, Cuanhama, Cuamato e Ngiva.

Após dois difíceis meses, com dificuldades no abastecimento de munições, víveres e água e sob condições de difícil progressão devido à seca e falta de água, aliadas ainda, à surpresa advinda da qualidade do equipamento e *modus operandi* do gentio local, o plano

---

<sup>44</sup> Constituído pelo Cuanhama, Cuamato, Évale e Humbe (Eça, 1921, p. 668).





do GPE é executado com sucesso e a missão plenamente cumprida, conquistando Ngiva e submetendo a população indígena do Cuanhama, tendo desta forma alcançado as condições no terreno que permitiram alcançar o estado final desejado pelo governo português.

Julgamos assim, neste capítulo ter confirmado a H2 o que nos permitiu responder à QD 2.



### **3. A campanha militar de Angola em 1915 à luz das características de atuação de forças conjuntas**

No presente capítulo pretendemos analisar a campanha de 1915, à luz das características atualmente entendidas como inerentes à atuação de forças conjuntas elencadas no primeiro capítulo. Após identificada a constituição da força sob comando do GPE, a finalidade é verificar se no planeamento e execução das operações da campanha se podem identificar elementos da ArtOp. Para tal desiderato propomos aplicar todos os passos referentes à aplicação da ArtOp à campanha, começando pela visualização, enunciação do problema, elaboração do diagrama de relações e, posteriormente, identificar os elementos da conceção operacional na campanha do GPE.

#### **a. Constituição da força**

A força sob comando do GPE, era constituída por unidades do Exército metropolitano, Marinha, Landins de Moçambique e Indígenas de Angola. (Anexo B)

A defesa das colónias, desde as campanhas de pacificação, estava entregue a unidades constituídas, essencialmente, por voluntários oriundos da população local, enquadrados por sargentos e oficiais da metrópole que faziam comissões de dois a três anos nas colónias. Por diversas vezes, havia troca de unidades entre as diferentes colónias, de forma a evitar uma ligação entre as unidades militares e os locais e diminuir a deserção dos soldados locais, sendo desta forma que em Angola operavam companhias de landins de Moçambique.

No que concerne ao batalhão de Marinha, a sua nomeação para integrar as Expedições de 1914<sup>45</sup> e 1915 deveu-se provavelmente à excelente prestação das unidades de Marinha nas campanhas de pacificação, quer através das canhoneiras, na sua incursão pelo interior das colónias, quer no combate como infantaria (Pinto, 1918, p. 6).

Quanto a forças do Exército metropolitano, era hábito, desde as campanhas de pacificação do início do século XX, enviar expedições militares que reforçassem as unidades existentes nas colónias de forma a realizar operações militares e alcançar os objetivos do governo. Assim, a força sob comando do GPE, tinha unidades que foram requeridas para a expedição de Alves Roçadas, em 1914, e outras unidades do exército metropolitano que o próprio GPE requisitou ao Governo, tendo por base as recomendações de Alves Roçadas e o fracasso da sua expedição.

---

<sup>45</sup> Decreto n°991, Ministério da Marinha, 1ª série-n°212, 31 outubro de 1914.

## b. Níveis da Guerra

De acordo com a definição do nível operacional apresentada no primeiro capítulo, podemos claramente referir que a campanha decorre no nível operacional. Esta afirmação é consubstanciada pelo facto de o GPE ter objetivos atribuídos pelo ministério das Colónias, que aqui se identifica como o nível político-estratégico, e de ter a responsabilidade do planeamento e condução de operações militares num teatro, para o qual teve de delinear objetivos militares (ocupação do Humbe, conquista das localidades de Naulila, Cuamato, Évale e Ngiva) que contribuíssem para o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos e alcançar o EFD, a ocupação do Cuanhama e manutenção da integridade da Colónia.

Outro facto que julgamos contribuir para a definição da campanha do Sul de Angola ao nível operacional advém de o GPE ser o comandante máximo das forças em todo o TO, e a campanha se ter constituído por uma série de batalhas que cumulativamente contribuíram para o alcançar do EFD.

## c. Enquadramento do Ambiente

O primeiro passo da visualização corresponde à descrição de como se encontra o AO, requerendo a análise das variáveis operacionais. Esta análise já foi elaborada na presente investigação aquando da caracterização do AO (capítulo 2, secção d). Assim, começamos por apresentar o esboço da situação inicial dos atores presentes no TO:

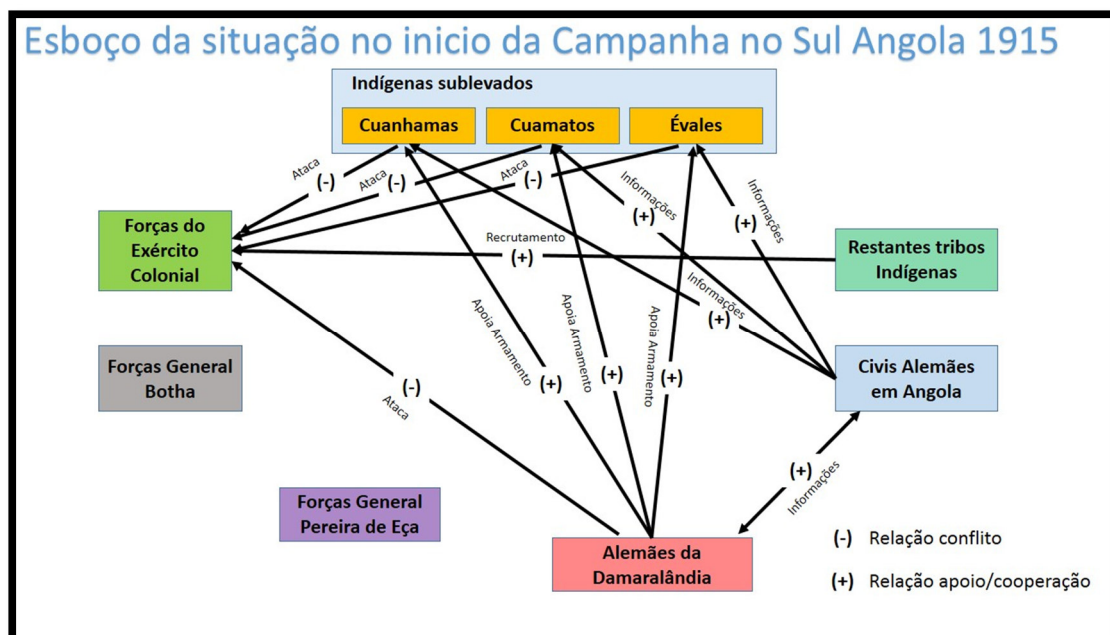


Figura nº20- Diagrama de relações no Início da Campanha

Fonte: (Autor, 2014)

Em termos de narrativa temos então:

As forças alemãs da Damaralândia atacaram as forças portuguesas na província de Angola. Os alemães apoiam a revolta das tribos indígenas dos Cuamatos, Évales e Cuanhamas, fornecendo-lhes armamento. As tribos Indígenas não reconhecem a autoridade dos portugueses, sublevando-se contra o domínio português. Existem diversos alemães em território angolano que disfarçados de agricultores e investigadores, fornecem informações aos Alemães da Damaralândia. As restantes tribos indígenas do território Angolano, cooperam com as forças portuguesas servindo de base para recrutamento do Exército Colonial. As forças da União Sul Africana, comandadas pelo General Botha, estão prestes a entrar em contato com as forças alemãs da Damaralândia.

Seguidamente analisaremos onde, como e em que termos as ações a conduzir pelo GPE teriam que ser executadas de forma a atingir o EFD. Assim temos numa primeira fase, o esboço de onde se vai atuar:

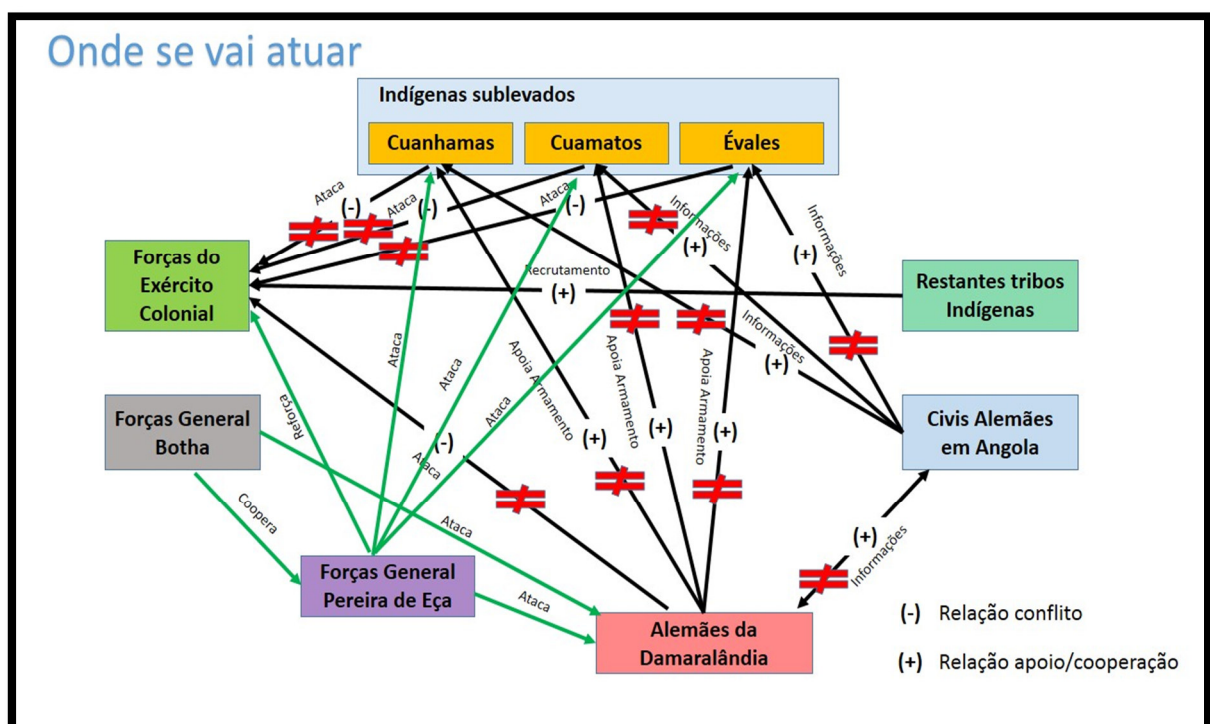


Figura nº21- Diagrama de relações onde se vai atuar

Fonte: (Autor, 2014)

Seguidamente, pretende-se descrever a situação do AO após as ações planeadas pelas forças do GPE. Começando pela descrição do AO após a operação: as ações do GPE, de

acordo com o seu planeamento apenas iriam moldar o ambiente operacional em termos da variável militar, infraestruturas e ainda informacional. Relativamente às infraestruturas, as alterações iriam-se verificar essencialmente, na melhoria do porto de Mossâmedes, no aumento da linha de caminho-de-ferro entre Mossâmedes e Vila Arriaga, e ainda a melhoria de estradas, essencialmente na serra de Chela e em todo o planalto de Huila.

Já em relação à variável militar, o plano do GPE, iria trazer alterações nos seguintes aspetos: ocupação da linha de fortes ao longo da fronteira com a Damaralândia, supressão da capacidade das tropas alemãs invadirem a província de Angola e, reforçar a presença militar de Portugal nos distritos fronteiriços, essencialmente em Évale, Cuamato e Cuanhama. Quanto aos indígenas, desarmá-los e subjuga-los de forma a aceitarem a autoridade portuguesa.

No que diz respeito à variável informacional, isolar os espões alemães, bem como isolar as tribos indígenas de forma a não sofrerem influência das tropas alemãs.

Quanto às relações entre os diversos atores, as ações do GPE vão permitir que se alterem para o seguinte esboço:

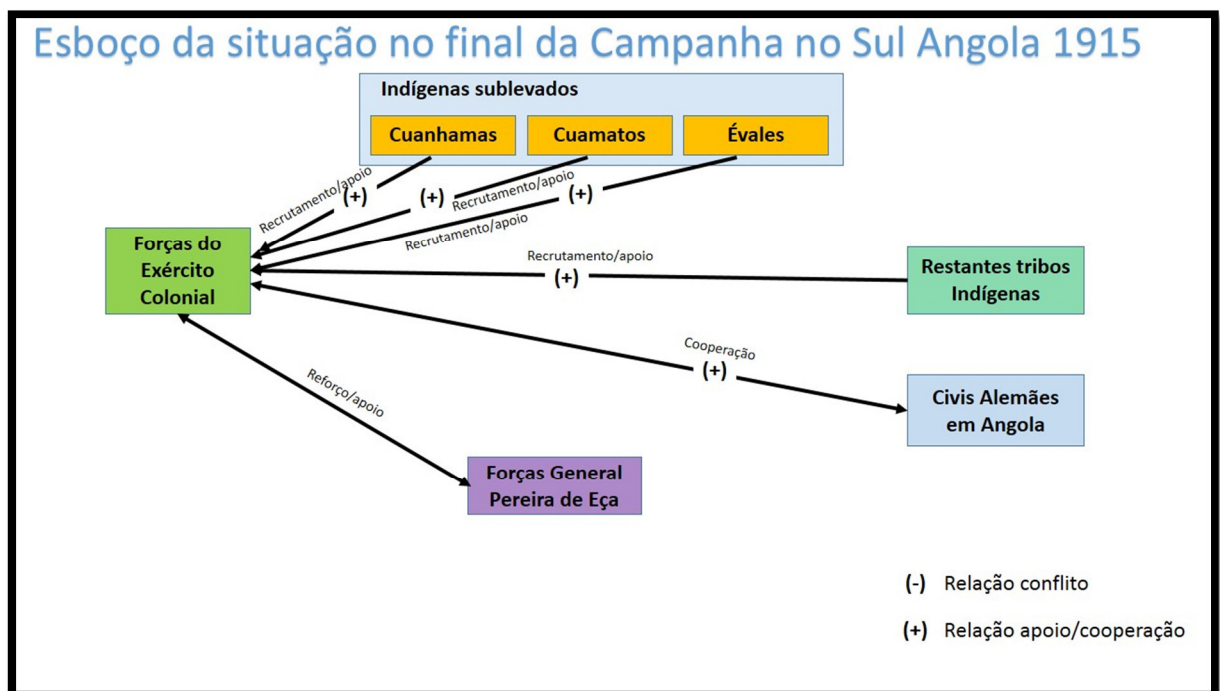


Figura nº22- Relações entre os atores no final da operação

Fonte: (Autor, 2014)





Dando assim origem à seguinte narrativa:

**As forças alemãs da Damaralândia foram derrotadas e não conquistaram terreno na colónia de Angola, não se constituindo mais como ameaça para a província de Angola e para as forças portuguesas. Os Indígenas Cuamatos, Évales e Cuanhamas não constituem mais ameaça para as forças portuguesas, tendo sido derrotados e controlados, aceitando a autoridade de Portugal e colaborando com as autoridades portuguesas. Os territórios do Cuanhama, Cuamato e Évale estão ocupados pelas forças Portuguesas. As restantes tribos do território Angolano, continuam a cooperar com os portugueses. Os civis Alemães presentes em Angola, não se constituem como espiões e colaboram com as autoridades portuguesas. A força comandada pelo General Pereira de Eça está em condições de reforçar as forças do exército Colonial e preparar a retirada do território angolano. Estão reunidas as condições para a força expedicionária retirar de Angola.**

Como resultado da análise anterior, temos então a definição do problema com o qual o GPE se deparava:

- Raiz do Conflito: precaridade de ocupação do território na zona interior e a sul do Rio Cunene por parte das autoridades civis e militares portuguesas, dando liberdade de ação e não controlando os indígenas. Fraca rede de comunicações entre Mossâmedes e o Humbe. Rede de fortes ao longo da fronteira com pequenas guarnições. Não declaração de neutralidade perante o deflagrar da 1GM e manutenção da aliança com Inglaterra.
- Causas imediatas: as forças alemãs da Damaralândia efetuaram uma incursão em território angolano, entrando em contato com as forças militares portuguesas em Naulila, causando diversas baixas entre os portugueses e obrigando as forças de Alves Roçadas a retirar para norte do Rio Cunene. Os indígenas Cuamatos, Cuanhamas e Évales após os acontecimentos sublevaram-se contra os portugueses, sendo para tal apoiados pelos alemães em termos de armamento e equipamento. Os alemães pretendem ficar com os territórios de Angola. Os civis alemães presentes em Angola passam informações para as forças alemãs.

Apresentadas as causas do conflito podemos então elencar a narrativa do problema, começando por identificar esquematicamente quais os problemas com que se deparava (cf. figura nº23), e respetiva solução (cf. figura nº24):



**Problemas identificados:**

- 1 – As forças Alemãs podem invadir o território angolano .
- 2 – Os povos indígenas do Cuamato, Évales e Cuanhama não aceitam a autoridade portuguesa.
- 3 – Possível propagação da revolta indígena a outros povos já pacificados.
- 4 – Civis alemães infiltrados em território angolano, que servem de informadores para as forças alemãs.
- 5 – Falta de presença militar e civil nos territórios interiores de Angola e a Sul do rio Cunene.
- 6 – Falta de convenientes vias de comunicação entre as principais cidades e principalmente para ligação com a região a Sul do Cunene.
- 7 – Falta de Água e abastecimentos para o Interior do território.
- 8 – Poder militar e poder civil separados, com consequente dificuldade canalizar recursos para operações militares.

Figura nº23- Problemas identificados

Fonte: (Autor, 2014)

- Solução para primeiro problema:  
**Ocupar** região do Huila e estar pronto para realizar operações defensivas e/ou ofensivas contra os alemães.
- Solução para segundo problema :  
**Isolar e destruir** os indígenas revoltos das tribos Évales, Cuamatos e Cuanhamas.
- Solução para terceiro problema:  
**Isolar** as tribos indígenas e evitar contato com tribos revoltosas.
- Solução para quarto problema:  
**Isolar** os civis alemães, reintegrá-los e impedir que estabeleçam ligação com as forças alemãs.
- Solução para quinto problema:  
**Ocupar** a região do Cuanhama, materializado na ocupação de Ngiva, Cuamato e Évale.
- Solução para sexto problema:  
**Apoiar** a construção de uma eficiente linha de étapes entre Mossamedes e o planalto de Huila.
- Solução para sétimo problema:  
**Apoiar** a construção de uma eficiente linha de étapes entre Mossamedes e o planalto de Huila.
- Solução para oitavo problema:  
**Declarar** o estado de sitio e reverter o esforço de recursos para o apoio às operações militares.

Figura nº24- Solução para os problemas

Fonte: (Autor, 2014)



Decorrente do anteriormente apresentado deduzimos o seguinte problema:

**Como aplicar as forças militares portuguesas presentes na província de Angola de forma a deter uma invasão das forças alemãs da Damaralândia e realizar operações militares contra os indígenas sublevados das tribos do Cuamato, Évale e Cuanhama de forma manter a integridade da colónia e subjugar os indígenas revoltosos e ocupar o território do Cuanhama. Como garantir que a sublevação dos indígenas não se propaga ao resto do território angolano. Como permitir o fluxo de abastecimentos entre o porto de Mossâmedes e a zona de operações a fim de garantir a liberdade de ação das forças militares. Tendo em conta que as operações devem estar terminadas antes do início da época das chuvas.**

#### **d. Centro de gravidade**

Relativamente ao CoG, poderemos inferir que o GPE teve sempre presente no seu planeamento qual a sua prioridade e qual a prioridade dos adversários. Deduzimos que relativamente ao seu CoG, o GPE elegeu a sustentação da sua força desde Moçâmedes até à zona de operações, por diversas razões, senão vejamos: a inospitalidade do território, caracterizada pela falta de água, dificuldade de progressão, torna necessário um eficaz sistema de sustentação de água e viveres. A campanha de 1914 fracassou essencialmente pela falta de reabastecimentos e deficiente capacidade logística. Esta foi a primeira preocupação do GPE, desde que chegou à área de operações, só iniciando operações quando a linha de *étapes* estivesse a funcionar em pleno. Outra razão reside na intenção do GPE ocupar a zona das Cacimbas, devido à falta de água aquando das operações do destacamento Cuanhama, advindo da dificuldade de não ter a linha de *étapes* a funcionar em pleno. Desta forma, podemos inferir as capacidades críticas (CC), vulnerabilidades críticas (VC) e requisitos críticos (RC) do CoG:





**Tabela nº10** - CoG das forças portuguesas

Fonte: (Autor, 2014)

Centro de Gravidade (CoG)	Sustentação (Linha de <i>Étapes</i> )
Capacidades Críticas (CC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Permitir a execução de Operações de Combate;</li><li>- Permitir o Balanceamento de tropas.</li><li>- Manter a Operacionalidade das Tropas no Planalto de Huila;</li></ul>
Vulnerabilidades Críticas (VC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extensão da linha de <i>Étapes</i>;</li><li>- Precaridade e escassez de meios de transporte;</li><li>- Vias de Comunicação deficientes.</li></ul>
Requisitos Críticos (RC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Segurança na extensão da linha de <i>Étapes</i>;</li><li>- Meios de transporte adequados.</li></ul>

Relativamente aos alemães podemos referir que o CoG seria o seu Exército e a sua capacidade de poder efetuar operações ofensivas contra os portugueses e Sul-Africanos, penetrar no território angolano e atingir o planalto de Huíla antes das forças portuguesas, isto é, constituindo-se o planalto como um ponto importante<sup>46</sup>, que uma vez ocupado, conferia verdadeira vantagem sobre as forças alemãs e impossibilitaria as forças portuguesas de começar as operações (Eça, 1921):

<sup>46</sup>É uma zona do terreno ou área, cuja conquista, posse ou controlo representa uma nítida vantagem para qualquer das forças contendoras (EP, 2010, pp. 2-19).



**Tabela nº11** - CoG das forças Alemãs

Fonte: (Autor, 2014)

Centro de Gravidade (CoG)	Exército Alemão
Capacidades Críticas (CC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Permitir a execução de Operações ofensivas em território angolano;</li><li>- Permitir operações defensivas contra as forças do general Botha.</li><li>- Permitir conciliar operações com os indígenas;</li></ul>
Vulnerabilidades Críticas (VC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Extensão das linhas de comunicação;</li><li>- Distância ao território da Damaralândia;</li></ul>
Requisitos Críticos (RC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ocupar planalto Humbe antes das Forças Portuguesas;</li><li>- Não combater em duas frentes distintas (portugueses a Norte e Sul Africanos a Sul);</li></ul>

Relativamente aos indígenas, identificamos como CoG, os Cuanhamas, uma vez que estes nunca tinham verdadeiramente sofrido controlo pelos portugueses, eram os mais numerosos e aguerridos, aliando ainda o facto de estarem a operar conjuntamente com as restantes tribos, constituindo-se os Cuanhamas como os líderes da rebelião. Desta forma temos então a seguinte caracterização do CoG dos indígenas:

**Tabela nº12** - CoG dos Indígenas

Fonte: (Autor, 2014)

Centro de Gravidade (CoG)	Tribo Cuanhama
Capacidades Críticas (CC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar operações ofensivas contra forças Portuguesas;</li><li>- Controlo do território Cuanhama.</li></ul>
Vulnerabilidades Críticas (VC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Combinação de esforços entre diversas tribos.</li></ul>
Requisitos Críticos (RC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Ligação com as tribos Évale e Cuamato;</li><li>- Ligação com os Alemães da Damaralândia.</li></ul>

Após efetuarmos a visualização do problema, identificamos o EFD, a narrativa do problema e os problemas identificados, os CoG e respetivas CC, VC e RC de cada ator presente, vamos demonstrar qual a abordagem operacional que o GPE delineou para o

cumprimento da missão, concebendo a conceção operacional utilizada atualmente no planeamento de campanhas militares

#### e. Conceção Operacional

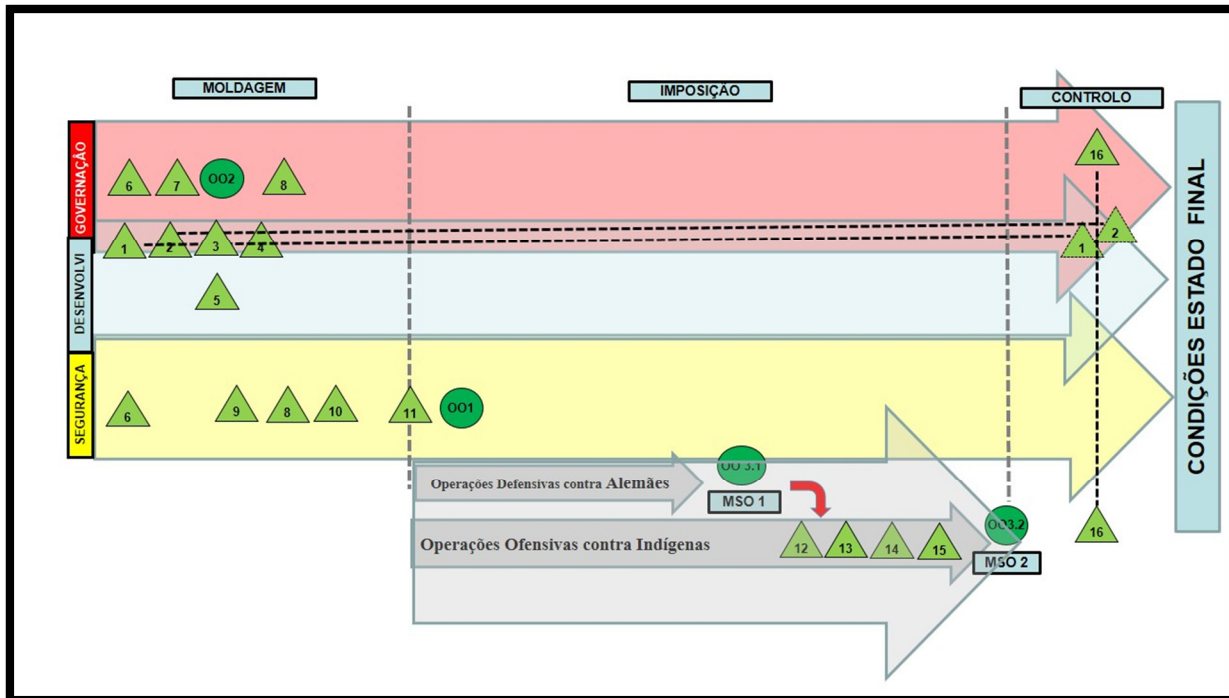


Figura nº25- Conceção Operacional da Campanha de 1915

Fonte: (Autor, 2014)

#### f. Objetivos estratégicos e operacionais

Ao GPE o governo português (nível estratégico-militar) impôs dois *Military Strategic Objectives* (MSO) que adivinham da expedição militar de 1914:

MSO 1 - Manter a integridade do território;

MSO 2 - Assegurar a obediência do gentio local.

Assim, no seu planeamento, identificado o problema que tinha perante si, utilizando a sua experiência, formação e de acordo com os meios postos à sua disposição transforma estes MSO em objetivos militares, em suma, objetivos a cumprir na campanha militar a empreender. Temos assim os *Operational Objectives* (OO) que uma vez cumpridos vão contribuir para alcançar as condições que materializam o estado final desejado. Assim os OO elencados pelo GPE foram:



- OO 1 - Reocupação do território abandonado a Sul do Cunene;
- OO 2 - Fornecer aos governadores de distrito elementos que sufocassem qualquer rebelião;
- OO 3 - Colocar as suas forças militares prontas para:
  - OO 3.1 - Fazer face a qualquer investida por parte dos alemães;
  - OO 3.2 - Ocupar o território Cuanhama.

**g. Estado Final Desejado**

Identificado o problema, e os MSO, estamos em condições de inferir o EFD através da seguinte narrativa:

**A Integridade territorial da província de Angola está garantida, não havendo forças alemãs dentro das fronteiras angolanas. Os indígenas revoltosos foram destruídos e isolados, não se constituem como ameaça aceitando a presença e autoridade dos portugueses. O território do Cuanhama está ocupado e os seus povos aceitam a presença portuguesa. As linhas de comunicação entre o litoral e o interior permitem o fluxo de pessoal e material. Estão estabelecidas as condições para as populações se instalarem e prosperarem.**

**h. Condições do Estado Final Desejado**

Decorrente do EFD podemos identificar quais as condições que o materializam e que serão atingidas através do cumprimento das CD/PD:



### CONDIÇÕES DO ESTADO FINAL DESEJADO

- O território de Cuanhama está controlado.
- Os povos indígenas aceitam a autoridade de Portugal.
- As forças alemãs encontram-se fora do território angolano e não se constituem mais como ameaça.
- A rede de comunicações permite o fluxo de pessoal e material entre o litoral e o interior.
- Bases para a instalação de população portuguesa no território Cuanhama estão asseguradas.

Figura nº26- Condições do estado final desejado

Fonte: (Autor, 2014)

#### i. **Condição decisiva/Ponto decisivo**

Do plano de operações e do relatório do GPE, podemos inferir que aquando o seu planeamento o GPE teve sempre presente que para prosseguir com as operações necessitava de obter/atingir determinados estádios e/ou condições, de uma forma sequencial, a fim de passar para o estágio seguinte. Assim podemos deduzir que as CD/PD que foram tidos em conta no seu planeamento foram:



**Tabela nº13** - Pontos/condições decisivos

Fonte: (Autor, 2014)

Número	Ponto/Condição Decisiva
1	Construção da Linha férrea
2	Construção de estradas entre a Serra de Chela e o Humbe
3	Melhoria do porto de Mossâmedes
4	Compra de novas locomotivas
5	Construção da linha telegráfica
6	Garantir a segurança nos distritos
7	Declaração estado sítio
8	Reconstituição de unidades
9	Constituição da linha de Étapes
10	Segurança e observação do Humbe
11	Ocupação Humbe
12	Conquista de Naulila
13	Conquista de Cuamato
14	Conquista de Évale
15	Conquista de Ngiva
16	Constituir distrito do Cuanhama

#### **j. Linhas de Operações/Esforço**

Como podemos verificar, o GPE foi nomeado cumulativamente, comandante da expedição militar e Governador-geral da Província de Angola (Eça, 1921, p. 3), o que por si só nos prova que as decisões e ações tomadas pelo GPE, foram em diversos campos, quer no da governação quer no desenvolvimento e militar, se bem que todas as decisões e ações fossem tomadas com o intuito de favorecer e tornar as operações militares como um sucesso. Da conceção do DOp (cf. figura nº25) verificamos que as *Lines of Effort* (LoE) foram a Governação, o desenvolvimento e ainda a segurança, agrupando cada em cada linha CD que uma vez atingidas permitiram passar a outro estágio.

Foram ainda identificadas duas LoO que se constituíram como o planeamento de operações defensivas contra os Alemães e ainda a LoO para realizar operações ofensivas contra os indígenas.

#### **k. Faseamento e transição**

Como podemos verificar na esquematização, o GPE, delineou três fases completamente distintas, no planeamento da campanha militar de forma a permitir concentrar esforços em prol de um objetivo distinto em cada fase e a não efetuar pausas nas operações: uma à qual chamamos moldagem, onde a principal preocupação e objetivo do





GPE foi preparar as operações militares propriamente ditas, isto é, reunir condições logísticas, de transporte, de segurança e de governação que permitissem que o grosso da força ocupasse o Humbe e estivesse pronto a executar operações; uma outra fase que foi a fase das operações propriamente ditas, que apelidamos de imposição e, que terminou com a conquista de Ngiva, materializando o cumprimento de todos os OO e MSO e por fim uma última fase, de transição, que representou a retirada e substituição das forças no Sul de Angola.

### **l. Simultaneidade e profundidade**

O GPE no planeamento das operações teve sempre presente a intenção de realizar as operações militares de submissão dos indígenas, na conquista de Naulila, Évale, Cuamato e Ngiva de uma forma simultânea e sincronizada a fim de evitar a concentração de forças por parte dos indígenas, permitindo dividir o esforço do opositor (Eça, 1921, p. 24).

No planeamento das operações, podemos inferir que a principal preocupação do GPE, foi a eficiência e operacionalidade da sua linha de *étapes*, pois a sua ineficácia tinha sido a razão do insucesso da expedição anterior (Eça, 1921, p. 4), nunca avançando para operações enquanto não tivesse o conveniente apoio logístico. Constatou-se ainda que quando a logística não funcionou, as operações não decorreram de uma forma eficaz (veja-se o desenrolar das operações do destacamento Cuanhama), pelo que a profundidade esteve sempre presente no planeamento elaborado pelo GPE.

### **m. Síntese conclusiva**

A campanha militar do sul de Angola de 1915, foi um exemplo da aplicação do aparelho militar português com a finalidade de cumprir desígnios políticos.

O Governo consumando a sua estratégia de proteção das colónias, definiu objetivos ao GPE, o qual, através da identificação de objetivos militares a serem cumpridos pelas forças postas à sua disposição permitiram atingir o EFD. Claramente o GPE planeou e operou no nível operacional fazendo a interligação entre a consumação dos MSO através de ações táticas.

De acordo com a definição de ArtOp e dos seus elementos apresentados no primeiro capítulo, podemos identificar que no planeamento da campanha o General utilizou diversos elementos da ArtOp tal como hoje entendemos.

Podemos efetuar a visualização do problema, que se constituía como um problema complexo e identificar as condições que materializariam o EFD, bem como elaborar a narrativa do problema com o qual as forças portuguesas se iriam deparar.





Uma vez identificado o problema, podemos construir o DOp do OPLAN elaborado pelo General, no qual identificamos três LoE e duas LoO, diversos PDs/CDs que uma vez atingidos e agrupados permitiam continuar para a fase seguinte. Identifica-se claramente o faseamento da operação em três fases distintas, uma primeira na qual o esforço constitui-se na moldagem do TO, de forma a reunir condições para começar a operar, uma segunda fase que passou pela realização de operações miliares contra os indígenas e na qual também estavam planeadas operações defensivas contra os alemães e por fim uma terceira fase após prossecução dos MSO passando pelo controlo do território do Cuanhama.

Face ao exposto, consideramos desta forma que validamos a H 3 respondendo à QD 3.



## Conclusões

O tema, por nós investigado, consistiu na análise da campanha militar no Sul de Angola em 1915 à luz das caraterísticas atualmente entendidas como inerentes à atuação de forças conjuntas.

Uma primeira abordagem ao tema permitiu responder afirmativamente tendo em conta que a caraterística base da atuação de forças conjuntas se apresenta na constituição da força por unidades de mais que um ramo das FA sob mesmo comando, o que claramente se verificou, pois o GPE tinha sob seu comando forças do Exército, Marinha, companhias de Landins de Moçambique e companhias de Indígenas de Angola.

Assim a finalidade da investigação passou inicialmente por identificar quais as caraterísticas inerentes à atuação de forças conjuntas atualmente e verificar em que medida essas caraterísticas se poderiam identificar na referida campanha.

O procedimento metodológico da investigação recorreu desta forma a duas disciplinas base- a história militar e ao enquadramento doutrinário de operações, assim, o percurso seguido, foi:

Importância do tema em investigação, exposição do método de investigação e detalhe do modelo conceptual utilizado, efetuados na Introdução;

- Operacionalização de conceitos, enquadramento concetual, qual a relevância e interligação destes com as operações conjuntas no primeiro capítulo;

- Investigação histórica, com a caraterização dos antecedentes, enquadramento politico-estratégico, objetivos, planeamento e conduta da campanha militar de 1915, no segundo capítulo;

- Análise dos factos obtidos na investigação histórica, considerando as caraterísticas de atuação de forças conjuntas, no terceiro capítulo.

A partir da análise efetuada no capítulo anterior, as presentes conclusões apresentam a síntese, dando respostas às três QD e, a partir destas, à QC.

A resposta à QD 1: “Quais as caraterísticas inerentes à atuação de forças conjuntas de acordo com a doutrina atual?” É dada, começando por argumentar que as forças conjuntas operam essencialmente no nível operacional da guerra, de forma a ter uma abordagem abrangente às operações a realizar, a maximizar as diferentes caraterísticas da força conjunta e a colocar o adversário perante situações diferentes proporcionadas pelas diferentes abordagens da força no domínio aéreo, marítimo e terrestre.

O nível operacional é aquele que é caracterizado por ser o nível onde são planeadas as campanhas que vão contribuir para o alcançar do EFD pelo nível estratégico.

Sendo as campanhas militares uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um MSO numa determinada área e num determinado intervalo de tempo, envolvendo normalmente forças terrestres, navais e aéreas. Para os comandantes atingirem este desiderato, tem que recorrer à sua experiência, formação e personalidade, vulgo arte, de forma conseguirem planejar o emprego das forças militares postas à sua disposição, encontrar a melhor forma de as empregar para cumprir missões militares que vão contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos e alcançar as condições que definem o estado final desejado pelo poder político.

Assim, tendo em conta a afirmação Clausewitziana “...a guerra é a continuação da política por outros meios...”, quando há a decisão de aplicar o instrumento militar, os comandantes recebem do poder político indicações de qual o EFD para uma determinada crise, os comandantes tem de aplicar o instrumento militar de forma a poderem alcançar esse estado. É aqui que entra a ArtOp, como a componente da arte militar com a responsabilidade da teoria e prática do planeamento, condução e sustentação de campanhas militares com a finalidade de cumprir os objetivos emanados pelo nível político-estratégico e ainda como facilitador da conjugação de esforços do instrumento militar, e deste com os restantes instrumentos (cf. figura nº27).

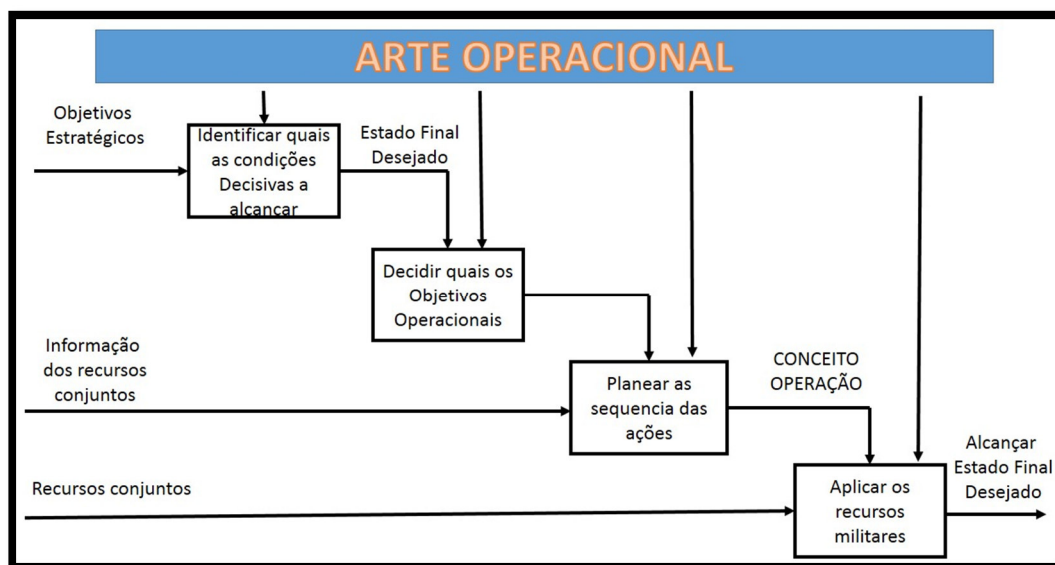


Figura nº27- Esquematização da ArtOp

Fonte: (Autor, 2014)



A ArtOp, é assim a aplicação de diversos conceitos, permitindo que os comandantes numa fase inicial percebam o problema, que entendam onde tem de atuar (*Design*), para posteriormente, de acordo com a tipologia de força que possuem, aplicarem os conceitos de PD/CD, LoO, ponto de culminação, faseamento etc, de forma a elaborem a conceção operacional, que não é mais do que o desenho de como a força militar vai conduzir toda a campanha para alcançar o estado final desejado.

Em conclusão, a resposta à QD1, é dada pela constatação de que as características inerentes à atuação de forças conjuntas passam pela constituição da força, empregue essencialmente ao nível operacional na condução de campanhas e, no seu planeamento, recorrendo os comandantes à ArtOp para empregar a força militar de forma a alcançar o EFD pelo nível politico-estratégico.

No que concerne à QD 2: “QD 2: De que forma o planeamento e execução da campanha militar do Sul de Angola de 1915 permitiu atingir o estado final desejado pelo governo Português?” A resposta é dada pela conclusão que o EFD pelo governo português, a manutenção da integridade territorial face aos alemães e submissão dos indígenas sublevados foi plenamente conseguido pelas operações militares levadas a cabo pela força do GPE. Para atingir este desiderato o GPE delineou um OPLAN visando o cumprimento de três objetivos:

- Reocupação de todo o território abandonado e reconquista direta do prestígio sobre o gentio do extremo Sul de Angola e indiretamente de toda a província de Angola;
- Fornecer aos governadores elementos que sufocassem prontamente qualquer rebelião;
- Colocar as forças de forma a:
  - Realizar operações defensivas para fazer face a nova investida dos alemães, ou se a situação o permitir e sem perigo, realizar operações de forma a penetrar no seu território;
  - Preparar a ocupação do território do Cuanhama;
  - Cooperar com os aliados da África do Sul se eles forçassem os alemães a dirigir-se para a nossa fronteira.

Concluimos que as operações permitiram cumprir o primeiro objetivo após a conquista de Ngiva e consequente ocupação do território Cuanhama. Quanto ao segundo objetivo e após chegar a Angola o GPE, mais esclarecido da situação vivida na colónia, não reforçou o dispositivo dos diversos distritos, preferindo não dividir forças, mas declarou o



estado de sítio e ordenou aos governadores que fizessem face a qualquer rebelião com os próprios meios, levando a que não houvesse relatos de qualquer rebelião no restante território. Relativamente ao terceiro objetivo, o GPE conseguiu posicionar o grosso das forças no Humbe, local planeado como condição decisiva para cumprimento das operações subsequentes, e a partir daí estar pronto para realizar operações defensivas contra os alemães, que não foram necessárias dado que estes se renderam às forças Sul-Africanas. Desde o Humbe, a força comandada pelo GPE, realizou operações contra os Indígenas, nomeadamente contra os Cuamatos e Cuanhamas, levando à conquista de Naulila, Évale, Cuamato e culminando com a conquista de Ngiva e subsequente ocupação do território Cuanhama.

É de referir que o governo português reservou para si a decisão das forças do GPE colaborarem com as forças Sul-Africanas e ainda que o planeamento de ações ofensivas contra os alemães foi vetado também por Lisboa.

Consideramos desta forma validada a “H2: No final da campanha militar no Sul de Angola de 1915 os objetivos militares foram cumpridos e o estado final desejado atingido.” e respondida a QD 2.

Quanto à “QD 3: Quais os elementos da ArtOp que se podem identificar no planeamento e execução das operações militares em Angola de 1915?” Podemos responder que apesar de ArtOp só ser considerada na doutrina militar portuguesa a partir dos anos noventa do século passado, o planeamento elaborado pelo GPE, apresentou diversos elementos que há luz da doutrina atual são elementos da ArtOp.

No planeamento e execução da campanha militar de 1915, o GPE, ao desenhar a campanha teve que:

- Identificar as condições militares (objetivos que estabeleceu) que contribuiriam para atingir os MSO definidos pelo governo;
- ordenar, sequencial e simultaneamente, as atividades que conduziram ao cumprimento das condições militares que permitiram alcançar o sucesso da campanha, que no fundo representou o esboço base do OPLAN;
- planear a aplicação dos recursos militares, bem como a sua sustentação, e ainda, a sincronização e integração dos meios militares com outras capacidades, nomeadamente o facto de ser também governador-geral;
- Identificar os riscos e apreciar o que era possível cumprir, para que o sucesso fosse atingido e teve que assumir um risco calculado;



O GPE, claramente identificou qual o seu CoG – Linha de *Étapes*- pois durante todo o planeamento e execução das operações foi sempre a sua grande preocupação, além ter sido a base para poder iniciar operações. O planeamento encetado pelo GPE, foi também todo orientado para o CoG do adversário, consubstanciado por ter reservado a maior força (destacamento) para enfrentar os Cuanhamas. Foi-nos ainda, possível elaborar a visualização e o *Design* da campanha do GPE, de onde identificamos diversos elementos da ArtOp, tais como: Simultaneidade e profundidade; Faseamento e transição; LoO e LoE; PD e CD.

Pelo que julgamos ter validado a H3 e respondido à PD3.

A resposta à QC “Em que medida estiveram presentes na campanha militar do Sul de Angola de 1915, caraterísticas entendidas nos dias de hoje inerentes à atuação de forças conjuntas?” inicia-se pela afirmação:

A força sob comando do GPE constituída por unidades de mais do que um ramo das FA, conduziu uma campanha no nível operacional cumprindo objetivos militares que permitiram alcançar MSO e atingir o EFD, através do seguimento de um OPLAN elaborado pelo GPE, no qual se distinguem diversos elementos da ArtOp e do DOp.

Foi-nos possível elaborar a conceção operacional, com os respetivos PD/CD, que agrupados permitiram identificar as diferentes LoO/LoE, de forma a influenciar os CoG dos adversários e assim cumprir os OO, identificados pelo GPE, contribuindo para alcançar os MSO definidos e alcançar o EFD pelo governo português, a manutenção da integridade territorial em Angola.

Constatamos que o GPE, para resolver o problema complexo, constituído pela ameaça alemã conjugada com a ameaça indígena e ainda pelo objetivo de conquistar o território Cuanhama, elaborou um OPLAN, onde claramente recorreu, a elementos da ArtOp utilizada atualmente de forma a ligar as ações táticas no terreno com a consumação dos MSO definidos pelo governo português.

Desta forma, e tendo em conta o decurso da investigação, com a identificação das caraterísticas inerentes à atuação de forças conjuntas como sendo a constituição da força, a logística e interoperabilidade de todas as unidades, o planeamento das operações recorrendo a elementos da ArtOp podemos afirmar que na campanha militar do Sul de Angola atuou uma força conjunta.



## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes Arquivísticas

#### ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

##### 2ª Divisão

##### 2ª SECÇÃO – ANGOLA

2ª Secção, nº2, caixa 10, documento nº08 - Relatório das missões ao cuanhama e Évale, João de Almeida.

2ª Secção, nº2, caixa 13, documento nº08 - Relatório da campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907, Alves Roçadas.

2ª Secção, nº2, caixa 24, documento nº12 - Relatório da Campanha do Sul de Angola de 1915, General Pereira de Eça.

2ª Secção, nº2, caixa 44, documento nº01 - Relatório sobre as operações no Sul de Angola em 1914, J.A.Alves Roçadas.

### 2. Documentos Oficiais

Decreto de 07 Dezembro de 1901, Reforma do Exército.

Ordem do Exército nº19, 1ª série, 18 de agosto de 1914.

Ordem do Exército nº15, 1ª série, 18 de setembro de 1915.

Decreto nº991, Ministério da Marinha, 1ª série-nº212, 31 outubro de 1914.

### 3. Fontes Impressas

Correia, J. S., 1943. *NGIVA, campanha do Sul de Angola em 1915 seus antecedentes - Naulila*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.

Pinto, f. d. O., 1918. *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola 1914-15*. Lisboa: Tipografia de J.F. Pinheiro.

Sousa, J. F. d., 1939. *Cadernos coloniais Infantaria 17 em África*. Lisboa: Edições Cosmo.

Martins, F., 1934. *Portugal na Grande Guerra*, vol 2. Lisboa: Ática.

### 4. Bibliografia

Arrifes, M. F., 2004. *A primeira Grande Guerra na África Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos.





- Barroso, L. F. M., 2008. A Diplomacia 1890-1910: A Chave para a manutenção do Império Africano. *Revista Militar*, 26 Novembro, pp. 559-580.
- Bethencourt, F. & Chaudhuri, K., 1998. *história da Expansão Portuguesa*. Navarra: Circulo de Leitores.
- Carvalho, V. d., 1989. A estratégia no tempo dos descobrimentos. *Nação e Defesa*, Julho, pp. 73-84.
- Cortesão, J., 1993. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Czege, H. W. d.a, 2011a. Thinking and Acting Like an Early Explorer: Operational art is not a level of war. *SMALL WARS JOURNAL*.
- Czege, W. d., 2011b. *Systemic Operational Design*. Washington: s.n.
- Department of the Army, 1986. *FM 100-5 Operations*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.
- Department of the Army, 1995. *FM 100-7*. Washington: Department of the Army.
- Department of the Army, 2010. *FM 5-0*. Washington: Department of the Army.
- Department of the Army, 2013. *Insights and best practices of Joint Operations*. 4ª ed. Lake View Parkway: J7, Deployable Training Division Joint Staff.
- Department of the Army, 2008. *FM 3-0 Operations*. Washington DC: US Army.
- EMGFA, 2012. *PDMC-01 Doutrina Militar Conjunta*. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas.
- Exército Português, 2010. *PDE 2-09-00 Estudo do espaço de batalha pelas informações (IPB)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Gray, C., 2008-09. The 21st Century Security Environment and the Future of War. *US Army War College Quarterly*, pp. 14-26.
- Heinl, R, 1966. Dictionary of Military and Naval quotations, sd
- Issersson, G., 2013. *The evolution of Operational Art*. tradução de Bruce Menning ed. Fort Leavenworth, Kansas: Combat studies Institute Press.



- Joe Strange, R. I., s.d. *Understanding Centers of Gravity and Critical Vulnerabilities, part II*. s.l.:s.n.
- Joint Chiefs of Staff, 2011. *Joint Operations 3-00*. s.l.:Joint Chief of staff.
- Joint Staff, J-7, 2011. *Planner's Handbook for Operational Design*. version 1.0 ed. Suffolk, Virginia: Joint and Coalition Warfighting.
- Krause, M. D. & Phillips, C., 2005. *Historical Perspectives of Operational Art*. Washington DC: center of Military History.
- Matheny, M. R., 2004. *THE ROOTS OF MODERN AMERICAN OPERATIONAL ART*. New york: s.n.
- Oliveira, R. d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945), volume III*. Lisboa: EME.
- OTAN, 2006. *Comprehensive Political Guidance*. Riga, OTAN.
- OTAN, 2013a. *AAP-6 NATO Glossary of terms and definitions*. Bruxelas: NATO Standardization Agency.
- OTAN, 2010. *AJP-01 D*. Bruxelas: ACT.
- OTAN, 2013b. *AJP-05, Allied Joint Doctrine for Operational Level Planning*. s.d: NATO Standardization Agency.
- OTAN, 2013c. *COPD*. Bruxelas: ACO Allied Command for Operations.
- Peixoto, A., 2008. *História do Brasil*. Edição Digital ed. s.l.:ebooksbrasil.
- Pereira, G., 2011. *O Planeamento paralelo no âmbito do emprego de forças*. Lisboa: IESM.
- Piatt, W. E., 1999. *what is operational Art?*. Fort Leavenworth, Kansas: United States Army Command and General Staff.
- Quivy & Campenhoudt, 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Tradução de João Marques, Maria Mendes e Maria Carvalho. Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa ed. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, A. d. S., 2011. *Organização Superior de Defesa Nacional, Reformas da República 1911-13*. Lisboa, Academia de Marinha.



Ryan, A. J., 2010. The Foundation for an Adaptive Approach: Insights from the Science of Complex Systems. *Australian Army Journal*, Volume VI, p. 71.

SAMS, 2009. *Art of Design*. Fort Leavenworth, Kansas.

Santos, L. d., 2010. História concisa de como se faz a guerra. Em: *Nação e Defesa*. Lisboa: Europa América, pp. 15-25.

Saraiva, J. H., 1983. *História de Portugal*. Lisboa: Seleções do Rider's Digest.

Simpkin, R. E., 1985. *Race to the Swift: Thoughts on Twenty - First Century Warfare*. London: Brassey's Defence Publishers.

Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. Em: *Nova História Militar de Portugal*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Circulo de Leitores, pp. 14-34.

Valle, L. C. N. e. S. d., 1984. Tradução para português do livro *Da Guerra*. Brasília: s.n.

Vego, M., 2008. Major/Joint Combat operations. JFQ, 1st quarter, pp. 111-120.

Vego, M., 2010. Military history and the Operational Art. National Defense University Press, 2º Trimestre, pp. 124-129.

## 5. Fontes Eletrônicas

Africa, A. F. o. F. S. o., 2007. *The pink map*. [Online] Available at: [http://www.africafederation.net/Rose\\_map.htm](http://www.africafederation.net/Rose_map.htm) [Acedido em 09 Março 2014].

Kelly, J. & Brennan, M., 2009. *Strategic Studies Institute*. [Online] Available at: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub939.pdf> [Acedido em 20 Janeiro 2014].

Lopes, C. A., 2013. *Momentos de história*. [Online] Available at: [http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_05\\_Exercito.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_Exercito.htm) [Acedido em 07 Novembro 2013].

Lopes, C. A., 2013. *Momentos de História*. [Online] Available at: [http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_05\\_01\\_Exercito.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_01_Exercito.htm) [Acedido em 29 Março 2014].

Oliveira, J. C. d., 2013. *Revista Militar*. [Online] Available at: [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=601](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=601) [Acedido em 12 Janeiro 2014].

Pires, A., 2006. *Guerra do ultramar*. [Online] Available at: <http://img183.imageshack.us/img183/9716/08huilagx0.jpg> [Acedido em 09 Março 2014].



Schotanus, 2013. *Angola links and old maps.* [Online]  
Available at: [http://schotanus.us/Angola/Angola\\_1912.jpg](http://schotanus.us/Angola/Angola_1912.jpg)  
[Acedido em 09 Março 2014].

Teixeira, N. s., 1987. *Política externa e política interna no Portugal de 1890, o ultimatum inglês.* [Online]  
Available at:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027734K4zTZ2wh1Lu94TC4.pdf>  
[Acedido em 25 Janeiro 2014].

Teixeira, N. S., 2013. *Portugal na Grande Guerra.* [Online]  
Available at:  
<http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grand%20Guerra%20-%20entre%20a%20memória%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>  
[Acedido em 07 Janeiro 2014].

Telo, A., 2013. *Portugal na grande guerra.* [Online]  
Available at: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/ArtigosTextos.aspx>  
[Acedido em 07 Janeiro 2014].

Worldpress, 2010. *Zoom África.* [Online]  
Available at: <http://zoomafrica.wordpress.com/imagem-atual/culturas-africanas/>  
[Acedido em 09 Março 2014].



## **Anexo A - Corpo de Conceitos**

Conceitos referentes aos elementos constituintes da conceção operacional:

### **Estado Final Desejado**

A OTAN refere-se ao EFD como as condições declaradas pelo NAC, isto é nível político, que quando atingidas determinam o final do empenhamento da OTAN e estão relacionadas com o estabelecimento de condições favoráveis para que se verifique uma situação pacífica e auto sustentável na área de operações e que vá de encontro ao definido nos objetivos políticos. O estado final deve ser claro, compreensivo e exequível dado que se refere ao critério que cessa a atividade da aliança na crise (OTAN, 2010, pp. 2-27).

### **Centro de Gravidade, Capacidades Críticas, Vulnerabilidades Críticas e Requisitos Críticos**

O CoG é descrito, como sendo a fonte de poder moral e/ou físico que garante potencial, liberdade de ação e vontade de agir, que permite que um ator cumpra os seus objetivos e/ou evite que o opositor não cumpra os seus. A perda ou desequilíbrio do CoG pode resultar na derrota de uma força ou organização. Os CoG, são definidos para os níveis estratégico e operacional, sendo que ao nível operacional referem-se a uma capacidade dominante, que permite que o ator atinja os seus objetivos operacionais. O comandante Operacional<sup>47</sup> conjuntamente com o seu estado-maior tem de analisar os CoG de ambos os níveis. Nem sempre é fácil, identificar o CoG ao nível operacional, no entanto, quando identificado, a força militar deve atuar ofensivamente sobre as vulnerabilidades do CoG adversário e defender o seu próprio CoG<sup>48</sup>. Outras situações poderão existir, em que os diversos CoG, não ajudem a que o comandante e o seu EM entendam melhor os aspetos críticos da situação<sup>49</sup>, ou onde não se consegue identificar um inimigo, ou há diversos opositores e não se consegue identificar um CoG<sup>50</sup>, sendo necessário identificar um CoG mais abstrato, tal como cadeias de apoio logístico dos atores ou o, apoio da população (OTAN, 2010, pp. 2-32). Para a identificação dos CoG, é comumente referida uma forma esquemática de identificar os CoG, através da identificação de CC, VC e ainda RC (Joe Strange, s.d., p. 7).

Assim, podemos entender as a CC, como, aquilo que o CoG pode fazer que coloque grande preocupação no contexto da missão e ao nível das operações que se estão a planear. As VC são aqueles requisitos críticos ou componentes destes, que são deficientes ou vulneráveis à neutralização ou derrota de uma forma que contribua para que o CoG não atinja a sua CC. Quanto aos RC, são condições, recursos e meios que são essenciais para que o CoG alcance as suas CC, onde a palavra-chave é um substantivo. Assim tem-se que quando um CoG é identificado, deve-se atacar as suas VC e evitar as suas CC.

### **Ponto Decisivo e Condições decisivas**

O PD é um ponto a partir do qual o CoG adversário ou das nossas forças pode ser ameaçado. Pode existir numa perspetiva temporal, espacial ou de ambiente de informação. A determinação de PD em cada LoO é essencial para estabelecer a natureza e sequência das operações, priorizar os efeitos a alcançar em cada LoO, determinar as necessidades de forças

---

<sup>47</sup> No caso da OTAN, é o *Joint Force Commander* (JFC).

<sup>48</sup> *Bipolar Conflict Centers of Gravity*.

<sup>49</sup> *Multiple Centers of Gravity*.

<sup>50</sup> *Non-Opposing Centers of Gravity*.



e capacidades e ainda estabelecer e gerir a prioridade de emprego do esforço (OTAN, 2010, pp. 2-32).

Quanto à CD, é entendida como a combinação de circunstâncias, efeitos ou eventos específicos, fatores críticos ou funções que quando alcançados traduzem uma vantagem sobre o oponente ou contribuem significativamente para o cumprimento de um objetivo operacional (OTAN, 2010, pp. 2-34).

### **Linhas de Operações/Linhas de Esforço<sup>51</sup>**

As LoO são utilizadas para organizar as operações em termos temporais, espaciais e de acordo com a finalidade, com o intuito de transformar condições específicas no início da operação em condições desejadas de forma a atingir os objetivos operacionais e estratégicos. Depois de determinar a melhor aproximação ao CoG adversário, é necessário determinar quais as LoOs, principal e alternativas. As LoOs são constituídas por PD e CD. O estabelecimento de LoO vai moldar o desenvolvimento do plano bem como a condução das operações (OTAN, 2010, pp. 2-35).

### **Faseamento e Sequenciação**

O principal objetivo da sequenciação e faseamento de uma operação é assegurar a continuidade e o ritmo das operações de modo a evitar pausas operacionais desnecessárias. A sequenciação é o arranjo das ações destinadas a alcançar as condições ou efeitos desejados nos PD numa campanha, segundo determinada ordem para que, com maior probabilidade sejam produzidos os efeitos desejados no CoG adversário. Este processo auxilia na conceção de toda a campanha de forma lógica em termos de forças disponíveis, recursos, tempo e ajuda a determinar diferentes pausas operacionais (OTAN, 2010, pp. 2-35).

O faseamento, ou seja as diversas fases, representam estádios diferentes no desenvolvimento da operação que conduzem ao alcançar de condições ou efeitos específicos nos PD que sejam requeridos para o estágio subsequente e finalmente para alcançar o objetivo. As fases são sequenciais mas poderão sobrepor-se. O comandante pode designar um esforço principal para cada fase (OTAN, 2010, pp. 2-35).

### **Sincronização, Sinergia e Vantagem**

Os comandantes devem considerar a melhor forma de sincronizar as operações usando os meios, com a finalidade de obter o máximo de efeitos, ou o efeito desejado com o mínimo de recursos. Assim temos que a sincronização é o agrupamento das ações e dos seus resultados em termos temporais e espaciais para obter a máxima vantagem e a atingir as condições mais favoráveis nos PD ou CD. Deve-se fazer o uso integrado de todas as capacidades disponíveis de forma a obter o máximo de resultados e atingir os PD/CD. O principal benefício será a produção de sinergia usando diferentes recursos e o ganho de influência através da imaginação criativa de efeitos e da exploração das condições desejadas na área de operações (OTAN, 2010, pp. 2-36).

Por sua vez, temos a sinergia como a finalidade última dos esforços de sincronização, traduz-se no resultado cumulativo das ações sincronizadas. Atuando com sinergia, o resultado final é superior à soma das partes atuando independentemente (OTAN, 2010, pp. 2-37).

---

<sup>51</sup> Designação das linhas de Operações quando em operações de estabilização.



## **Simultaneidade e Profundidade**

Os comandantes devem determinar a extensão na qual as forças podem conduzir operações em simultâneo de forma a atingir os PD e CD, penetrando com profundidade na área de operações. Para tal deve avaliar-se com exatidão qual o alcance dos recursos disponíveis. A intenção será obter sinergias combinando os efeitos de ações simultâneas de forma a contornar a capacidade do oponente responder eficazmente (OTAN, 2010, pp. 2-37).

## **Manobra**

A conceção operacional deve explorar oportunidades para uma abordagem manoverista<sup>52</sup> por parte das nossas forças. A finalidade da manobra é alcançar uma posição de vantagem relativamente as forças opositoras e a partir da qual podemos ameaçar ou aplicar a força sobre o adversário (OTAN, 2010, pp. 2-37).

## **Ritmo**

Corresponde à capacidade do comandante fazer a transição de uma postura operacional para uma outra postura, a fim de ganhar ou manter a iniciativa. No decorrer do planeamento deve-se antecipar as ações do adversário e estar preparado para, em antecipação, decidir e agir rapidamente, concentrando forças e capacidades militares a fim de atingir os PD/CD. A capacidade dos comandantes marcaram o ritmo das operações proporciona liberdade de ação, sendo a chave para culminar as forças adversárias e prevenir a culminação prematura da nossa operação (OTAN, 2010, pp. 2-36).

## **Esforço**

O conceito de esforço está relacionado como o foco da atividade que o comandante considera crucial para o sucesso. A designação do esforço principal por parte do comandante tem como finalidade que os seus subordinados entendam perfeitamente qual a prioridade do comandante, de forma a dar liberdade de ação aos subordinados em caso de alteração da situação. O esforço, corresponde normalmente à concentração de forças em determinado local, aceitando economia de forças num outro local (OTAN, 2010, pp. 2-36).

## **Planos de Contingência (Ramificações e Sequelas)**

Para o sucesso de uma campanha militar é essencial assegurar a manutenção da iniciativa providenciando a flexibilidade necessária à sua manutenção. Tal requer capacidade para explorar oportunidades e mitigar riscos. Essa capacidade depende da antecipação das situações e do desenvolvimento de opções para fazer face ao inopinado de forma antecipatória. Essas opções podem ser essencialmente de dois tipos: **Ramificações e Sequelas**. A necessidade de criação de uma sequela prende-se com a antecipação do possível resultado de uma determinada operação decisiva ou fase da campanha (vitória, impasse ou derrota). Assim, deve entender-se por sequela, a nova campanha ou fase subsequente, decorrente do possível resultado da campanha em curso. A ramificação é construída no plano inicial e usada para a antecipar a necessidade de reorientação da missão, direção do movimento ou reorganização das nossas forças, em resposta a ações ou reações antecipáveis das forças opositoras (OTAN, 2010, pp. 2-39).

---

<sup>52</sup> A abordagem manoverista é definida como a procura do oportunismo e da exploração dos erros forçados e não forçados do adversário, visando abalar a sua coesão como um sistema, pela aplicação de ações rápidas, focadas e com surpresa (Simpkin, 1985, pp. 18-24).





### **Culminação**

Pode ser entendida como o ponto de uma operação em que a força deixa de conseguir prosseguir com a operação em curso. A sequenciação e o faseamento devem ser concebidos para assegurar que as operações do opositor culminam antes de conseguirem alcançar o seu objetivo e assegurar que as nossas operações alcançam o objetivo antes de qualquer culminação. Na ofensiva a força atacante atinge o seu ponto de culminação quando deixa de conseguir manter a sua ação ofensiva e tem de transitar para uma defesa ou se arrisca a um contra ataque e a ser derrotada. Na defensiva a força atinge o seu ponto de culminação quando deixa de conseguir defender e é forçada a desempenhar-se ou a retirar ou enfrenta a derrota (OTAN, 2010, pp. 2-39).

### **Pausa Operacional**

Uma pausa operacional é uma cessação temporária de certas atividades durante o decurso de uma campanha, normalmente após a conclusão de uma fase operacional, mas antes de se ter alcançado o objetivo da campanha, para evitar o risco de culminar e ter capacidade para regenerar o potencial de combate requerido para prosseguir com o estágio seguinte da operação e finalmente alcançar o objetivo. Embora uma pausa operacional seja preferível a uma culminação prematura, o comandante deve continuar certas operações para manter a iniciativa. A ArtOp procura assegurar que as considerações logísticas sejam parte integrante da conceção operacional no sentido de minimizar a necessidade de pausas durante uma operação (OTAN, 2010, pp. 2-39).

### **Aproximação Direta *versus* Indireta**

O modo como o comandante lida com o CoG, pode assumir a forma de abordagem direta e de abordagem indireta. Na abordagem direta, o ataque é feito através da aplicação do potencial de combate diretamente contra o CoG do inimigo ou adversário. Em oposição na abordagem indireta, o ataque ao CoG é efetuado através dos PD, os quais conduzem à sua derrota, evitando o confronto direto (OTAN, 2010, pp. 2-40).

A aproximação direta é apropriada quando as nossas forças têm um potencial manifestamente superior ao do oponente, enquanto a aproximação indireta é apropriada quando as nossas forças são insuficientes para enfrentar diretamente o CoG do oponente, ou para atacar as suas CC numa operação única (OTAN, 2010, pp. 2-40).



## **Anexo B – Constituição da força expedicionária em Angola em 1915**

De acordo com o relatório elaborado pelo GPE, nas páginas 480 a 494, a ordem de batalha da expedição era a seguinte:

COMANDO E ESTADO-MAIOR  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
SERVIÇOS DE ARTILHARIA  
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
SERVIÇOS DE SAUDE  
SERVIÇO VETERINÁRIO  
SERVIÇO POSTAL  
SERVIÇO DE JUSTIÇA  
PREBOSTADO  
COMANDOS MILITARES ESPECIAIS

- Comando da Região dos Gambos
- Comando da Região de Cassinga
- Comando militar do Lubango
- Comando militar da base do Humbe
- Destacamento do Humbe
- Destacamento da Dongoena
- Destacamento do Cuanhama
- Destacamento do Cuamato
- Destacamento do Évale
- Destacamento de Naulila
- Destacamento de NGiva

Donde as unidades de formações expedicionárias e coloniais de primeira linha eram:

- Batalhão expedicionário de Marinha
- Secção mista de Engenharia
- 8º bateria do Regimento de Artilharia nº1
- 8ª bateria do Regimento de Artilharia nº2
- 6ª bateria do Regimento de Artilharia nº3
- 5ª bateria do Regimento de Artilharia nº7
- 5ª bateria do Regimento de Artilharia nº8
- 1ª bateria do Regimento de Artilharia de montanha
- 2ª bateria do Regimento de Artilharia de montanha
- 3ª bateria do Regimento de Artilharia de montanha
- Secções de munições nº1
- Secções de munições nº2
- 3º Esquadrão do Regimento de cavalaria nº4
- 3º Esquadrão do Regimento de cavalaria nº9
- 3º Esquadrão do Regimento de cavalaria nº11
- 1º Esquadrão de Dragões de Angola
- Pelotão do 2ºesquadrão de Dragões de Angola
- 1ª bateria do 1º Grupo de Metralhadoras
- 2ª bateria do 1º Grupo de Metralhadoras
- 1ª bateria do 2º Grupo de Metralhadoras
- 2ª bateria do 2º Grupo de Metralhadoras
- 3ª bateria do 2º Grupo de Metralhadoras
- 2ª bateria do 3º Grupo de Metralhadoras



- 2ª bateria do 6º Grupo de Metralhadoras
- 3º Batalhão do Regimento de infantaria nº16
- 3º Batalhão do Regimento de infantaria nº17
- 3º Batalhão do Regimento de infantaria nº18
- Companhia do Regimento de infantaria nº19
- 15ª Companhia indígena de Moçambique
- 16ª Companhia indígena de Moçambique
- Ambulância de combate nº1
- Ambulância de combate nº2
- Ambulância de combate nº3
- Secção de padaria nº1
- Parque de reses nº1
- Força de condenados para construção de obras de engenharia
- Auxiliares Europeus e indígenas
- Auxiliares Boers

Os serviços de 2ª linha eram constituídos por:

- Direção de *Étapes*
- Secção de Camiões
- Secção de carros Alentejanos
- Secção de Camelos
- Tropas de *Étapes*
- Tropas de ocupação na zona da retaguarda
  - 3º Batalhão de Infantaria nº19 (a duas companhias)
  - 1ª Companhia Europeia
  - 2ª Companhia Europeia
  - 14ª Companhia Indígena de Angola
  - 15ª Companhia Indígena de Angola
  - 16ª Companhia Indígena de Angola
  - 17ª Companhia Indígena de Angola
  - 2º Esquadrão de dragões de Angola
- Hospitais em: Moçâmedes, Lubango, Chibia, Gambos
- Enfermarias veterinárias em: Mossâmedes e Lubango
- Depósito de subsistências e fardamento em: Mossâmedes, Hilba, Arriaga, Lubango, Chibia e Gambos
- Oficinas em: Mossâmedes, Lubango e Gambos.

Apesar de em todo o relatório do GPE, não se referir o nº total de militares que compunham a expedição, de acordo com o referido no livro História da Primeira República Portuguesa, de Rosas em 2010, os efetivos seriam cerca de 12000, sendo que os subtotais se apresentam no seguinte quadro:

	Angola (a)	Europeus	Indígenas	Total
1914	1ª Força Expedicionária	1.525	400 (Moçambique)	
1914	1º Reforço (1ªFE)	2.803		
1914	Batalhão Marinha	563		
1914	2º Reforço (1ªFE)	4.318		
1915	2ª Força Expedicionária	1.789		
1916	1º Reforço (2ªFE)	688		
1917	2º Reforço (2ªFE)	580		
1918	3º Reforço (2ªFE)	776		
Total Final -->		13.042	9.240	22.289

Figura nº28- Relação de militares mobilizados para Angola (1914-1918)

Fonte: (Lopes, 2013)



## Apêndice 1 - Organização da Defesa Nacional em 1915

Em 1910, Portugal constituiu-se como uma República, o que por si só representa uma enorme mudança, vai-se repercutir nas mais diversas funções do Estado. O exército assiste então a uma enorme revolução em termos organizacionais, de implementação e recrutamento. No início do século XX o exército português está organizado mediante a reforma empreendida em 1901<sup>53</sup>, ainda durante a vigência da monarquia. Sendo que o serviço militar era pessoal e obrigatório. A intenção da República é abandonar o sistema do Exército permanente para um de chamada às massas (*levé en masse*), de onde desaparecessem os privilégios e as exceções (Oliveira, 1995, p. 26).

Desta forma, em 15 outubro de 1910 o governo provisório nomeia uma comissão de reorganização do Exército, da qual todas as armas e serviços estão representados, como resultado temos então que em 02 março de 1911 é aprovada a Lei do Recrutamento Militar e em 25 de maio de 1911 a Lei de Organização Geral do Exército.

No âmbito militar, as reformas consistiram na constituição de um exército miliciano, na preparação para a guerra em África e na definição de uma nova organização territorial para o Exército, como consequência da evolução das doutrinas militares. Também restabeleceu a equidade doutrinária e funcional entre o Exército e a Marinha (Ribeiro, 2011, pp. X-20).

Relativamente à estrutura superior de defesa esta assiste também a uma reorganização (cf. figura nº29), donde ressalta a distinção entre ministérios da Marinha e da Guerra bem como das Colónias.

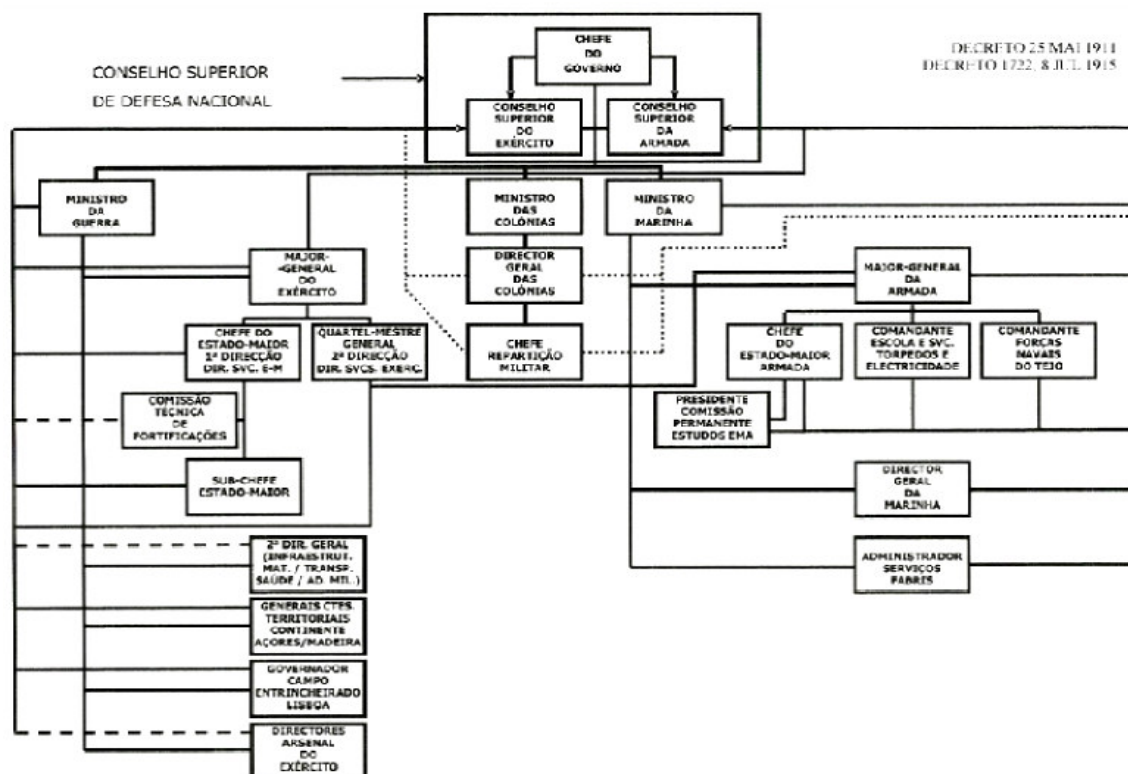


Figura nº29- Conselho Superior de Defesa Nacional

Fonte: (Ribeiro, 2011, p. 22)

<sup>53</sup> Decreto de 07 dezembro de 1901.



O Conselho Superior de Defesa Nacional, presidido pelo chefe do Governo, constituía a alta corporação militar destinada a intervir superiormente nos assuntos respeitantes à preparação da guerra e à defesa geral do Estado, sempre que se tratasse de assuntos que interessassem à defesa das colónias, à organização das respetivas forças navais ou do Exército colonial, podiam ser convocados, como vogais extraordinários, o Diretor-Geral das Colónias e o Chefe da Repartição Militar da Direcção-Geral das Colónias (Ribeiro, 2011, p. 24).

A faculdade do Supremo Conselho de Defesa Nacional deliberar sobre os projetos de operações e planos de organização defensiva do território nacional, resultou da necessidade de coordenação, ao mais alto nível, da ação da Armada e do Exército (Ribeiro, 2011, p. 25). No entanto a reorganização do Exército, de 17 de julho de 1913, foi reiterado o texto do Decreto de 25 de maio de 1911, no que se refere ao Conselho Superior de Defesa Nacional, mantido diretamente ligado à estrutura orgânica do Exército, levando ao desacordo da Armada, porque traduzia uma efetiva supremacia daquele Ramo na conceptualização doutrinária e na condução dos assuntos de defesa nacional, tanto na metrópole como nas colónias. Tal situação foi habilmente explorada pelos decisores políticos, com o objetivo de criar dissensões entre o Exército e a Marinha, reduzindo a capacidade de intervenção dos Ramos na vida política nacional (Ribeiro, 2011, p. 29).

Assim a defesa da nação estava organizada entre, o Exército metropolitano, o Exército colonial e a Armada. Tinham como missão: Velar pela honra, independência e integridade da pátria, em toda e qualquer eventualidade, defendendo-a contra as agressões de inimigos externos e internos.<sup>54</sup>

A estruturação do organismo defensivo da Nação, tendo como base um Exército metropolitano e um Exército colonial independentes, visava reduzir o número dos efetivos metropolitanos em serviço nas unidades ultramarinas (Ribeiro, 2011, pp. X-21).

Nas colónias e particularmente em Angola, as forças militares eram empregues na ocupação e segurança da província ultramarina, tendo como base a reorganização encetada em 1901, a qual praticamente nada foi alterada com a organização de 1910. Em Angola, o governador-geral era o comandante de toda a força militar da guarnição do território, os governadores dos distritos eram os comandantes das forças das guarnições dos respetivos distritos (Arrifes, 2004, p. 61). O tempo de serviço no ultramar era de dois anos, o recrutamento de praças pré indígenas era regulado por diplomas próprios de cada província, sendo em regra executado por voluntários e com contratados. Era comum que unidades de indígenas de uma província fossem destacadas para outra província de forma a evitar as deserções. Esta organização partiu da consciência que o Exército colonial não estaria regularmente organizado sendo incapaz de cumprir o seu desígnio fundamental, a manutenção da ordem e integridade territorial das colónias, pelo que em caso de necessidade se derivadas de sublevações indígenas mais violentas se tinha de recorrer a expedições metropolitanas (Arrifes, 2004, p. 60).

O exército colonial continuaria dependente dos ministérios da marinha e das Colónias. As companhias indígenas seriam comandadas por oficiais e sargentos da metrópole de forma a manter uma proporção equivalente entre indígenas e europeus (Arrifes, 2004, p. 61). Com a nomeação de Norton de Matos par governador-geral de Angola, procede-se a um deslocamento do poder dos militares para as estruturas civis (Arrifes, 2004, p. 65), tomando uma postura de descentralização face à metrópole. Assiste-se desta forma que no eclodir da IGM, se mantem a orgânica baseada nas campanhas de pacificação, mas agora enfraquecido pela retirada de poder às chefias militares, desta forma, o total de tropas

---

<sup>54</sup> Formalizado no Regulamento Geral do serviço do Exército, aprovado e mandado por em execução pelo Decreto de 06 de julho de 1914



em Angola é de cerca de 5000, dos quais apenas 1700 seriam europeus (Arrifes, 2004, p. 68). O dispositivo defensivo assentava num conjunto de fortes dispersos junto à fronteira, com impossibilidade de reforço por parte das tropas concentradas em outras regiões devido à precariedade das vias de comunicação e constante ameaça dos indígenas (Arrifes, 2004, p. 68).

Relativamente à doutrina, segundo (Arrifes, 2004, p. 84), nota-se uma inexistência de doutrina para ações em campanha, onde se definisse o tipo de adversário, procedimentos logísticos, características e forma de enfrentar, o que leva a que se exija constantes formulações e reformulações de instruções para cada campanha. No entanto a tática mais comum consistia na constituição de uma coluna que infligisse ao gentio revoltado ou ocupação de território, e que após ganhos alguns combates retiravam e se dissolvesse deixando aqui e além um forte, mal artilhado e pior guarnecido (Arrifes, 2004, p. 69).





## Apêndice 2 – Visualização

Os atuais ambientes operacionais, onde é necessário as forças militares atuarem caracterizam-se pela presença de diversos atores, (forças militares, Organizações Não Governamentais, empresas de segurança privadas), por decorrerem em ambientes urbanos onde há presença de populações civis, por lidarem com opositores de diversos tipos em simultâneo (forças regulares, terrorismo, crime organizado), o que faz com que as operações militares atuais sejam consideradas problemas complexos<sup>55</sup> e mal estruturados.

Desta forma e após as experiências nos teatros de Operações do Iraque, Afeganistão e Balcãs, o Exército dos EUA desenvolveu um método que procura resolver este tipo de problemas complexos e mal estruturados, método ao qual designou por *design* e que na doutrina nacional, se designa por **Visualização**.

A visualização passou a ser adotada pela OTAN, que se refere à visualização como *Operational Estimate*, é um dos passos do OPP quer ao nível estratégico, quer ao nível operacional. A visualização é parte integrante da fase 3 do OPP, sendo que antes da aplicação da ArtOp, é elaborada a Visualização que vai estruturar o problema no contexto Operacional e vai permitir que o Comandante e o seu estado-maior desenvolvam um entendimento da crise em termos de *background*, das causas e das dinâmicas específicas, permite que o comandante visualize e avalie o ambiente operacional de forma a elaborar a missão (OTAN, 2013b, pp. 4-32).

Assim, temos a visualização como um método que aplica um pensamento criativo e crítico de forma a perceber, visualizar e descrever problemas complexos, mal estruturados e a procurar qual a forma de abordagens de forma a resolvê-los (DA, 2010, pp. 3-1).

A visualização engloba três fases distintas:

- Enquadramento do Ambiente – Qual é o contexto em que a visualização vai ser aplicada?
- Enquadramento do Problema – Qual é o problema que a visualização pretende resolver?
- Considerar Abordagens Operacionais – Que abordagem poderá resolver o Problema? (cf. Figura nº30)

Ou seja, vamos ver o que está a acontecer no AO, o que é que queremos transformar, onde vamos atuar e como vamos atuar. (SAMS, 2009, p. 131)

Assim durante a 1ª fase, vamos elaborar um diagrama de relações com a situação dos atores presentes no AO, e fazer-se uma análise exaustiva de forma a descrever o AO através do estudo das variáveis operacionais (PMESII), bem como caracterizar o espaço físico e elencar e analisar os CoG. Os produtos desta fase será um esboço relativo ao diagrama de relações e uma descrição narrativa das relações presentes dos atores bem como do AO. Após analisada e enumerada toda a situação atual, vai elencar-se qual a situação que se pretende alcançar e qual a configuração do AO pretendida, vai-se elaborar um diagrama de relações com a situação pretendida entre os diversos atores, assim como uma narrativa do AO pretendido, onde se analisa e relaciona com as condições que materializam o estado final desejado (SAMS, 2009, pp. 133-136).

---

<sup>55</sup> Não existe uma definição concisa de complexidade que os cientistas acordado. No entanto, a essência da complexidade está relacionada com a quantidade de diversidades existentes no sistema, bem como a forma interdependente dos diferentes componentes. Interdependência significa que mudança no sistema vai gerar diversos efeitos em cascata circulares, enquanto variedade significa que há muitos estados alternativos possíveis do sistema. Porque interdependências são o resultado de muitas interações ao longo do tempo, a complexidade é, fundamentalmente, uma característica dinâmica de um sistema " (Ryan, 2010, p. 71).

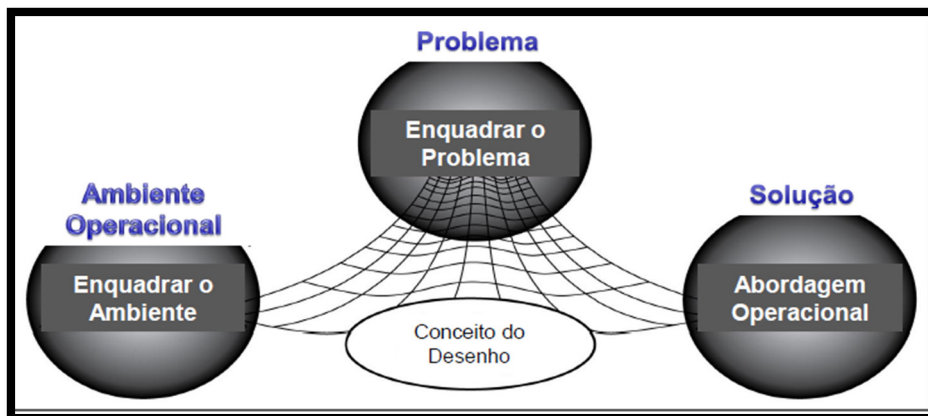


Figura nº30 - Visualização  
Fonte: Adaptado de (Joint Staff, J-7, 2011)

A 2ª fase, enquadramento do problema, corresponde ao estudo de onde (em termos conceituais) se deve atuar para alcançar o estado final desejado. Nesta fase vai-se fazer um diagrama de relações com os efeitos necessários para alcançar o estado final desejado. (cf. figura nº31) É nesta fase que se vai elaborar o enunciado do problema (cf. figura nº32).

O enunciado do problema, é uma narrativa de como as variáveis operacionais se relacionam e influenciam a capacidade de cumprir a missão, descreve claramente as exigências para a transformação da situação atual, refere ainda, as alterações e transições críticas no ambiente operacional para alcançar o estado final desejado. O enunciado do problema deve ainda referir as relações de tempo e espaço do problema (SAMS, 2009, pp. 137-138).

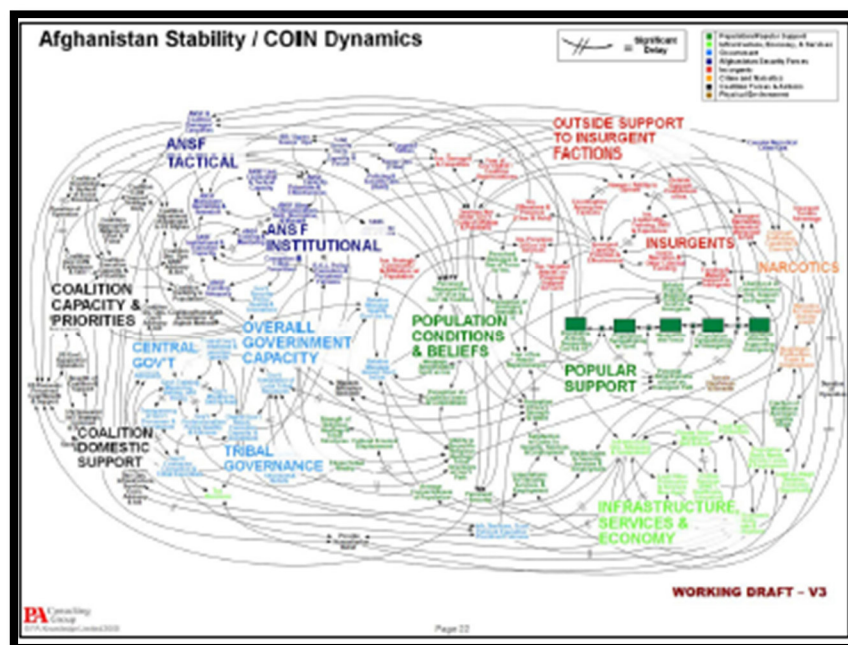


Figura nº31 - Diagrama de relações do Teatro Operações do Afeganistão

Fonte: (SAMS, 2009, p. 207)



**ISAF Problem:** How to employ coalition forces to support the GIRoA to disintegrate sources of instability before anti-Afghan forces supplant the established government. Coalition forces must support & develop GIRoA capacity to build, employ, and sustain National Security Forces.

Figura nº32 - Enunciado do Problema

Fonte: Adaptado de (Joint Staff, J-7, 2011)

Na 3ª fase, Abordagem operacional, entramos no campo que vai ser complementar da ArtOp, constituindo-se como a aplicação dos elementos do *Design* operacional (conceção operacional, com LoO/LoE, PD/CD, etc.) de forma a estabelecer como se vai alcançar o estado final desejado a partir da situação atual (cf. figura n.º 35) É também nesta fase que se vai elaborar a narrativa de missão (SAMS, 2009, pp. 138-140).

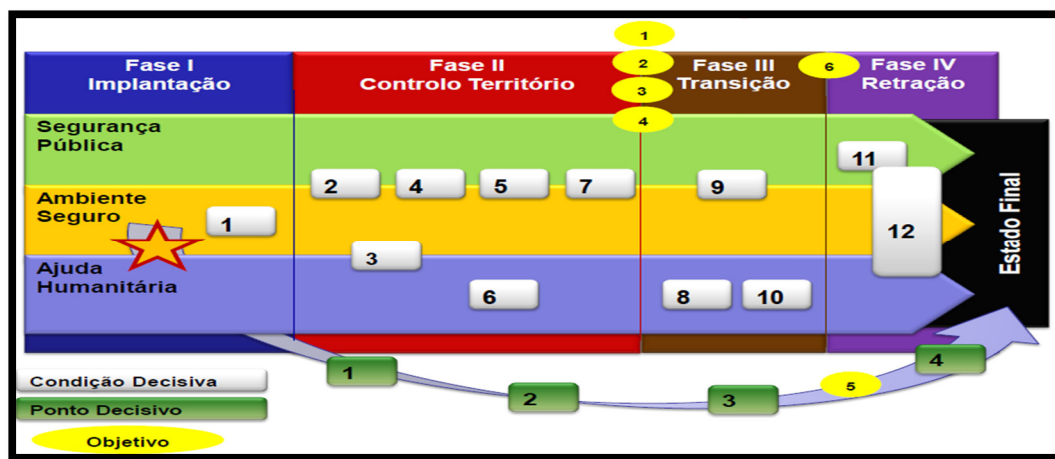


Figura nº33 - Design Operacional

Fonte: Adaptado de (EP, 2012, pp. 5-15)